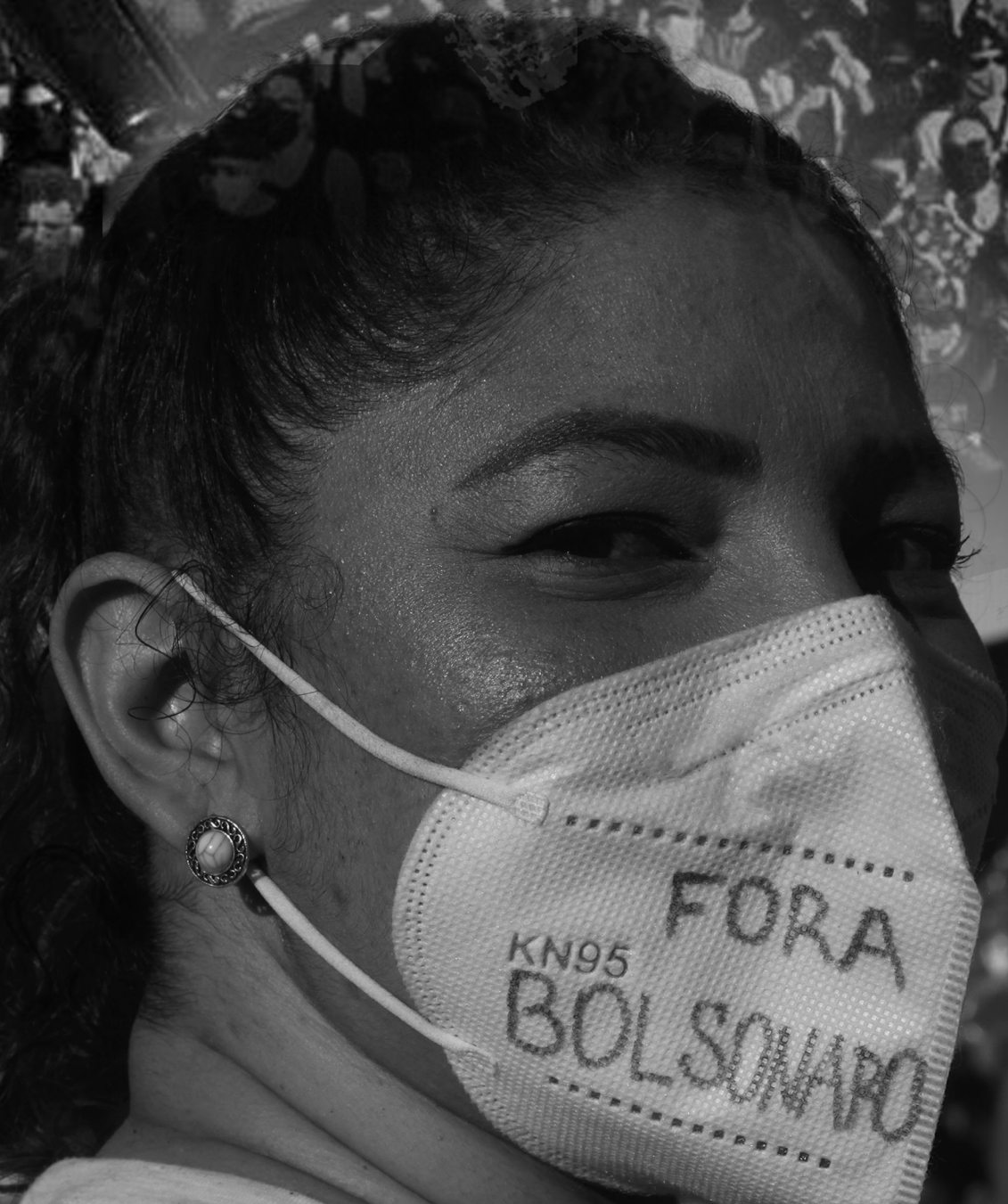


JUVENTUDES BRASILEIRAS E AS DESIGUALDADES NA PANDEMIA: TERRITÓRIOS E DIREITOS SOCIAIS



ISSN 1809-9564 Publicação Científica do Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ. 21ª Edição - Ano 19 - Junho / Dezembro de 2024. (101 páginas). Versão online: juventudebr.emnuvens.com.br

EDITOR

Alexsandro do Nascimento Santos

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Ergon Cugler de Moraes Silva

COMITÊ EDITORIAL

Elisangela Lizardo de Oliveira
Ergon Cugler de Moraes Silva
Euzébio Jorge Silveira de Souza
Karen Regina Castelli
Luana Meneguelli Bonone

EQUIPE DE APOIO

Aline de Sousa Lima
Caio Yuji de Souza Tanaka
Iago Montalvão Oliveira Campos
Marcos Paulo Silva de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Elisa Guaraná de Castro (UFRRJ)
Euzébio Jorge Silveira de Souza (FESPSP)
Fábio Palácio de Azevedo (UFMA)
Flávio Sofiati (UFG)
Marcio Pochmann (Unicamp)
Maria Elena de Oliva Augusto (USP)
Mary Garcia Castro (UFBA)
Miriam Abramovay (Flacso)

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ

Alonso Nunes Coelho
Aline de Souza Lima
Ana Clara Tonobohn Siraque

André Pereira Reinert Tokarski
Bruno Sanches Baronetti
Caio Yuji de Souza Tanaka
Charley dos Santos Luz
Ergon Cugler de Moraes Silva
Ismael Almeida Chaves
Iago Montalvão Oliveira Campos
Karen Regina Castelli
Luís Carlos de Sousa Pereira
Luiza de Almeida Bezerra
Marcelo Marigliani Arias
Marcos Paulo Silva de Jesus
Maria Cecília Martinez
Nayara Aparecida Souza
Renata Rosa de Souza Cândido
Roberta Soeiro de Moraes Souza

DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

Presidente: Karen Regina Castelli
Diretor de Planejamento e Patrimônio: Marcos Paulo Silva de Jesus
Secretário Geral: Iago Montalvão Oliveira Campos
Diretora de Políticas Públicas: Maria Cecília Martinez
Diretora de Memória: Aline de Souza Lima
Diretor de Cultura: Bruno Sanches Baronetti
Diretor de Comunicação: Marcelo Marigliani Arias
Diretora de Atividades Educativas e Esportivas: Nayara Aparecida Souza

PARECERISTAS

Alexsandro do Nascimento Santos
Ergon Cugler de Moraes Silva
Euzébio Jorge Silveira de Souza
Evelyn Apolinária
Karen Regina Castelli
Regiane Mendes
Renata Parada Brañas
Vanessa Ester Ferreira Nunes

CONTEÚDO

5

Editorial: Juventudes brasileiras e as desigualdades na Pandemia: vulnerabilidades, territórios e direitos sociais

Alexsandro do Nascimento Santos, Karen Regina Castelli e Ergon Cugler de Moraes Silva

9

Intersetorialidade, medidas socioeducativas e legislação brasileira

Por Jéssica Beatriz Silva, Emerson Soares Barbosa e Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

17

Juventude e o direito à educação; considerações iniciais do cenário educacional durante a pandemia do COVID-19

Por Samanta Oliveira

25

Juventudes, Trabalho e Educação Implicações da Pandemia à Aprendizagem Profissional

Por Caio Cesar Silva Nascimento

37

Desenvolvimento de políticas públicas das juventudes brasileiras

Por Raquel Baldo

43

Sem estudo e sem trabalho uma análise sobre o impacto da COVID-19 e do desemprego nas juventudes brasileiras

Por Guilerme Palmieri Almeida

53

A Repressão e a violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras

Por Gabriel Cesar Brunório

63

Juventude no Campo Amazônico; traçando novos caminhos a partir das pesquisas

Por Marcele Melo Fonseca

77

Reflexões sobre os posicionamentos ideopolíticos das discentes de serviço social acerca da temática aborto

Por Cintia Gomes Pereira e Édila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

87

Política Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual

Por Julia Ribeiro de Almeida Veneziani, Victor Miranda Joaquim e Isabella Natali Miranda Cuccin

99

Resenha: Juventudes Contemporâneas; Desafios e Expectativas em Transformação

Por Cristiane Melo de Miranda Silva e Emilly Pereira Silva

Editorial: Juventudes brasileiras e as desigualdades na Pandemia: vulnerabilidades, territórios e direitos sociais

Alexsandro do Nascimento Santos
Karen Regina Castelli
Ergon Cugler de Moraes Silva

Com grande satisfação, apresentamos a 21ª edição da Revista Juventude.BR, dedicada à temática “Juventudes brasileiras e as desigualdades na Pandemia: vulnerabilidades, territórios e direitos sociais”. Nesta edição especial, reunimos dez textos que oferecem uma análise sobre os impactos da Pandemia da COVID-19 nas diversas juventudes do Brasil, refletindo sobre as desigualdades sociais que se intensificaram em diferentes contextos e territórios. Cada um desses textos traz contribuições para compreendermos as complexas dinâmicas que marcaram as experiências juvenis no período pandêmico, evidenciando como fatores como raça, gênero, classe social e recorte territorial desempenharam papéis determinantes na vivência das juventudes. A Pandemia, longe de ser um evento isolado, expôs e agravou feridas estruturais, destacando a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e eficazes para enfrentar não só os desafios emergenciais, mas também as desigualdades historicamente enraizadas no Brasil.

Refletir sobre as juventudes brasileiras no contexto da Pandemia exige um olhar multidimensional que contemple as intersecções de vulnerabilidade social, territorial e de direitos. Os artigos aqui reunidos demonstram que a crise sanitária trouxe à tona uma série de retrocessos nos direitos fundamentais das juventudes, como o direito à educação, ao trabalho e à segurança, mas também reforçaram a importância da luta coletiva e da articulação de políticas intersetoriais. As juventudes, em sua pluralidade, enfrentaram não apenas o impacto imediato da COVID-19, mas também as consequências de políticas públicas que não deram conta em proteger os mais vulneráveis. Essa edição, ao destacar diferentes facetas das juventudes – desde os desafios educacionais e laborais, até as realidades específicas do campo amazônico e das periferias urbanas – traz à luz a importância de repensar as políticas públicas a partir de uma perspectiva inclusiva, que leve em conta as diferentes juventudes que compõem o Brasil e suas necessidades particulares. Mais do que nunca, faz-se necessário garantir que essas políticas respondam às especificidades de gênero, raça e território, promovendo um futuro mais equitativo.

O artigo Intersetorialidade, medidas socioedu-

cativas e legislação brasileira, de Jéssica Beatriz Silva, Emerson Soares Barbosa e Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, explora como a intersetorialidade é abordada na legislação brasileira que trata dos direitos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Ao analisar o papel da intersetorialidade como um potencial integrador de políticas públicas, o texto destaca como essa abordagem pode contribuir para a superação das desigualdades que afetam esses jovens, especialmente os de populações historicamente marginalizadas.

Em Juventude e o direito à educação: considerações iniciais do cenário educacional durante a Pandemia da COVID-19, Samantha Rodrigues de Oliveira Verçosa Costa oferece uma reflexão sobre os efeitos da pandemia no direito à educação dos jovens brasileiros. O artigo evidencia como as vulnerabilidades sociais e econômicas se intensificaram durante o período, ampliando a exclusão educacional e comprometendo a trajetória escolar de milhões de jovens, principalmente aqueles em situação de pobreza.

Dialogando com a temática de desigualdades, Caio Nascimento, em seu artigo Juventudes, trabalho e educação: implicações da Pandemia à aprendizagem profissional, discute as dificuldades enfrentadas por jovens no contexto da educação profissional. O texto reflete sobre como a Pandemia acentuou as desigualdades no acesso à formação e ao mercado de trabalho, revelando as limitações das políticas de aprendizagem profissional, especialmente para os jovens das periferias e áreas menos favorecidas.

Já o artigo Desenvolvimento de políticas públicas das juventudes brasileiras, de Raquel Baldo dos Santos, traz uma análise sobre o impacto da Pandemia na implementação de políticas públicas voltadas para a juventude. O texto destaca como a crise sanitária evidenciou a insuficiência das políticas públicas em garantir os direitos sociais dos jovens, especialmente no que tange à redução das desigualdades e à inclusão das juventudes.

Em Sem estudo e sem trabalho: uma análise sobre o impacto da COVID-19 e do desemprego nas juventudes brasileiras, Guilherme Palmieri de Almeida aprofunda-se nos indicadores de desemprego e desalento entre os jovens durante a Pan-

demia. A análise revela como a crise econômica deteriorou ainda mais as condições de emprego para as juventudes, com o recorte para essa população de 14 a 29 anos, evidenciando a falta de perspectivas de trabalho e estudo para uma parcela significativa do Brasil.

Gabriel Cesar Brunório, em seu texto Repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras, explora o ambiente repressivo que caracteriza as escolas cívico-militares. O artigo traz à tona as implicações psicológicas e sociais desse modelo autoritário de educação, mostrando como o medo e a violência se tornam ferramentas de controle sobre os jovens, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Além das temáticas, temos uma abordagem territorializada em Juventude no campo amazônico: traçando novos caminhos a partir das pesquisas, de Marcele Melo Fonseca, investigando a situação dos jovens no campo amazônico, com foco naqueles que não estudam nem trabalham após o ensino médio. Através de uma revisão de literatura, o texto expõe as dificuldades enfrentadas por esses jovens, ressaltando a necessidade de políticas que contemplem as especificidades territoriais e sociais das juventudes rurais.

Cintia Gomes Pereira e Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio, em Reflexões sobre os posicionamentos ideopolíticos das discentes de serviço social acerca da temática abortamento, trazem uma discussão sobre os posicionamentos ideológicos das estudantes de serviço social em relação ao aborto. O texto enfatiza a importância de debater essa temática nas academias, revelando como as questões de gênero, raça e religião influenciam as percepções das discentes sobre o tema, evidenciando as intersecções de opressão que afetam as mulheres, especialmente durante a Pandemia. Ao avançarmos, temos o artigo Política municipal de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: principais desafios impostos pela Pandemia em São Paulo, de Julia Ribeiro de Almeida Veneziani, Victor Miranda Joaquim e Isabella Natali Miranda Cuccin. Os autores abordam os desafios enfrentados na proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual durante a Pandemia, evidenciando como as desigualdades sociais e de gênero foram acentuadas no contexto pandêmico, dificultando a implementação eficaz de políticas públicas voltadas para a proteção dessa população vulnerável.

Finalizando esta edição, a resenha Juventudes contemporâneas, de Cristiane Mello de Miranda Silva e Emilly Pereira Silva, oferece uma síntese crítica sobre as transformações sociais, políticas e econômicas que têm impactado as juventudes brasileiras. A obra resenhada explora as dinâmicas

de resistência e criação de novos espaços de atuação juvenil, abordando questões de raça, classe e gênero, e como essas influenciam as experiências dos jovens em um Brasil profundamente desigual. Dessa forma, o conjunto dos 10 artigos desta edição revela uma visão panorâmica e crítica sobre as condições das juventudes brasileiras na Pandemia, oferecendo uma perspectiva integrada de análise e proposição. Os textos demonstram que, embora o impacto da Pandemia tenha sido devastador em muitos aspectos, ele também gerou uma oportunidade única para refletirmos sobre a urgência de transformações estruturais. As desigualdades de raça e gênero permeiam as vivências juvenis, como destacado nos artigos sobre violência, repressão nas escolas cívico-militares e o debate sobre o aborto. Essas questões, que dialogam diretamente com a vulnerabilidade social, apontam para a necessidade de políticas públicas que rompam com a lógica punitivista e excludente. Além disso, as análises sobre educação e trabalho evidenciam que o atual modelo de desenvolvimento econômico e social tem aprofundado as distâncias entre os jovens das elites e os das periferias urbanas e rurais, especialmente no acesso ao ensino e à inserção no mercado de trabalho. Tal conjunto reforça a necessidade de uma abordagem que priorize a justiça social, a igualdade de oportunidades e o respeito às diversidades, reafirmando o papel central das juventudes na transformação das estruturas sociais. Convidamos vocês, leitores, a mergulharem nesta edição que reflete a pluralidade e os desafios enfrentados pelas juventudes brasileiras durante a Pandemia. Que cada artigo aqui presente possa inspirar reflexões e ações concretas para a construção de um futuro mais justo e equitativo para os jovens do nosso país. Boa leitura!



VIVA
COLOMBIA

#FORA
BOLSO
MARO
KN95



BALBU

Camp

Intersetorialidade, Medidas Socioeducativas e Legislação Brasileira: direitos e deveres dos adolescentes em medidas socioeducativas

Jéssica Beatriz Silva
Emerson Soares Barbosa e
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar como a intersectorialidade é caracterizada na legislação brasileira que trata, direta ou indiretamente, dos direitos e deveres de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Para isso, foi realizada uma análise documental focada no seguinte arcabouço legal: Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Estatuto da Juventude; Lei Orgânica de Assistência Social; e Jovem Aprendiz. Os resultados demonstram que a intersectorialidade nesses documentos é expressa como possibilidade para a efetivação de políticas públicas, mas são reduzidas as referências que tratam especificamente dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Intersetorialidade; Medidas Socioeducativas; Adolescentes.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar como a intersectorialidade é caracterizada na legislação brasileira que trata direta ou indiretamente dos direitos e deveres de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Conforme os últimos dados atualizados pelo governo federal, há no Brasil, 117.207 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e outros 13.684 em meio fechado (BRASIL, 2018).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas socioeducativas são aplicadas para adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, que cometeram ato infracional. Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter educativo pela legislação brasileira.

O ECA estabelece seis medidas socioeducativas a serem aplicadas: advertência; reparação de dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional, essa aplicada quando o ato infracional estiver relacionado à violência contra pessoa (BRASIL, 1990).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, as políticas públicas têm exercido papel fundamental no atendimento de adolescentes e,

nas últimas décadas, o poder executivo vem buscando a integração de ações de educação; saúde; cultura; trabalho; esporte; e lazer (Brasil, 2016). Com isso, o adolescente possui todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, e deve ser garantida a sua proteção integral para promover o seu desenvolvimento. Segundo Paiva e Momma-Bardela (2014), para a efetivação dessa proteção, é necessária a efetiva implementação das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, conforme previsto na Constituição Federal, no ECA e demais normativas.

Nesse sentido, os atos infracionais cometidos pelos adolescentes e as medidas socioeducativas devem ser observados em uma perspectiva articulada entre diferentes setores da sociedade e do poder público, caracterizada pelo atendimento de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, intersectorial e estar fundamentada na perspectiva dos direitos humanos (Veronese, 2015; GISI, 2021).

A partir dessa perspectiva, como a intersectorialidade contribui para a eficácia das políticas públicas voltadas para adolescentes, promovendo resultados mais positivos e uma ação integrada e abrangente em relação a esse grupo social?

Para que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas com um viés intersectorial, a legislação brasileira estabelece as diretrizes nessa perspectiva, fundamentando juridicamente as ações dos entes federativos e suas respectivas instituições. O objetivo geral deste estudo é analisar como a intersectorialidade, fundamentada pela legislação brasileira, pode contribuir para a eficácia das políticas públicas voltadas para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Os objetivos específicos incluem: examinar o conceito de intersectorialidade na literatura e identificar os principais desafios na sua implementação em políticas públicas; avaliar a legislação brasileira que estabelece diretrizes intersectoriais para as políticas públicas voltadas para adolescentes; analisar a eficácia das políticas públicas intersectoriais na melhoria das condições dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; e identificar boas práticas e propor recomendações para a implementação eficaz de políticas públicas intersectoriais. Nesse contexto, este estudo está organizado em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira seção, é apresentado

o conceito de intersetorialidade na literatura e como a sua prática na implementação das políticas públicas pode encontrar diferentes obstáculos. Na segunda, são descritas as características e a relevância da análise documental como procedimento metodológico para o objeto deste estudo, justificando a escolha dos documentos apresentados e sua relação com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Na sequência, constam os resultados da pesquisa e a maneira como a intersetorialidade é referenciada nos documentos analisados, expressos por meio de tabela e gráfico. Por fim, os resultados são discutidos à luz da fundamentação teórica sobre intersetorialidade e medidas socioeducativas contidas na legislação brasileira, buscando apontar possíveis caminhos para que a intersetorialidade venha a se tornar uma realidade cada vez mais concreta.

INTERSETORIALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas, assistimos ao aumento da desigualdade social, não apenas no âmbito coletivo, mas também no âmbito individual, cujos problemas se multiplicam e se fragmentam em diversas desigualdades que alimentam movimentos populistas, sendo necessário compreendê-los para enfrentá-los (Dubet, 2019).

O cumprimento das medidas socioeducativas pelos adolescentes no Brasil atinge, em maior quantidade, pretos e pardos, caracterizando uma realidade histórica, no qual o viés racial se sobrepõe ao social, sendo institucionalizado nos espaços que teoricamente deveriam ser equitativos (Brasil, 2018; Carneiro, 2019; Gisi, 2021).

Nesse contexto, em que os problemas que afligem os adolescentes vão se moldando com outras características, as articulações entre diferentes setores são relevantes para que as políticas públicas do Estado sejam potencializadas por diferentes formas de agir e múltiplos saberes, conforme a necessidade real desse grupo social. A estratégia da intersetorialidade, portanto, pode ser um caminho eficiente e com maior possibilidade para a garantia de direitos.

A intersetorialidade é definida como a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social” (Junqueira; Inojosa, 1997). Essa definição, enquanto estratégia, nas políticas públicas, encontra consenso entre os acadêmicos, com distâncias maiores na aplicação prática, ou seja, na forma de efetivar sua implementação.

Portanto, a prática da intersetorialidade pode ser compreendida como uma ação conjunta de integração e colaboração entre diferentes

setores, para o enfrentamento de um problema social complexo (wicked problems), no qual a ação de um único setor poderia não ser suficiente para a sua solução (Junqueira, 2000; Costa; Bronzo, 2012; Moll, 2014; Cruz; Farah, 2016; Cunill-Grau, 2016; Bichir; Canato, 2019; Bronzo, 2020).

Na literatura, há diferentes formas de operacionalizar a intersetorialidade. Ela poderá envolver apenas atores governamentais, chamada de intersetorialidade “restrita” ou agregar atores governamentais, da sociedade civil ou empresas, denominada intersetorialidade “ampliada” (Cruz; Farah, 2016; Bronzo, 2020). Neste artigo será utilizado o conceito de intersetorialidade “restrita”, mas esta pode contar com a parceria de outros atores não governamentais. Para Guará (2010), a intersetorialidade entre setores governamentais otimiza espaços, serviços e competências e evita sobreposições e ociosidades de equipamentos públicos.

Estabelecer novas formas de planejamento, ações e ofertas dos serviços públicos, é uma tarefa complexa, que envolve o enfrentamento de interesses diversos, nos setores que constituem a esfera governamental, mas as decisões são necessárias para garantir o acesso dos grupos sociais desfavorecidos (Junqueira, 2000).

Nessa perspectiva, observa-se que a intersetorialidade não constitui uma forma absoluta e fechada, pois infere a busca de espaços para diferentes articulações e colaborações entre os setores que compõem a esfera governamental, mas que tem um propósito bem específico: contribuir para o enfrentamento da desigualdade social.

Uma das principais reflexões que a estratégia da intersetorialidade apresenta, é o olhar político para o cidadão, de forma integral. Assim, não é aconselhável a oferta e a implementação fragmentada dos serviços públicos, mas superar a observação por setor e especialidade, para encontrar uma resposta socialmente mais eficaz (JUNQUEIRA, 2005; COSTA; BRONZO, 2015).

A coordenação entre diferentes setores, entretanto, não caracteriza a estratégia da intersetorialidade, que é mais ampla e complexa. Porém, a proximidade e o diálogo entre esses setores podem compor um caminho para a gênese intersetorial, caracterizada por práticas de baixa intensidade, como, por exemplo, o compartilhamento de informações, ou, em casos mais avançados, de práticas de alta intensidade, resultando inclusive, em mudanças das estruturas organizacionais (CUNILL-GRAU, 2016).

A relação entre diferentes setores nem sempre é tarefa simples, porque é marcada por diferentes interesses (Bichir e Canato, 2019), somada à dualidade e às lacunas existentes na legislação brasileira, além da estreita fronteira entre as naturezas pública e privada, que podem dificultar

a estrutura organizativa do Estado.

A implementação das políticas públicas é perpassada por múltiplos atores e instituições sociais, inclusive com natureza privada, ou não governamental, que prestam serviços para a sociedade a partir do Estado. Para Cunill-Grau (2014), a estratégia da intersectorialidade também pode ser refletida entre as diferentes naturezas dos setores, ou as diferentes áreas do conhecimento.

Tais considerações evidenciam a relevância da intersectorialidade como estratégia na implementação de políticas públicas que considere as relações entre os diferentes atores sociais. Na interação, há conflitos, crenças e valores que não podem ser eliminados, mesmo quando observados durante o processo de formulação, mas podem contribuir de forma positiva, visto que a discricionariedade não significa ausência de regras, mas está relacionada aos espaços que os atores sociais têm para tomar algumas decisões.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo exploratório-descritivo parte da análise dos seguintes documentos: Constituição Federal (CF); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da Juventude; Lei Orgânica de Assistência Social (Loas); Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde (DNAI); Sistema Único de Saúde (SUS) e Jovem Aprendiz.

Os documentos selecionados tratam, de

forma direta ou indireta, dos direitos e deveres dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Brasil.

A opção por uma pesquisa documental se justifica por trazer contribuições a partir de fontes que ainda não foram moldadas por um processo analítico, sendo materiais primários que podem conter informações relevantes para o desenvolvimento de determinadas pesquisas (GIL, 2002).

Na análise dos documentos, buscou-se referenciar como a intersectorialidade é caracterizada na legislação brasileira que trata de forma direta ou indireta, dos direitos e deveres dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Para tanto, foram utilizados seis descritores, que se aproximam da temática deste estudo: "intersectorialidade"; "articulação"; "interação"; "transversalidade"; "integração" e "cooperação".

Na sequência, os resultados são sistematizados em um quadro e um gráfico apresentados na próxima seção. No Quadro 1, é demonstrado o documento analisado; ano de criação; e as principais referências à intersectorialidade expressa no documento a partir dos descritores "intersectorialidade"; "articulação"; "interação"; "transversalidade"; "integração" e "cooperação" encontrados nos documentos e, no Gráfico 1, é demonstrada a incidência quantitativa de referências à intersectorialidade em cada documento com os mesmos descritores atribuídos no Quadro 1.

A INTERSECTORIALIDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Os documentos analisados neste es-

Quadro 1: Referências à intersectorialidade na legislação

Documentos	Ano	Referências à intersectorialidade
Constituição Federal	1988	Integração e cooperação na execução das políticas públicas
Sistema Único de Saúde	1990	Ações intersectoriais na articulação entre a política pública e os planos de saúde
Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	Articulação de setores governamentais e órgãos colegiados
Lei Orgânica de Assistência Social	1993	Articulação e cooperação entre organizações governamentais e não governamentais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996	Articulação entre órgãos oficiais
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	2007	Articulação de setores governamentais e instituições
Jovem Aprendiz	2000	Não foram encontradas referências

Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde	2010	Articulação intersetorial e transversalidade
Estatuto da Juventude	2013	Integração e articulação entre setores e instituições

Fonte: elaborado pelos autores

Além da CF de 1988, outros quatro documentos foram editados na década de 1990 e outros quatro a partir do ano 2000. Seis desses documentos tratam da temática dos adolescentes de forma mais específica, são eles: ECA; LDB; Jovem Aprendiz; Sinase; DNAI e Estatuto da Juventude. Com exceção do documento Jovem Aprendiz, os demais fazem referências a partir dos descritores utilizados para caracterizar a intersetorialidade. Os documentos DNAI, Estatuto da Juventude e ECA trazem explicitamente o termo intersetorialidade; e CF; ECA; LDB; Sinase; Estatuto da Juventude; Loas; DNAI e SUS tratam de articulação, integração e cooperação. Da análise realizada é possível observar que alguns documentos tratam da intersetorialidade “restrita” e também da sua parceria com organizações da sociedade civil.

Na sequência é demonstrado o quantitativo de referências à intersetorialidade a partir dos descritores que foram utilizados.

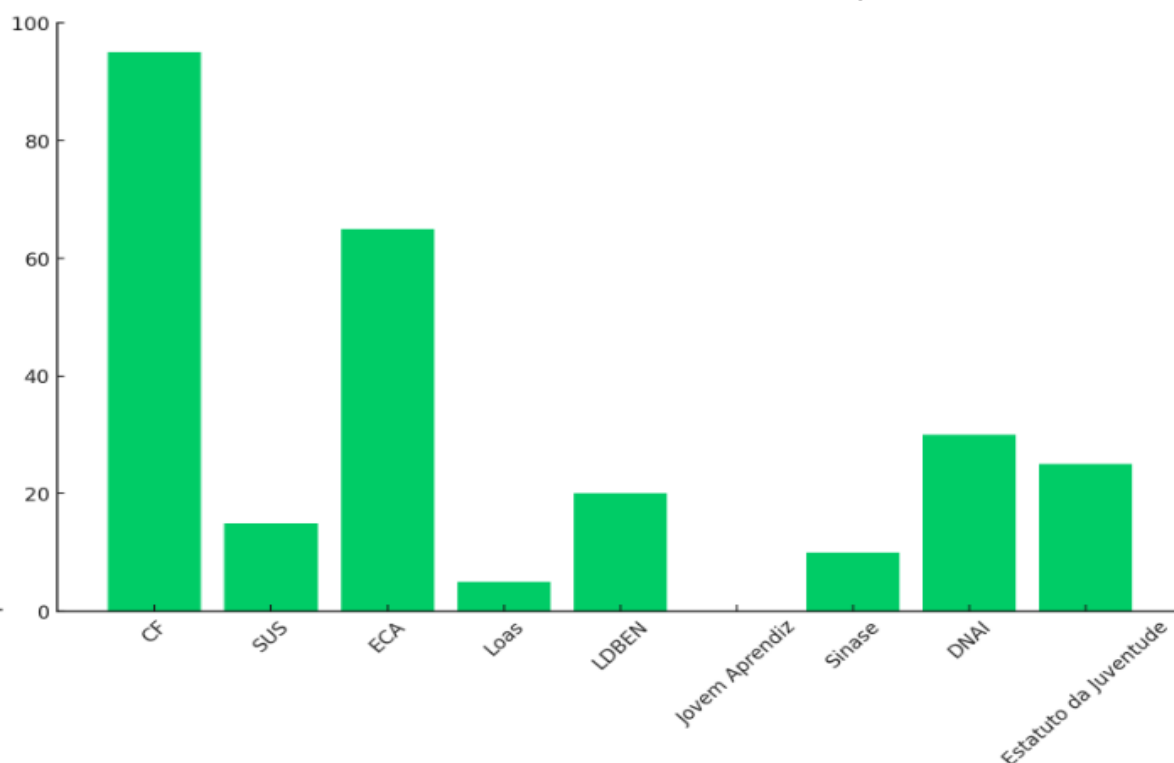
Dentre os critérios adotados para este estudo, a CF consta como o documento com maior número de referências à intersetorialidade, seguido pelo ECA; DNAI; SUS; LDB; Estatuto da Juventude; Sinase; e Loas.

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SELECIONADA

O processo de redemocratização do país estabeleceu um novo ordenamento jurídico para o Brasil com a CF de 1988. A formulação desse relevante documento proporcionou à sociedade a possibilidade de ampliar os direitos fundamentais dos cidadãos, caminhando, o país, para uma nova etapa de desenvolvimento, que evidencia alguns apontamentos direcionados para a estratégia da intersetorialidade.

Na CF, a intersetorialidade é expressa a partir da articulação das áreas governamentais e, também, entre setores públicos e privados, para a

Gráfico 1: Quantitativo de referências à intersetorialidade na legislação brasileira



Fonte: elaborado pelos autores

implementação das políticas públicas. Esse apontamento é importante, pois gera um espaço de diálogo entre as diferentes instituições e os setores, potencializando as práticas e saberes rumo ao desenvolvimento da sociedade e ao enfrentamento da desigualdade social (JUNQUEIRA; INOJOSA, 1997).

Outras referências à intersetorialidade na CF direcionam para a integração e cooperação com foco no atendimento de grupos sociais historicamente excluídos, como pessoas com deficiência e trabalhadores domésticos, ou, ainda, ações que visem ao combate à pobreza e efetivação da educação infantil e do ensino fundamental (BRASIL, 1988).

Apesar de, inicialmente, o termo intersetorialidade não ser citado no documento, evidencia-se que os atores sociais e as instituições responsáveis por sua formulação já estabeleceram, no seu planejamento, algumas possíveis ações intersetoriais para garantir os direitos fundamentais para determinados grupos excluídos (JUNQUEIRA, 2000), como a consideração de crianças e adolescentes como cidadãos e possuidores de garantias básicas para o desenvolvimento, como também deveres a serem cumpridos.

Nesse sentido, o ECA é o principal documento nacional que determina direitos e garantias fundamentais às crianças e aos adolescentes brasileiros, tratando essas etapas da vida com prioridade absoluta e reforçando a importância da responsabilidade da família, sociedade e do Estado, no desenvolvimento pleno e integral desses sujeitos (BRASIL, 1990).

Para a viabilidade de tal cumprimento, é necessária a articulação de diferentes setores na implementação das políticas públicas (JUNQUEIRA, 2000; COSTA; BRONZO, 2015), considerando as relações existentes entre os órgãos governamentais e os órgãos articulados com a sociedade civil, induzindo na efetivação dos direitos fundamentais.

Parte do escopo teórico expresso no ECA direciona a estratégia da intersetorialidade como um norte para as políticas públicas. Uma das primeiras questões está relacionada à articulação entre os órgãos colegiados para o atendimento integral de crianças e adolescentes, questão já apontada como pertinente pela literatura como uma possibilidade de ampliar a participação social e o respeito às diferenças (CRUZ; MERCHAN; FARAH, 2021).

Questões que têm como foco os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas também são evidenciadas com algum destaque. Desse modo, o ECA traz estratégias de atendimento multidisciplinar e multisetorial desse grupo social, para assim garantir sua inclusão e proteção por meio das mais diferentes áreas,

como, por exemplo, a partir da cooperação do Sinase com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), além do diálogo com a sociedade civil e o acolhimento dos filhos das gestantes privadas de liberdade.

O Sinase regulamenta a execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem atos infracionais, com um conjunto de princípios; regras; critérios; planos; políticas; sistemas estaduais, distritais e municipais; que atendam às demandas e aos programas específicos de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e, assim como o ECA, também faz referências à intersetorialidade.

O Sinase ainda estabelece que o atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas deve ser feito a partir da articulação intersetorial das políticas, como já apontado pela literatura, que compreende a inclusão desse grupo social como uma tarefa complexa, que necessita da mobilização conjunta de diferentes áreas (VERONESE, 2015), como também considera relevante integrar as famílias nesse processo de recomeço das trajetórias juvenis.

Por outro lado, observam-se poucas referências diretas da estratégia intersetorial em relação à Loas. A Loas estabelece normas e critérios que organizam as ações da assistência social. Em seu escopo, há apontamentos sobre intersetorialidade por meio da cooperação técnica e articulação entre os entes federativos brasileiros e entre as organizações governamentais e não governamentais.

Mesmo que sejam reduzidos, em comparação a outros atos normativos, os apontamentos, nesse documento, são relevantes para o debate sobre intersetorialidade pautado pelos atores sociais, que o utilizam no cotidiano da política pública, e podem gerar práticas intersetoriais que, inicialmente, são de baixa intensidade (Cunill-Grau, 2016), mas podem avançar conforme as tomadas de decisões.

Em outro importante documento, a LDB, legislação que estabelece as definições e regulamentações do sistema educacional nacional público e privado, baseando-se na CF e abrangendo o direito à educação no ensino básico e ensino superior, também há poucas referências sobre a intersetorialidade.

A primeira é a articulação entre os órgãos oficiais, apontada na LDB como uma necessidade para a efetivação de políticas públicas de educação especial relacionadas ao trabalho. Ademais, outra referência expressa é a possibilidade de integração e cooperação entre os diferentes sistemas de ensino para efetivar programas relacionados à Educação a Distância (EAD).

Já o Estatuto da Juventude, documento

voltado a garantir os direitos de jovens e direcionar para as famílias e a sociedade civil a manutenção e execução dessas garantias, aponta para a articulação entre diversas esferas do poder público e valorização das ações intersetoriais em cada esfera.

Uma das questões que caracteriza a intersetorialidade no documento é a articulação entre as áreas da saúde e justiça, na prevenção do uso de drogas. Nesse ponto, ao refletir que o envolvimento com as drogas é um problema complexo e de difícil solução, a ação conjunta entre setores e instituições pode trazer resultados mais eficazes na implementação da política pública (Junqueira, 2000; Costa; Bronzo, 2012; Moll, 2014; Cruz; Farah, 2016; Cunnil-Grau, 2016; Bichir; Canato, 2019; Bronzo, 2020).

O documento ainda traz a possibilidade de integração entre os diferentes poderes e instituições, como o judiciário, legislativo e Ministério Público, tendo as políticas de juventude como centralidade no processo, por meio de programas e ações.

Na análise documental em relação ao SUS, foi constatado que o documento que rege o sistema não faz referências aos descritores "interação"; "transversalidade" e "intersectorialidade".

O termo "articulação" é mencionado na promoção da política e dos planos de saúde e na articulação de programas que abrangem atividades como alimentação e nutrição; saneamento e meio ambiente; vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; recursos humanos; ciência e tecnologia e saúde do trabalhador. A articulação também ocorre entre os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil e com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional. Já o termo "integração" é mencionado na atenção à saúde dos povos indígenas e "cooperação" é mencionada como prestação de cooperação técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional e elaboração do Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS.

A DNAI também faz referências à intersectorialidade como uma ferramenta básica para convergir as políticas setoriais de governo e com a participação do SUS como protagonista deste processo e fortalecendo a articulação da saúde com outras políticas públicas. O documento reforça que a articulação com outras políticas setoriais, potencializa estratégias voltadas à saúde de adolescentes e jovens e contribui na diminuição da vulnerabilidade social de jovens.

Por fim, apesar de não conter referências à intersectorialidade, o documento Jovem Aprendiz, lei que determina as normas de contratação

e inserção de adolescentes no mercado de trabalho como aprendiz, estabelecendo que estejam matriculados na escola, poderia ser uma ação política intersectorial eficaz, principalmente para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e encontram dificuldades para participar de forma ativa como cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisou-se como a intersectorialidade é caracterizada na legislação brasileira que trata, de forma direta ou indireta, dos direitos e deveres de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

A análise documental demonstra que a intersectorialidade, estratégia para a implementação das políticas públicas, é uma realidade na legislação brasileira, porém, são reduzidas as referências aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

As referências encontradas na legislação brasileira permitem vislumbrar possíveis caminhos para que as práticas intersectoriais sejam implementadas, possibilitando mudanças que podem ter efeitos positivos na vida dos cidadãos.

Porém, outros estudos, que analisem tanto a legislação brasileira quanto a implementação de políticas públicas voltadas para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, podem trazer apontamentos importantes para o debate, ainda recente na literatura brasileira, ampliando assim, a compreensão sobre a situação desse grupo social nos diferentes territórios do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a bolsa do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Capes e as contribuições dos membros do Grupo de Pesquisa Implementação de Políticas Educacionais Desigualdades da Unicidade.

REFERÊNCIAS

BICHIR, R. M.; CANATO, P. de C. Solucionando problemas complexos? Desafios da implementação de políticas intersectoriais. In: PIRES, R. R. C. (org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 243-266.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Portal da Legislação, Governo Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação, Governo Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Decreto n. 5.598, de 1o de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília: MS; 2010.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude/publicacoes/estatuto_da_juventude_2022-defeso.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de Orientações Técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Relatório da Pesquisa Nacional das Medi-

das Socioeducativas em Meios Aberto no Sistema Único de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, DF, 2022.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 92, p. 5-21, nov. 2007.

BRONZO, C. Intersetorialidade. In: UFRN. Glossário das desigualdades. 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12455>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARNEIRO, L. M. M. V. Vieses Raciais na aplicação de medidas socioeducativas: levantamento no estado da Bahia. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia. 2019.



Juventude e o direito à educação: considerações iniciais do cenário educacional durante a pandemia da COVID-19

Samanta Oliveira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca dos impactos no cenário educacional brasileiro, ocasionado pela pandemia da COVID-19. Metodologicamente, utilizou-se a análise documental e constatou-se algumas ameaças ao direito à educação que podem comprometer a trajetória escolar dos jovens, sobretudo aqueles que estão expostos às vulnerabilidades sociais. Este artigo lança luz sobre a necessidade de continuar acompanhando o fenômeno em tela para sua melhor compreensão no pós-crise, quando, provavelmente, muitas indagações do contexto atual ficarão mais claras, permitindo melhor definição e compreensão.

Palavras-chave: Juventude; Direito à educação; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Na literatura, é possível encontrar vasta discussão acerca da categoria juventude. Por não se tratar de uma temática recente, diversos autores ao longo das décadas apresentaram diversas análises, as quais serão utilizadas neste texto para compreender e discutir a categoria. Inicialmente, é importante destacar que tratar a categoria juventude não é uma tarefa simplória, principalmente, quando se compreende que a idade é um conceito maleável e pode ter diferentes leituras, de acordo com o contexto social em que está inserida. Segundo Bourdieu (1983),

A fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta. [...] Cada campo, como mostrei a propósito da moda ou da produção artística e literária, tem as suas leis específicas de envelhecimento: para sabermos como se recortam aí as gerações, precisamos de conhecer as leis específicas do campo, as paradas em jogo de luta e as divisões que esta luta opera ("nova vaga", "novo romance", "novos filósofos", "novos magistrados", etc.). Nada há aqui que não seja muito banal, mas que faz ver que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável. (BOURDIEU, 1983, p. 151).

Pautada na discussão levantada pelo autor, afere-se que a idade não pode ser considerada como um dado fixo e estanque, e sim, como um dado flexível que varia de acordo com diferentes contextos sociais. Neste ínterim, a questão não se esgota apenas ao fator idade. Para Bourdieu

(1993, p. 153), "o facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação". De tal forma, compreende-se que ao tratar a categoria juventude é necessário analisá-la em conjunto com outros fatores. Tratar a juventude considerando apenas o critério etário seria um desafio no âmbito deste trabalho, visto que

[...] como nos lembra Carrano, a definição de ser jovem através da idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitariam o tempo da juventude. Esse é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina, vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados até os 29 anos, tal como vimos com o Estatuto e a PEC da Juventude. (Dayrell, Carrano, 2014, p. 111).

Nesta perspectiva, ressalta-se que, as normativas e documentos orientadores que estipulam as faixas etárias variam de acordo com a definição e interpretação de cada sociedade.

Aprofundando um pouco mais a temática e, considerando a importância em tratar as diferentes abordagens teóricas que debatem a categoria juventude, destaque-se a corrente geracional, a qual compreende e define a juventude a partir dos aspectos etários. Logo, "esta corrente compreende a juventude no sentido de fase de vida, enfatizando o aspecto de homogeneidade" (Alves, 2017). Contudo, deve-se ressaltar que limitar a categoria juventude somente à análise geracional, pautada em aspectos etários, pode não contemplar os diferentes contextos sociais brasileiros. De acordo com León (2005, p. 13), "um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos". Assim, a corrente geracional não contempla a discussão que se propõe traçar ao longo deste trabalho, visto que o critério de idade universal não dialoga com a perspectiva plural e heterogênea com a qual a juventude é interpretada nesta pesquisa. Contrariamente à perspectiva da corrente geracional, a corrente classista compreende a juventude a partir das relações de classe. Segundo Alves (2017), "na chamada corrente classista, na qual se enfatiza a questão da classe social, a transição dos jovens para vida adulta é pautada por desigualdades sociais, seja quanto divisão sexual do trabalho,

seja, principalmente, quanto à condição social”.

Outro importante aspecto do debate sobre a categoria juventude é compreender como a nomenclatura dessa categoria foi utilizada ao longo dos anos, visto que o termo juventude não foi o único utilizado durante um certo período. De acordo com Freitas (2005), o termo adolescência, a partir dos anos 80, ganhou visibilidade e passou a ser amplamente discutido no debate público. Entretanto, a nomenclatura juventude, que fizesse menção aos jovens maiores de 18 anos, esteve fora das discussões até os anos 90. Somente na virada da década que o termo juventude passou a ser amplamente discutido e debatido na sociedade. Acerca desta discussão, elucida-se que

[...] o termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficaram por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 90, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida (Freitas, 2005, p. 7)

Assim, o desafio que está posto compreende no fato que “os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes” (León, 2005, p. 10). Nesta perspectiva, Dayrell complementa que “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (Dayrell, 2007, p. 157). Em linhas gerais, concorda-se com o pesquisador que tratar tal categoria traz à tona desafios, de modo que “é preciso reconhecer as dificuldades em definir o que é a juventude, um desafio posto para a sociologia da juventude em delimitar o próprio objeto: afinal, como categorizar os sujeitos pesquisados? São adolescentes? São jovens?” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 109).

Em síntese, a interpretação de Dayrell e Carrano vai ao encontro do que Pais trata sobre a cultura juvenil em seus estudos. Para o autor

[...] nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”. No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existe. (Pais, 1990, p. 140).

Por tudo isto, compreende-se a categoria juventude em sua pluralidade, visto que “as diferentes formas de socialização e inserção dos jovens, a partir de seu universo sociocultural e posição de classe são determinantes para se conhecer de que juventude está se falando” (Alves, 2017). Neste viés, não se deve compreender a categoria juventude isoladamente, pois

[...] além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Em particular, neste trabalho, entende-se a categoria juventude em sua dinamicidade, portanto, não pode ser dissociada do contexto social, geográfico ou econômico em que está inserida. Dayrell e Carrano esclarecem que “não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Dito isto, ressalta-se, que, em 2020, a partir das restrições impostas devido à crise sanitária decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2), as relações humanas e o acesso dos jovens aos mais variados espaços sociais foram cessados. No âmbito educacional, por exemplo, evidencia-se impactos que vão desde a dificuldade de acesso às aulas on-line, exclusão digital, ausência de espaços aptos aos estudos em seus domicílios até à evasão escolar. Neste contexto, é importante destacar que, ainda que a retomada das atividades já tenha ocorrido, os impactos vivenciados pela juventude, desde março de 2020 continuam postos até os dias atuais, principalmente, aos jovens que estão expostos às vulnerabilidades e/ou desigualdades sociais.

Diante disso, compreende-se que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 não ocorreram da mesma forma para todos os jovens, visto que compreendemos a juventude, em sua pluralidade e, portanto, as experiências vividas pelos jovens são dinâmicas e variam de acordo com o contexto de cada jovem.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre os efeitos da crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) na educação dos jovens, a partir de uma análise documental que buscou avaliar os possíveis desdobramentos da pandemia no acesso à educação, na continuidade dos estudos, na evasão escolar, bem como no ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Posto isto, na próxima seção, realizou-se um breve levantamento do contexto educacional brasileiro e, em seguida, uma análise das juventudes brasileiras

e as desigualdades no contexto da pandemia da COVID-19.

CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Buscando tecer breves considerações acerca do contexto educacional brasileiro, realizou-se uma pesquisa documental focada em informativos, artigos e dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Plataforma Nilo Peçanha, dando ênfase aos dados populacionais e/ou educacionais. Procurando tecer uma discussão melhor delineada, ao longo desta seção, serão tratados dados de diferentes regiões brasileiras, estreitando a análise para os dados da cidade do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar o debate acerca do contexto educacional neste território.

De acordo com os dados da PNAD (2019), a população brasileira acima de 30 anos representa 57,7% dos brasileiros. No que diz respeito à população menor que 30 anos, mais especificamente, “grupos que compreendiam pessoas de 18 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade correspondiam, respectivamente, a 3,2%, 7,6% e 7,3% da população residente” (PNAD, 2019, p. 6).

A partir dos dados apresentados pelo mesmo estudo, PNAD (2019), aferiu-se que o Sudeste contém 42,2% da população residente do Brasil, seguida da região Nordeste, que possui 27,2% da população brasileira. As regiões Centro-Oeste, Norte e Sul contam com, respectivamente, 7,7%, 8,6% e 14,3% da distribuição da população. Dito isto, a discussão avançará pautada na análise dos dados sobre a educação nacional.

No que tange à educação, de acordo com

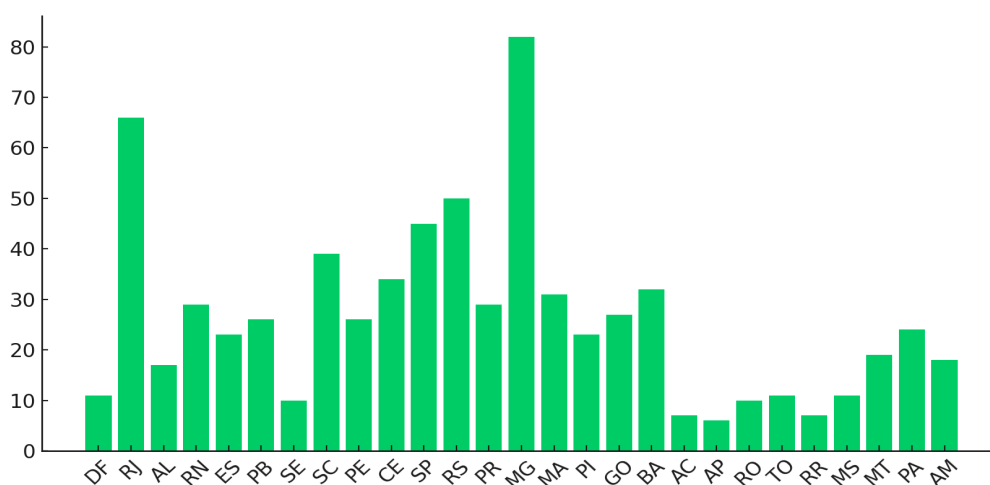


Figura 1: Quantidade de escolas federais por unidade federativa, organizada a partir dos dados coletados na plataforma INEPDATA (2022).

os dados do Censo da Educação Básica (2020, p. 7), no Brasil, “foram registradas 7,6 milhões de matrículas no ensino médio em 2020, aumentando 1,1% no último ano. Esse crescimento interrompe a tendência de queda observada nos últimos anos (redução de 8,2% de 2016 a 2019)”. Esse crescimento pôde ser percebido, também, no número de matrículas da educação profissional, a qual “apresentou crescimento nos últimos três anos. Em relação ao último ano, o número de matrículas aumentou 1,1%” (CENSO, 2020, p. 8). Contudo, no que diz respeito às matrículas realizadas nas 179,5 mil escolas de educação básica, o Censo (2020) evidenciou que ocorreram 47,3 milhões de matrículas no Brasil. Este quantitativo representa um declínio, quando comparado ao percentual de matrículas em 2019.

Já em relação à disposição geográfica das escolas, verificou-se que “as matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente em áreas urbanas (89,1%). Na rede privada, 99% das matrículas estão em escolas urbanas” (CENSO, 2020, p. 17). Já no âmbito dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio, o CENSO (2020) evidenciou que a rede federal possui a melhor oferta de recursos, seguida da rede privada de ensino. Destacou-se, ainda, que há a oferta de internet em 99,8% das escolas da rede federal de ensino, seguido de 99,3% da rede privada. Sendo a disponibilidade de internet para alunos maior na rede federal de ensino (98%), do que na rede privada (69,8%).

A partir desta breve contextualização, a discussão dá luz aos dados acerca da escolarização no Rio de Janeiro, em particular, à rede federal de ensino. A partir da análise dos dados disponibilizados no Catálogo de Escolas da Plataforma INEPDATA, verificou-se que o Rio de Janeiro é um dos estados com a maior concentração de escolas federais, ficando atrás apenas do estado de Minas Gerais (Figura 1). Por este motivo,

Lançando luz sobre o estado do Rio de Janeiro, a análise foi direcionada para a cidade do Rio de Janeiro e, a partir de uma aferição mais detalhada do CENSO (2020), verificou-se que do total de 2.543 turmas da educação profissional, o município do Rio de Janeiro apresenta 574 turmas de Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado). Observou-se, ainda, nesta análise, que, destas, 179 são oferecidas pela rede federal, enquanto 305 são ofertadas pela rede estadual. Na busca de compreender mais efetivamente o contexto educacional brasileiro, elegeu-se o Centro Federal Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, unidade Maracanã.

Em âmbito geral, no total dos 26 cursos ofertados no campus Maracanã, foram realizadas 2.626 matrículas. Observou-se, também, a taxa de evasão disponível na plataforma, referente ao ano 2020, que representou 5,0% nos cursos técnicos, nesta unidade. Quanto ao perfil dos estudantes, os dados obtidos na plataforma indicam que 85,3% dos estudantes dos cursos técnicos possuem entre 15 e 19 anos, sendo a maioria (52,1%) composta pelo sexo masculino, enquanto as estudantes do sexo feminino representam 33,2%. No que tange à declaração racial, 55,56% dos jovens dos cursos técnicos declararam-se brancos, enquanto 38,89% dos jovens declararam-se pardos.

Já ao avaliar os dados de 2021, a Plataforma Nilo Peçanha indicou que a unidade Maracanã apresentou uma taxa de evasão escolar nos cursos técnicos integrados de 8,0%. Os dados de classificação racial e de renda familiar dos estudantes evidenciam que 57,96% declararam-se brancos e 32,92% pardos. Quanto ao sexo e a faixa etária dos estudantes, verificou-se que os jovens que possuem entre 15

e 19 anos representam o maior quantitativo de estudantes, cerca de 78%. Destes, 46,5% são do sexo masculino e 31,5% do sexo feminino. Já os jovens com idade entre 20 e 24 anos representam 19,7% dos estudantes. Destes, 13,1% são do sexo masculino e 6,6% são do sexo feminino.

Por fim, os dados referentes a 2022 disponíveis na plataforma, indicaram que a taxa de evasão escolar nos cursos técnicos integrados foi nula ou quase nula. Os jovens com idade entre 15 e 19 anos representam 75,8%, sendo 43,7% do sexo masculino e 32,1% do sexo feminino. Já os jovens com idade entre 20 e 24 anos representam 21,1% dos estudantes. Destes, 14,5% são do sexo masculino e 6,6% são do sexo feminino. Ainda de acordo com os dados apontados pela plataforma, em 2022, 45,10% declararam-se pardos, 29,41% pretos e 25,49% brancos.

A partir dessa análise percebe-se que, ao longo dos três anos analisados (2020, 2021 e 2022), a taxa de evasão sofreu uma oscilação de 5%, 8% e 0%; respectivamente (Figura 2A). Compreende-se que o maior índice de evasão ocorreu no ápice da pandemia, reduzindo drasticamente quando a mesma apresentou recessão.

Já o percentual de jovens entre 15 e 19 anos nos cursos técnicos do CEFET, unidade Maracanã, diminuiu significativamente neste período. Ao longo dos três anos, o percentual foi de 85,3%, 78% e 75,8%; respectivamente (Figura 2B). Considera-se que esta queda pode indicar a antecipação da entrada dos jovens no mercado de trabalho e isso pode ser reflexo, tanto do atual contexto econômico do país, quanto do período de pandemia, quando diversas famílias perderam renda, o que acarretou na entrada precoce de muitos jovens no mercado de trabalho.

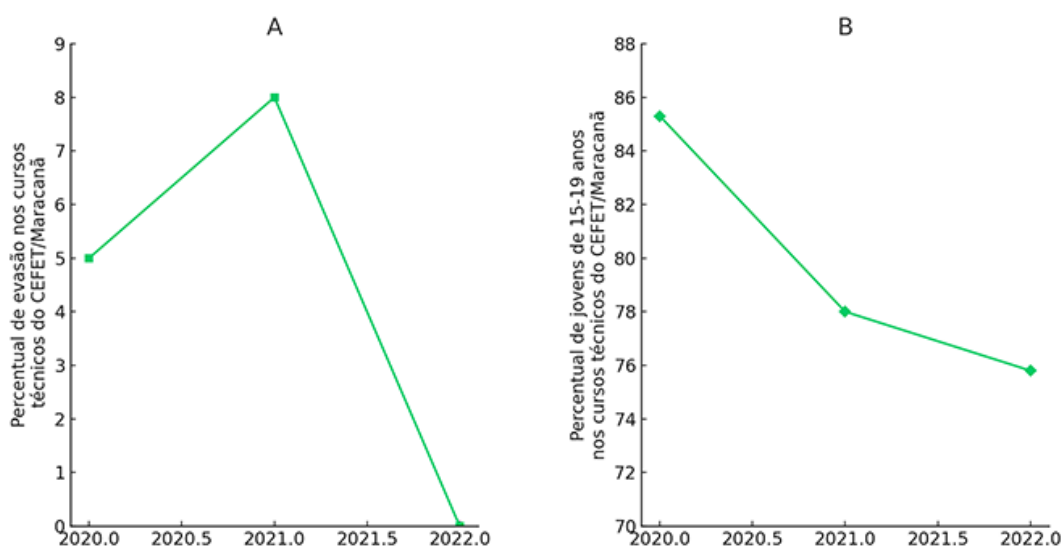


Figura 2 - (A) Percentual de evasão de alunos nos cursos técnicos do CEFET-RJ, campus Maracanã, no período de 2020 a 2022. (B) Percentual de jovens de 15 a 19 anos nos cursos técnicos do CEFET-RJ, campus Maracanã, no período de 2020 a 2022.

Assim, infere-se que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 ainda estão em curso. Os danos gerados à economia, por exemplo, podem impactar diretamente na formação dos jovens nos próximos anos, visto que muitos precisaram abandonar os estudos para ingressarem no mercado de trabalho e garantir a renda da família durante o período pandêmico. Essa realidade vivida por muitos jovens, durante o período de isolamento social, refletirá nas suas trajetórias, visto que, destes jovens, alguns não conseguirão retornar à escola e concluir os seus estudos. Em outras palavras, “desde o início da pandemia houve um grande crescimento de jovens pensando em não voltar a estudar: de 3 a cada 10 passam para 4 a cada 10 jovens matriculados que admitem já ter pensado em parar os estudos (CONJUVE, 2021, p. 68).

Em síntese, diversos fatores, como a exclusão digital, ausência de saneamento básico e dificuldade de acesso aos direitos básicos - saúde, lazer, segurança, entre outros - foram alguns dos obstáculos enfrentados pelos jovens durante a pandemia. Todavia, esta realidade não foi vivida por todos os jovens da mesma maneira, visto que os jovens expostos às vulnerabilidades e/ou desigualdades sociais vivenciaram o período pandêmico de uma forma diferente daqueles que não se encontravam nestas condições. Dada a relevância desta discussão, na próxima seção, este debate será aprofundado.

JUVENTUDES BRASILEIRAS E AS DESIGUALDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Na especificidade do tecido social brasileiro, vislumbra-se a dinamicidade da categoria juventude. Por esta razão, a mesma deve ser compreendida como plural e diversa. Posto isto, o desafio é conhecer essa pluralidade a fim de dialogar, conhecer e pesquisar esta categoria. A seguir, será dado o enfoque ao debate dos impactos da pandemia na trajetória escolar dos jovens, especificando os retrocessos e desafios impostos, em especial, aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

É inegável que o contexto socioeconômico e, inclusive, o arranjo geográfico são fatores que podem vir a influenciar no acesso à educação e ao mercado de trabalho. “Se o adolescente pertence às camadas populares, a entrada no mundo do trabalho pode acontecer ainda bastante cedo, muitas vezes paralela aos estudos ou mesmo significando o abandono da educação básica antes de sua conclusão.” (LEAL; MASCAGNA, 2020, p. 4624). Sem dúvida, a entrada no mercado de trabalho não ocorre da mesma forma para todos os jovens e as experiências que marcam esta etapa de vida variam em consonância com

diversos fatores. Na prática, “para as classes com maior poder aquisitivo, a adolescência pode significar um tempo maior de espera para integrar o mercado de trabalho, o que pode acontecer, em muitos casos, apenas após a conclusão do ensino superior” (LEAL; MASCAGNA, 2020, p.4624). Assim como a continuidade aos estudos e o ingresso no ensino superior não podem ser compreendidos como uma realidade acessada por todos os jovens, “a integração dos jovens na sociedade, tradicionalmente imaginada como uma sequência de passos da escola para o trabalho, não é um processo linear” (IPEA, 2020, p. 31).

Decerto, muitos jovens abandonam os estudos para ingressarem no mercado de trabalho ou até realizam os estudos concomitantemente, o que leva às duplas jornadas de estudo e trabalho. E à luz desta discussão, notabiliza-se que “a análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes tem destacado um expressivo aumento na taxa de desemprego. Os jovens são apontados como um dos grupos mais afetados.” (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020, p. 506).

Dados do IPEA (2020), apresentados a partir da análise da conjuntura do mercado de trabalho no período entre 2012 e 2019, evidenciam que

o aumento do desemprego ocorreu de forma generalizada entre todos os recortes socioeconômicos [...]. Observa-se que o primeiro trimestre de 2017 registrou o maior valor da taxa em todas as desagregações. Na desagregação por faixa etária, o grupo dos adolescentes foi o mais afetado, com um crescimento de 20 p.p. entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, passando de 25,2%, no primeiro trimestre de 2013, para 45,4%, no mesmo trimestre de 2019. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o aumento do desemprego em todo o período analisado foi de 10,8 p.p., chegando a 27,3% em 2019. Vale destacar que a taxa de desemprego nesta faixa etária chegou a 28,7% no primeiro trimestre de 2017. (IPEA, 2020, p. 12).

Estreitando a leitura dos dados disponibilizados no estudo, fica evidente que, no recorte por gênero e escolarização, as mulheres (15 a 29 anos) enfrentaram mais o desemprego do que os homens da mesma faixa etária. Quanto à escolarização, os jovens desempregados que possuem fundamental incompleto representavam 25,1%, em 2019 (1º trimestre), enquanto os jovens desempregados com ensino fundamental completo representavam 23,7%.

Ainda sobre a questão do trabalho formal e informal, o documento destaca que “na juventude, esse tipo de relação é ainda mais preocupante, haja vista que trabalhar na informalidade no início da carreira pode comprometer toda a sua trajetória profissional.” (IPEA, 2020, p. 18). Naturalmente, muitos dos jovens que enfrentam duplas jornadas, dividindo-se entre os estudos e o trabalho, acabam ingressando no mercado informal.

E, mesmo quando concluem a escolarização, muitos não conseguem uma vaga no mercado formal, o que acaba impactando na trajetória profissional, conforme assinalado pelo IPEA (2020). Todavia, o que está sendo evidenciado é que “o emprego informal se configura como a principal porta de entrada do emprego para os jovens. Durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal” (IPEA, 2020, p. 21).

Acrescido a essa discussão, o ano de 2020, que foi marcado pela pandemia da COVID-19, teve o cenário educacional, social, dentre outros, extremamente afetados. À luz desta discussão, a UNESCO (2020) elucidou que “mais de 1,5 bilhão de estudantes e jovens em todo o planeta estão sofrendo ou já foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades devido à pandemia da COVID-19”. Posto isso, conclui-se que os impactos avassaladores da pandemia tomaram proporções tão catastróficas e ligeiras, pois encontraram um contexto social, político e econômico já defasado e com rachaduras em sua estrutura. Ressalta-se, ainda, que “quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre” (Harvey, 2020, p. 14).

Obviamente que os impactos gerados pela pandemia não serão iguais para toda a população. Se considerar as juventudes, compreende-se que as desigualdades sociais impactaram na forma como os jovens acessaram o mercado de trabalho e o ensino superior durante a pandemia e, também, no período subsequente. Elucida-se que muitos jovens, principalmente os desfavorecidos economicamente, optaram pelo abandono escolar em busca de atividades formais ou informais como meio de atravessarem os danos gerados pela pandemia da COVID-19.

O impacto gerado ao mercado de trabalho pela pandemia foi alarmante. De acordo com os dados extraídos do Painel da PNAD Contínua (2022), em agosto de 2020, registrou-se a taxa de 14,3% de desocupados, o que representava 13,7 milhões de pessoas. No ano seguinte, 2021, a taxa caiu para 14,1%, o que na prática, considerando o número populacional, representava 14,4 milhões de pessoas, quantitativo ainda exuberante. Já em 2022, no segundo trimestre, a taxa de desocupação desacelerou para 9,3%, entretanto, o que é inquietante é que a taxa de informalidade disparou. Mesmo que se notabilize a queda da taxa de desemprego em 2022, na prática, muitos desses trabalhadores estão exercendo trabalhos sem carteira assinada ou por conta própria, sem CNPJ. Para a juventude, o desemprego, o acesso ao mercado informal de trabalho, a evasão escolar e a não continuidade dos estudos deixará marcas para as próximas gerações. A Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021) aponta que os efeitos da pandemia sobre a vida profissional das juventudes têm marcado não apenas a renda

e as formas de trabalho mas também o ingresso no mercado de trabalho: 4 a cada 10 jovens que estão trabalhando estão em seus primeiros trabalhos, subindo para 5 a cada 10 entre aqueles com 18 a 24 anos.

Jovens que estão trabalhando, em sua maioria são estudantes e se dividem principalmente entre aqueles que são dependentes financeiramente e aqueles de quem o domicílio depende de seus salários (CONJUVE, 2021, p. 40).

Certamente, os impactos que serão vistos no futuro já são experimentados pelos jovens, principalmente aqueles que experimentam os desafios impostos pela vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decerto que os impactos gerados pela pandemia à educação dos jovens ainda não estão totalmente delineados. E, ainda que alguns retrocessos e defasagens já possam ser detectados, os danos só serão compreendidos, em sua totalidade, a médio e longo prazo. Na perspectiva de Ramos,

isto nos ajuda a ver que a pandemia não se trata somente – e isto já é muito – da manifestação da doença. Trata-se da manifestação de várias questões que implicam a vida do ser humano neste planeta na sua historicidade, em especial no modo de produção capitalista. (RAMOS, 2020, p. 155).

A partir das reflexões panorâmicas tratadas ao longo deste trabalho, salienta-se a importância do acompanhamento e ampliação do debate, além do incentivo de medidas e políticas públicas que visem minimizar os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 a todos os setores (educação, saúde, ambiental, econômica, social, etc.) e aos jovens.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Alda de Sousa. Juventudes e Ensino Médio: Transições, Trajetórias e Projetos de Futuro. Livro digital. Curitiba. EDITORA CRV. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Catálogo de escolas: Listas de Escolas. Ministério da educação. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=5e2dbp8io167cboaoitihsp82&P16=NavRuleDefault&NavFromView-ID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741.

Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2020: Notas Estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE), FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, REDE CONHECIMENTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), EM MOVIMENTO, VISÃO MUNDIAL, MAPA EDUCAÇÃO E PORVIR. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. 2ª Edição Relatório Nacional - maio de 2021. Disponível em https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf. Acesso em: 03 jul. de 2021.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1993.

CORSEUIL, C H L; FRANCA, M P; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. Novos estud. CEBRAP. SÃO PAULO.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola. In: Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em diálogo / Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FREITAS, Maria Virgínia de. (Coord.) Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. Anticapitalismo em tempos de pandemia [recurso eletrônico]: marxismo e ação coletiva. Tradução: Artur Renzo, Cauê Seigner Ameni, Murillo van der Laan. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD CONTÍNUA. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PAINEL PNAD CONTÍNUA. Disponível

em <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em 15 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Brasília: OIT, 2020.

LEAL Zaira F. de R. G, MASCAGNA, Gisele Cristina. Trabalho, Educação e Formação Omnilateral. In: Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico do nascimento à velhice. MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI Marilda Gonçalves Dias. (Org.). Livro digital. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In FREITAS, Maria Virgínia de. (Coord.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2022 (Ano Base 2021). Disponível em <https://public.tableau.com/views/PNP2022-Ano-Base2021/Capa?:showVizHome=no>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2021 (Ano Base 2020). Disponível em <http://public.tableau.com/views/PNP2021-Ano-Base2020/Capa?:showVizHome=no>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2020 (Ano Base 2019). Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2019 (Ano Base 2018). Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PAIS, José Machado. A Construção sociológica da juventude- alguns contributos. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990.

RAMOS, M. N. Politecnia: ensino médio integrado frente ao contexto de pandemia. In: Letícia Batista Silva; André Vianna Dantas. (Org.). CRISE E PANDEMIA: quando a exceção é regra geral. 1ed. Rio de Janeiro: EPSJ/FIOCRUZ, 2020, v. 1, p. 147-161.

UNESCO. Coalização Global de Educação. Disponível em <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LUTE
COMO
UMA
PROFESSO
RA

Juventudes, Trabalho e Educação: Implicações da Pandemia à aprendizagem profissional

Caio Cesar Silva Nascimento

RESUMO: Este trabalho analisa os impactos sociais, econômicos e educacionais da pandemia de covid-19 para jovens inscritos na política pública de caráter permanente de Aprendizagem Profissional (AP), Lei nº 10.097/2000. Nesse sentido, é feito um estudo de caso sobre as ações de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-SP), vivenciadas com jovens e educadores de maneira remota/virtual. Tem-se como hipótese que, apesar dos avanços relacionados à ação educacional remota, a pandemia expôs, ainda mais, as desigualdades sociodigitais e econômicas das juventudes, assim como, a fragilidade de uma política pública direcionada à formação de jovens para e no trabalho.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Juventudes; Trabalho e Educação; Pandemia e Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende refletir sobre os impactos do novo coronavírus (COVID-19) nas relações sociais, econômicas e educacionais de jovens estudantes de uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-SP). A pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: quais foram os impactos do novo coronavírus (COVID-19) nas relações sociais, econômicas e educacionais de jovens estudantes de uma escola do Senac-SP?

O objetivo geral é discutir, por meio do relato de experiências ocorridas no ambiente digital entre março e maio de 2020, as possibilidades e exclusões no contexto do ensino remoto de jovens inscritos na política pública de Aprendizagem Profissional durante a pandemia.

A justificativa para a escolha do caso do Senac-SP reside em sua posição como uma instituição de referência na formação profissional no Brasil. A pandemia trouxe desafios únicos para o ensino remoto, especialmente para jovens inscritos na política pública de Aprendizagem Profissional. Analisar este contexto pode fornecer insights valiosos sobre as adaptações necessárias e os impactos nas relações de trabalho e no desenvolvimento educacional dos jovens.

O texto centra-se em alguns pontos: os impactos da pandemia na educação profissional destinada a jovens, a fragilidade

nas relações de trabalho entre empregadores e jovens aprendizes, as adaptações às aulas remotas e os reflexos socioeconômicos da crise humanitária oriunda da COVID-19.

Este trabalho é um recorte, com as devidas adaptações, da minha tese de doutorado, intitulada "Sonhar uma escola: ser uma escola que forma para o trabalho não significa ser a empresa que os jovens trabalham," desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os autores referenciados neste trabalho corroboram com as análises dos contextos discutidos, e suas teorias possibilitaram pensar novos caminhos para as práticas de educação profissional com as juventudes.

JUVENTUDES E A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA ESCOLA SENAC-SP.

Para iniciar o debate proposto neste trabalho, faz-se importante apresentar algumas características dos jovens desta pesquisa, da Política Pública de Aprendizagem Profissional e da prática pedagógica do Senac-SP para então refletirmos acerca dos impactos da pandemia para os jovens aprendizes.

Esta pesquisa tem como sujeitos os jovens, portanto, juventude é uma categoria analisada. Defendo a perspectiva de juventudes, assumindo o compromisso em qualificar as singularidades e as pluralidades do que é ser jovem na abrangência dos contextos políticos, econômicos, educacionais e sociais. Nesse sentido, apresenta-se um ponto de atenção: a possibilidade de construir noções de juventudes¹ na perspectiva da diversidade, inclusive, nos diferentes contextos socioeconômicos que, por conseguinte, determinam algumas experiências na vida dos jovens. Para Dayrell (2007):

[...] é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao

¹ Juventudes no plural, pelo entendimento de que existem diversas formas e maneiras de ser jovem. Não existe o(a) jovem, existem os(as) jovens.

lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Em princípio, construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, afastá-la de categorias rígidas, estáticas, considerando-a como parte de um processo de crescimento mais integral, que adquire contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos. Para Dayrell (2007) essa fase não pode ser entendida e vivenciada como uma preparação para ser adulto.

As informações abaixo sobre o perfil dos discentes retratados neste trabalho, foram extraídas de diálogos que os educadores desenvolvem nas primeiras aulas com intuito de conhecerem um pouco mais os educandos. A maioria dos aprendizes que compuseram a pesquisa têm entre 14 e 17 anos e residem em regiões periféricas da capital ou em cidades da região metropolitana de São Paulo. A maior parte deles concluiu o ensino médio e pouquíssimos cursam o ensino superior em concomitância com o Programa Senac de Aprendizagem Profissional (PSAP). Economicamente, a maioria compõe as classes C (de 4 a 10 salários mínimos) e D (de 2 a 4 salários mínimos).

Nos acompanhamentos que realizei presencialmente, anterior a pandemia, percebi que os aprendizes são visualmente diferentes: cortes e estilos de cabelos distintos, a roupas diferenciadas, alguns aderem às referências e influências do estilo musical funk em suas roupas, algumas têm cabelos longos e usam saias com corte abaixo do joelho, outros usam os cabelos trançados, poucos, inclusive, trajam roupas sociais e estilo mais formal durante as aulas.

A imagem que a escrita do parágrafo acima intenta produzir, condiz com o que observei: a diversidade. Sendo assim, diverso, falo em juventudes porque esse posicionamento não se limita a uma visão homogeneizadora do universo juvenil que fragiliza a possibilidade de produzir outros modos de ser, de viver e de construir políticas públicas diversas com e para as juventudes.

A juventude, principalmente, a adolescência sofre com a pressão exercida pela sociedade atual para ingresso rápido no mundo do trabalho, apesar de todas as dificuldades dessa entrada, conforme o pensamento de Bock (2007). Parte dos jovens pobres não têm outra escolha a não ser buscar e aceitar "qualquer emprego", ainda que este seja em condições precárias.

Atualmente, as novas dinâmicas do mundo do trabalho, as exigências por qualificação e experiências profissionais e a complex-

idade das atividades com o avanço das novas tecnologias dificultam o ingresso de jovens no mercado de trabalho, principalmente para os que não tiveram acesso às ferramentas tecnológicas e à uma formação de nível superior.

O desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista é outro fator que retarda esse ingresso, com isso, aumenta-se a busca por formação, ainda no período da Educação Básica. As classes sociais têm diferentes oportunidades de formação com o chamado dualismo da educação, expresso na diferenciação entre "o ensino que, aligeirado e profissionalizante, é reservado aos filhos das classes trabalhadoras, e a formação para o trabalho intelectual destinado às elites dirigentes" (FRIGOTTO, 2007; RAMOS, 2001).

No que se refere à política pública pesquisada, para participar dela o jovem necessita ter entre 14 e 24 anos e estar regularmente contratado como aprendiz. Quem solicita a matrícula do jovem no Programa é o seu empregador. Determinada pela Lei n. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.598/2005, essa política de Aprendizagem Profissional tem caráter permanente e estabelece a obrigatoriedade de empresas de médio e grande porte contratarem aprendizes entre 14 e 24 anos. Ela reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Por essa perspectiva, ela pode ser considerada uma ação afirmativa social.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em dezembro de 2019, o total de aprendizes de 14 a 24 anos contratados no país era de 455.741 mil. Vale destacar que em razão da pandemia de covid-19, entre abril e novembro de 2020, o Brasil fechou 86.731 vagas de trabalho para jovens aprendizes².

De acordo com dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)³, o valor médio do salário de um jovem aprendiz é de R\$711,55 por 24 horas semanais. Maior que o valor do auxílio emergencial (a parcela mais alta foi no valor de R\$600,00) concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados como proteção emergencial no período de pandemia do novo coronavírus.

Por possuírem contrato de aprendizagem e registro em carteira de trabalho, os aprendizes não se enquadraram nas categorias aceitas pela Lei que promulgava o auxílio emergencial⁴. Isso quer dizer que famílias de jovens aprendizes podem

2 Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/pandemia-prejudica-o-emprego-formal-de-jovens-de-baixa-renda/> Acesso em: 03 de ago. de 2022.

3 As informações relacionadas ao Novo CAGED podem ser verificadas no link: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged> Acesso em: 03 de ago. de 2022.

4 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm Acesso em: 08 de ago. de 2022.

ter sido impactadas por uma diminuição significativa na renda, visto que o número de desempregados cresceu durante a pandemia (2020 e 2021). Para se ter um comparativo no contexto da Aprendizagem Profissional, segue uma tabela com saldo de admitidos e desligados às vagas de aprendizes entre os anos de 2006 e 2020:

Tabela 1 - Aprendizes admitidos e desligados.

O saldo de vagas de aprendizes de 14 a 24 anos de abril a novembro de cada ano

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2020	131.320	218.051	-86.731
2019	303.271	277.387	25.884
2018	297.561	250.167	47.394
2017	259.623	233.454	26.169
2016	262.751	240.218	22.533
2015	263.723	241.186	22.537
2014	270.362	233.622	36.740
2013	224.290	191.745	32.545
2012	194.411	151.742	42.669
2011	169.956	126.283	43.673
2010	141.912	98.239	43.673
2009	104.465	77.940	26.525
2008	90.623	72.629	17.994
2007	75.103	53.258	21.845
2006	50.712	31.960	18.752

Fonte: CAGED/Elaboração: Kairós

Fonte dos dados: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)
Elaboração da tabela: Kairós Desenvolvimento Social.

De acordo com uma pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em agosto de 2021 o Brasil tinha 14,8 milhões de desempregados¹, o que representa 14,7% da população economicamente ativa. Mas esse índice é ainda maior entre os mais jovens. Em maio de 2021, na faixa etária de 14 a 17 anos 46% buscaram trabalho. De 18 a 24 anos o desemprego afeta 31% das pessoas. De acordo com a publicação,² os jovens são a maior parcela das pessoas que vivem o chamado desemprego de longo prazo, quando a pessoa passa mais de dois anos direto procurando uma vaga de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), a juventude compreende o grupo mais afetado pelo desemprego no país, 70% das pessoas desempregadas tinham faixa-etária entre 14 e 24 anos de

idade. Nesse caminho, ancorado no artigo 428 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) a Aprendizagem Profissional é uma política que visa inserir jovens no emprego por meio de um contrato formal de trabalho de até 2 anos para adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos. Uma importante informação é a de que não há limite máximo de idade para pessoas com deficiência.

O objetivo central dessa política é o de propiciar à juventude o acesso à formação técnico-profissional metódica. O aspecto formativo deve se sobrepôr ao produtivo, como descrito no artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para tanto, envolve-se necessariamente uma instituição educacional habilitada. O Programa prevê a alternância de aulas (teóricas e práticas) e práticas profissionais, ambas, referentes à ocupação/profissão. As escolas dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, integrantes do Sistema S por meio de sua missão, têm prioridade como instituições formadoras da Aprendizagem Profissional:

Art. 429 - Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes

1 <https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego> Acesso em: 03 de ago. de 2022.

2 <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nt-caracterizacao-da-taxa-de-desemprego-de-longo-prazo-brasileira.pdf> Acesso em: 10 de ago. de 2022.

em cada estabelecimento, cujas funções demandam formação profissional. (CLT, 1943, art. 429)

Para a identificação da função e formação a ser desenvolvida pelos jovens, utiliza-se o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). No Senac-SP, as formações referem-se à CBO 4110-30 (auxiliar de pessoal), à CBO 4221-05 (repcionista) e à CBO 4110-10 (assistente administrativo).

O contrato de aprendizagem rompe-se quando o aprendiz completa 24 anos (ressalva para pessoas com deficiência) ou nas seguintes ocasiões: i. jovem demonstra desempenho insuficiente no trabalho ou na escola; ii. falta disciplinar grave; iii. ausência não justificada na escola de Educação Básica que implique perda do ano letivo, caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino ou iv. solicitado pelo aprendiz. Ressalta-se que com o rompimento do contrato, o jovem não pode mais participar das aulas na escola/instituição vinculada ao Programa.

O Programa de Aprendizagem Profissional no Senac-SP³ tem carga horária de 1560 horas, sendo 1080 horas na empresa e 480 horas na instituição escolar. Ele está vinculado à área de tecnologias sociais e desenvolvimento humano, na qual jovens manifestam as competências essenciais para a continuidade no mundo do trabalho e também competências técnicas, comportamentais e socioemocionais, visando, além da formação para e no trabalho, a formação da cidadania e o desenvolvimento pessoal. Ao finalizar é conferido ao jovem o certificado de conclusão de curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas.

Grande parte dos aprendizes matriculados no Senac-SP trabalham em estabelecimentos comerciais, como supermercados, drogarias, lojas de autopeças, seguradoras, livrarias, entre outros. Alguns aprendizes atuam em hospitais e igrejas evangélicas. Isso demonstra que os locais têm suas especificidades. Contudo, há entre eles uma característica: o fato de todo os aprendizes realizarem atividades de atendimento ao público.

A proposta pedagógica do Senac-SP tem como base o protagonismo de seus educandos e a concepção de trabalho como aspecto transformador social e a concepção de trabalho como aspecto transformador social e economicamente à vida dos trabalhadores. Para tanto, utilizam-se as metodologias ativas de ensino-aprendizagem com objetivo de desenvolver, além do domínio técnico-científico, atitudes colaborativa, sustentável e empreendedora e inclusão social, conforme expressa a proposta pedagógica dessa instituição.

Os jovens inscritos na Política Públi-

ca de AP vivenciam mais do que relações de estudo e de trabalho, pois se constituem coletiva e individualmente como sujeitos. Nesse sentido, vale trazer o pensamento do educador Paulo Freire de que a escola é:

Lugar onde se faz amigos, [...] gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (FREIRE, 2005, p. 71 – 72)

O espaço escolar é socialmente reconhecido como um lugar onde o homem se transforma, por conseguinte, transforma a sociedade. No contexto da Aprendizagem Profissional, tal transformação se dá por meio da educação profissional.

PANDEMIA E A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO SENAC-SP

Em pouquíssimo tempo, após anúncio do surto de covid-19 no mês de março/2020, as escolas brasileiras tiveram de suspender as aulas presenciais, assim como, restringir a circulação de pessoas em espaços de aglomeração. Fechar temporariamente as escolas, além de proteger os alunos, minimizou as chances de que eles se tornassem vetores do vírus para o seu círculo social, sobretudo, para os idosos e demais grupos de risco, visto que em grande parte dos lares brasileiros há convívio entre eles. Entretanto, tal determinação de fechamento tinha efeitos positivos e necessários, mas também negativos, como descreve Munõz:

[...] o fechamento das escolas pode significar a interrupção do processo de aprendizagem, principalmente para crianças com alta vulnerabilidade. A ausência de interação entre estudantes e professores rompe o processo de aprendizagem e se a pandemia durar muitas semanas, não será possível recuperar o tempo perdido quando as escolas reabrirem. Também se eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar, especialmente entre os alunos de famílias em situação de alta vulnerabilidade. (MUNÕZ, 2020, s/p).

Segundo dados da PNAD⁴, do IBGE, 21,9% dos idosos moravam em domicílios onde alguém frequentava escola, apontando a importância da suspensão das atividades escolares presenciais, protegendo alunos e familiares que convivem no mesmo lar.

Nas escolas do Senac-SP a interrupção das atividades presenciais aconteceu no dia 16/03/2020, com muita incerteza sobre o seu re-

3 <https://www.sp.senac.br/pdf/65369.pdf> Acesso em: 8 de ago. de 2022.

4 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial01.html> Acesso em: 26 de jul. 2022.

torno presencial. Nesse sentido, pode-se refletir também sobre as incertezas e inseguranças que pairavam nos pensamentos dos jovens aprendizes, que compartilham a carga horária da Aprendizagem Profissional entre a empresa e a escola

Senac-SP, espaços que, inclusive, poderiam ter posicionamentos diferentes à pandemia. No início da quarentena essa escola de educação profissional tinha aproximadamente 21 turmas do PSPA, totalizando mais de 500 aprendizes. Todos estes foram orientados a ficarem em suas casas, porém, com poucas informações sobre a situação de trabalho.

Uma nota técnica⁵ do Ministério Público do Trabalho (MPT) em consonância com a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, expedida em 18/03, orientava sobre aulas a distância e solicitava a substituição do trabalho presencial por remoto, com garantia de estrutura tecnológica adequada para realização das atividades profissionais. A nota também recomendava o afastamento imediato, sem prejuízo de remuneração, para jovens de 14 a 18 anos. Já às aulas, atuação do Senac-SP, orientou-se a interrupção ou, se possível, o desenvolvimento a distância. Nesse sentido, o posicionamento do Senac-SP fora de suspensão, até que as escolas se organizassem para a ação educacional remota.

Ainda nos meses de março e abril/2022, com base nas Medidas Provisórias - n° 927/2022⁶, n° 936/2020⁷ e n°1.045/2020⁸ - os empregadores puderam: promover a antecipação de férias dos aprendizes; executar o trabalho remoto enquanto durar o estado de calamidade pública; direcionar o trabalhador para qualificação; adotar a medida de suspensão temporária do contrato de trabalho e reduzir jornada e salário de até 70%, proporcionalmente. Os casos de suspensão do contrato de trabalho ou de redução da carga horária semanal de trabalho tiveram apoio do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Todas essas ações e medidas impactaram a vida profissional, educacional e econômica dos jovens. Poucos jovens tiveram as devidas informações sobre a sua situação de trabalho durante este período. Todos os educadores dessa escola

relataram que jovens os procuraram buscando informações que não receberam por parte da empresa. Perguntas como quanto eu vou receber?, quando vou receber? e o que eu preciso fazer para receber” foram constantes dúvidas entre os jovens.

As medidas adotadas pelas empresas implicaram em fluxos administrativos do Senac-SP, tal como a adequação dos cronogramas das aulas e o aditamento dos contratos de todos os jovens que tiveram suspensão contratual, redução de carga horária e salário ou férias adiantadas. Para tanto, o Senac-SP teve um intenso diálogo com as empresas para rever individualmente a situação de mais de 500 educandos.

Em maio/2020, ainda no período de suspensão das aulas organizando-se para o retorno remoto, a escola Senac-SP elaborou um formulário digital e o enviou para todos os aprendizes com objetivo de conhecer as condições de trabalho e de estudo dos jovens. Por intermédio das respostas ao formulário constatou-se que mais de 20 aprendizes foram desligados pelas empresas ainda no mês de março/2020. Sem dúvida, o cenário de incertezas produziu emoções e subjetividades nesses jovens acerca do mundo do trabalho, de suas responsabilidades e relações sociais. Destaca-se que os jovens desligados das empresas não puderam continuar participando das aulas no Senac-SP.

Alguns autores, como Bajoit e Franssen (1997) compreendem a adolescência com a experiência do trabalho, como atividade que influencia à identidade dos jovens. Esses autores ressaltam a ideia de que empregos com “carteira assinada” e respaldados por direitos trabalhistas, calcam-se em uma concepção tradicional de trabalho. Contudo, em razão da crise de emprego e pelos avanços de políticas inspiradas no modelo neoliberal, a inserção de muitos jovens no contexto tradicional se tornou difícil, complexa e distante. Cada grupo social vive esta crise de maneira diferenciada, segundo estudo desses dois pesquisadores.

No âmbito de jovens do meio popular – economicamente pobres ou miseráveis -, a representação do trabalho está estritamente relacionada com às condições de socialização e pertencimento, na qual, o desemprego é compreendido e vivenciado como exclusão. O cenário é diferente entre os jovens da classe média, estes, buscam projetos de auto realização, em detrimento da procura por trabalho. Nesse sentido, o desemprego para eles, pode ser compreendido como um período para redefinição de projetos e planos pessoais.

Com isso, pode-se deduzir que a rescisão

5 Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica_adolescentes-1.pdf. Acesso em: 27 de jul. de 2022.

6 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>. Acesso em: 27 de jul. de 2022.

7 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em: 28 de jul. de 2022.

8 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 25 de jul. de 2022.

do contrato por parte da empresa produz sentidos e emoções nos jovens das camadas populares. A demissão de um jovem pobre pode ser interpretada e sentida como parte de mais um processo de exclusão social e econômica. A descontinuidade no trabalho pode acarretar, além da evasão de um grupo social, no qual o jovem criou vínculos, o sentimento de não pertencimento ao mundo do trabalho, de insuficiência financeira e de incompetência profissional.

Após dois meses de suspensão das aulas, o PSAP retornou remotamente às atividades em 26/05/2020. As MPs impactaram questões administrativas e também didático-educacionais. Visto que as turmas se compõem, geralmente, por jovens de diversas empresas, uns retornaram antes do que outros às aulas remotas. Para se ter uma ideia: uma empresa suspendeu o contrato dos jovens por 60 dias, no entanto, outra empresa prorrogou a suspensão por mais 30, totalizando 90 dias. Com isso, jovens da mesma turma estavam em diferentes momentos de aprendizagem, necessitando adaptação e adequação no planejamento das aulas.

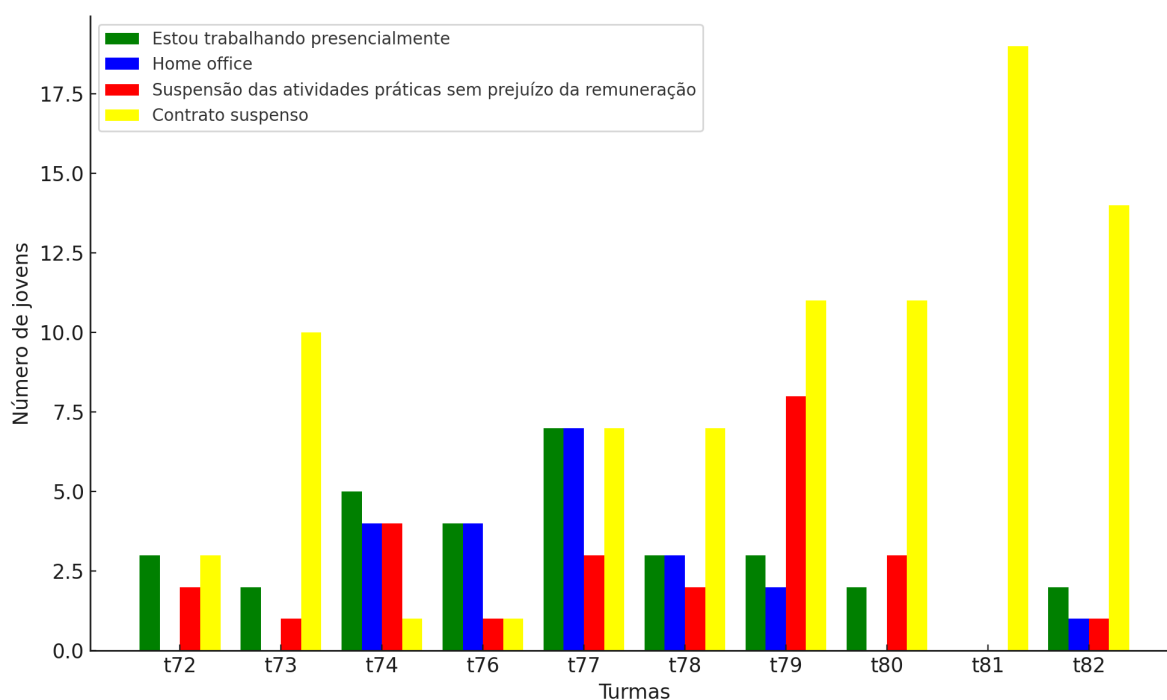
Como a Lei prevê a obrigatoriedade da

concomitância da atuação profissional e dos estudos, os aprendizes com contrato suspenso não puderam retornar às aulas remotas, retornando às aulas apenas no mesmo momento de retorno para a empresa. A redução da jornada de trabalho/salário também influenciou o tempo de aula no Senac-SP, que foi diminuído proporcionalmente. Isso significa dizer alunos impactados pela redução de jornada/salário, finalizavam as aulas antes dos demais, ajustando o período da escola ao mesmo da empresa.

Outro fato informado por aprendizes em resposta à pesquisa é o de que algumas empresas mantiveram jovens que têm idade superior a 18 anos em atividades presenciais de segunda a sexta-feira, nos meses de suspensão das aulas. Ao menos 15 aprendizes relataram essa situação, constatando descumprimento na finalidade da política pública, ao utilizarem o período de estudos na prática profissional.

Algumas empresas que desligaram aprendizes, após serem autuadas, tiveram de recontratá-los. Essa situação de retorno ao trabalho após rescisão contratual aconteceu com 3 jovens. Abaixo apresento alguns gráficos extraídos de in-

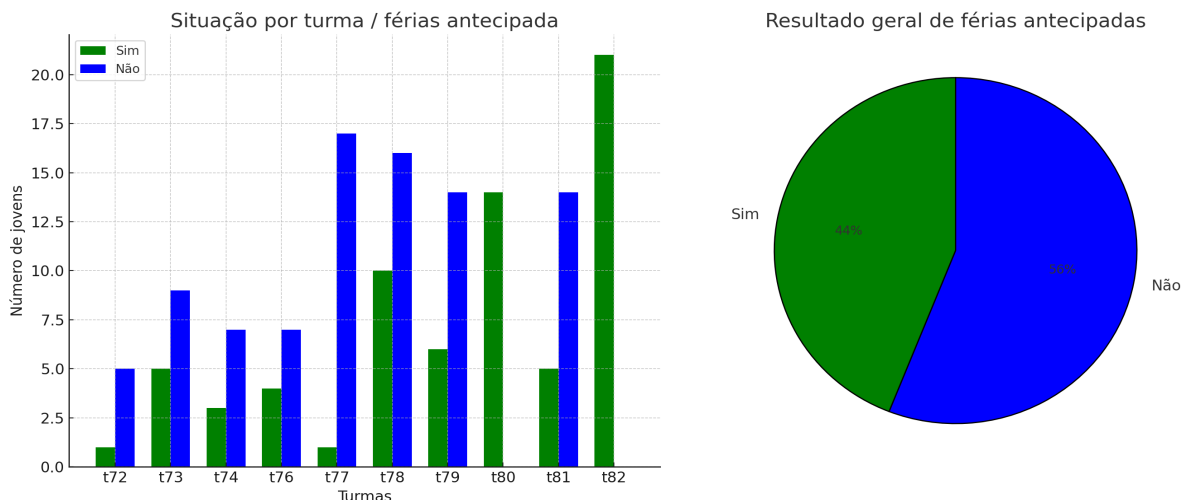
Gráfico 1 – Situações dos alunos por turma



Fonte: Elaboração própria

A maioria dos jovens que participaram da pesquisa tiveram outros impactos no trabalho, para além da adoção do home office.

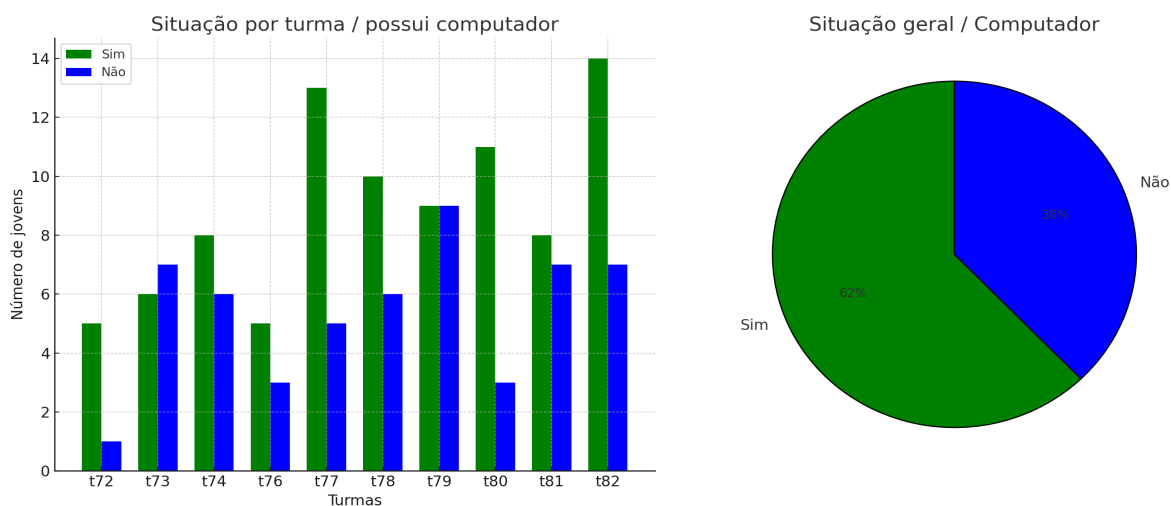
Gráfico 2 – Situações dos aprendizes na pandemia



Fonte: Planilha do autor desta pesquisa

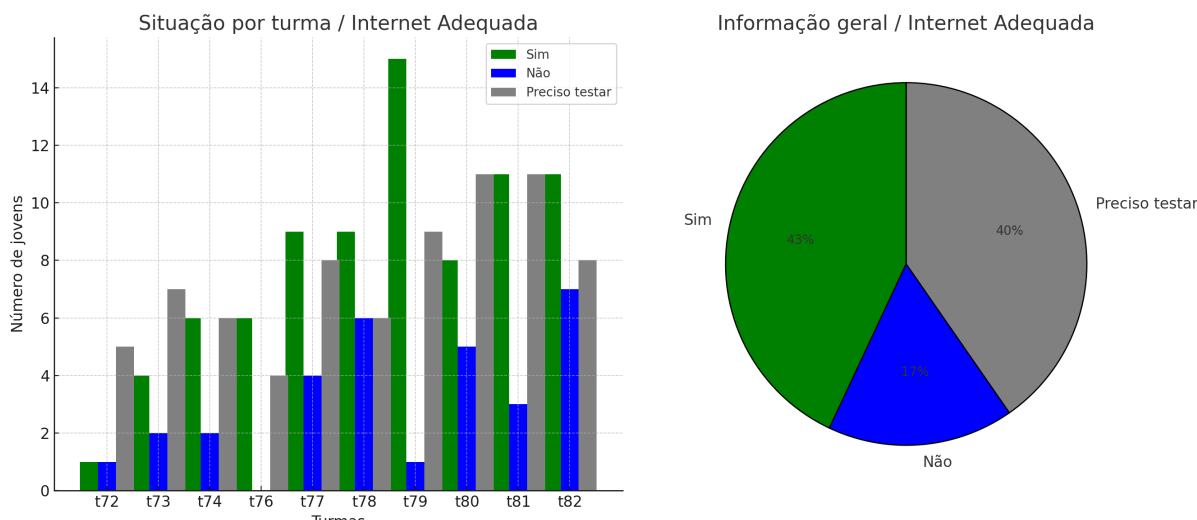
O adiamento do período de férias foi constatado por 45% do número total de aprendizes que responderam à pesquisa. Por intermédio das respostas, o Senac-SP também identificou as condições dos aprendizes referente ao acesso à internet e a aparelhos eletrônicos para participarem das aulas remotas. Todas as turmas tinham alunos sem acesso à internet, sem computador ou ambos. Nesse sentido, pode-se refletir que nem todos os jovens tinham condições materiais concretas para o acompanhamento da ação educacional remota.

Gráfico 3 – Situações dos aprendizes na pandemia



Fonte: Planilha do autor desta pesquisa

Gráfico 3 – Situações dos aprendizes na pandemia



Fonte: Planilha do autor desta pesquisa

Os gráficos acima expõem desigualdades sociodigitais que são, conseqüentemente, econômicas. Alguns aprendizes que não possuíam computador participaram das aulas remotas por meio de aparelho celular. Limitação de dados móveis de internet via celular ou wi-fi com acesso restrito eram frequentes questões nos diálogos durante as aulas. Não obstante, foi a única maneira encontrada para continuidade da ação educacional no período de pandemia.

Entre os meses de março e maio/2020, essa escola do Senac-SP organizou a transposição das aulas presenciais às remotas. Foram promovidas formações online por meio de tutorias, plantões de dúvidas, treinamentos e reuniões com educadores visando apropriação de estratégias e ferramentas de planejamento, mediação e avaliação da ação educacional remota.

As questões colaborativas e de coletividade eram algumas das características das turmas de aprendizes. Embora o cotidiano de estudos tenha conflitos e pequenas tensões, na maior parte do tempo os aprendizes trocam experiências, dão conselhos e ajudam uns aos outros. Anterior a pandemia, na maioria das atividades pedagógicas que participei presenciei risadas, reflexões e atitudes de afeto entre os jovens.

Não obstante, no remoto houve mudança na dinâmica de comportamento desses educandos. O clima participativo, contributivo e descontraído das aulas presenciais não teve continuidade no ensino remoto. Poucas turmas e poucos jovens se expressavam verbalmente com câmeras e microfones abertos durante as aulas.

Tem-se como hipótese que parte dessa mudança negativa emerge da fragmentação das turmas no período de pandemia. Em razão da adoção das diversas Medidas Provisórias criaram-se novas configurações para as turmas, com

alunos que encerravam as aulas antes de outros (casos de redução de carga horária e salário) e alunos que retornaram para as aulas em momentos diferentes (suspensão de contrato).

Participei remotamente de 4 aulas e em todas elas o assunto da própria pandemia foi destacado nos diálogos. Assuntos como a perda de colegas e familiares em razão da covid-19, narrativas sobre familiares que perderam os empregos, além de depoimentos que expressavam o medo dos jovens acerca dos aspectos profissionais, financeiros e com a própria saúde também eclodiram nas práticas pedagógicas.

Se considerarmos jovens com idade entre 14 e 24 anos imersos nessas questões, pode-se refletir que elas ganham ainda mais tópicos. Por essa perspectiva, constatei nessas 4 aulas que os educadores do PSAP não silenciaram essas condições tão importantes aos jovens e acolheram as temáticas no ambiente digital. Vale destacar que o luto não era apenas uma condição dos aprendizes, mas de todo o coletivo escolar.

Presencialmente eram corriqueiros os diálogos relacionados ao futuro, à profissão, constituição familiar e planos. Já no ambiente remoto, notei que as temáticas sobre perspectivas de futuro pouco apareceram. Nesse sentido, cabe uma indagação: naquele momento, em curso de uma pandemia, qual seria o futuro possível?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, em nenhum parágrafo defende a ideia de que um retorno presencial sem as condições sanitárias para isto resolveria as questões aqui abordadas. Afinal, os números elevados de casos de infecção e de óbitos motivados pela covid-19 poderiam ser ainda mais altos com contato diário presencial nas escolas

brasileiras.

No contexto da escola do Senac-SP, a mudança temporária do ensino presencial para o digital/virtual em razão da pandemia, trouxe alterações significativas para jovens inscritos na Política Pública de Aprendizagem Profissional. Enquanto nos momentos presenciais, no geral, os jovens se mostraram dispostos e participativos, no remoto o engajamento foi menor, com raros momentos de expressão dos alunos por meio de câmeras, microfones e diálogos na ferramenta de bate papo.

Em diversas conversas cotidianas com educadores emergia a temática da baixa participação dos aprendizes no ambiente digital, com algumas poucas exceções, de turmas que se mantiveram engajadas no ensino remoto. Isso remete a um desestímulo e/ou desconforto com a educação virtual, ainda que grande parte dos educandos utilizem cotidianamente aplicativos e plataformas digitais.

Ainda em conversas com os educadores e por meio das respostas dos aprendizes à pesquisa realizada por essa escola do Senac-SP, pôde-se constatar que alguns aprendizes não possuíam estrutura básica para participarem das aulas remotas. Essa informação pode ser confirmada nos gráficos e tabelas apresentadas neste trabalho com dados de 10 das 21 turmas do PSAP. Há muitos casos de falta de estrutura física e, pressuponho que, em outros casos, também de hábito para os processos de ensino-aprendizagem nas ferramentas digitais.

Por essa perspectiva, faz-se necessário refletir acerca da qualidade dos aparelhos eletrônicos que os educandos dispõem para participarem das aulas, assim como, o sinal de internet e as condições de moradia para que a educação remota tenha o êxito esperado. Sentimentos, emoções e subjetividades emergiram no ambiente educacional remoto ou na impossibilidade de acesso à plataforma de aprendizagem digital.

A pandemia impactou para toda a população. Contudo, jovens de diferentes classes sociais podem vivenciar experiências distintas em situações parecidas. Alguns jovens inscritos nesta política pública foram afetados nos âmbitos social, econômico e educacional. A ausência de informações sobre a situação de trabalho durante os primeiros meses de pandemia, a redução de carga horária e de salário, a suspensão do contrato de trabalho ou a rescisão contratual por parte da empresa podem produzir sentidos e significados relacionadas à exclusão, impotência e inferioridade nos aprendizes.

Em um mundo cada vez mais conectado e digitalizado há urgência em desenvolver a educação profissional com práticas tecnológicas, visto que atualmente as novas tecnologias estão

incorporadas no cotidiano dos jovens. Apesar disso, há um abismo socioeconômico entre as diferentes classes sociais que influencia o desenvolvimento educacional. Nesse sentido, faz-se necessário construir novas políticas públicas e práticas educacionais de inclusão digital, tanto em conteúdo a ser desenvolvido durante as aulas, quanto em recursos físicos e materiais para que os jovens possam participar ativamente dessas aulas. A pandemia expôs, ainda mais, que a realidade continua sendo injusta. O virtual/digital foi elementar, entretanto, também se mostrou excludente e ineficaz em alguns momentos.

Frigotto (1985) nos faz refletir ao afirmar que a preocupação das políticas educacionais deveria se atentar em como a escola articula os interesses de classe dos trabalhadores. Tal pensamento é de suma importância, ainda mais se tratando-se da educação para e no trabalho. De acordo com Frigotto (1985), faz-se importante analisar as políticas públicas e as condições em que trabalho e educação se dão na sociedade capitalista brasileira para almejar transformações sociais e econômicas por meio da formação profissional.

Um caminho possível seria a implementação de políticas de distanciamento social mais eficazes para o jovem trabalhador, estudante e periférico focadas no suporte econômico e para a aprendizagem no contexto digital. Essas políticas seriam construídas coletivamente por especialistas em saúde e educação, governos, empresas, escolas e jovens com objetivo de minimizar as perdas econômicas, profissionais, educacionais e sociais dos indivíduos inscritos na Política Pública de qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação-ANPED*, 5 e 6, p. 76-95. 1997. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/o_trabalho_busca_de_sentido.pdf. Acesso em: 10/08/2020.

BOCK, A. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*. Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun. 2007, p. 63-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJKJz-RzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?format=pdf> Acesso em: 30/07/2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm. Acesso em: 10/08/2022.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

_____. Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>. Acesso em: 10/08/2022.

_____. Medida Provisória nº 936 de 1º de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em: 06/08/2022.

DAYRELL, J. T. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5L-HTJfSzq5rCPH/> Acesso em: 16/08/2022.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. *Educação & Sociedade*, Vol. 28, n. 100, especial, p. 1129 – 1152. Campinas. 2007.

_____. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim Técnico do Senac*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set /dez. 1985.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 13/08/2022.

MUÑOZ, R. A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação. 2020. Disponível em: <https://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 15/08/2022.

RAMOS, M. N. *Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

PESQUISA

abre
CAMINHOS.

Os caminhos
precisam de

INVESTIMENTO

ATO de DEFESA à EDUCAÇÃO!

O Desenvolvimento de Políticas Públicas das Juventudes Brasileiras

Raquel Baldo

RESUMO: Os direitos sociais das juventudes brasileiras compreendem condições determinadas pela legislação aplicada às pessoas dentro dos grupos etários inseridos nos conceitos de crianças, adolescentes e jovens que são reconhecidos como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, pela Constituição Federal de 1988. Esse reconhecimento marcou uma nova fase em busca da efetivação de uma política pública que garantisse a proteção integral aos direitos das crianças, adolescentes e posteriormente estendeu-se também aos jovens. A partir do Estatuto da Juventude, instituído em 2013, foi possível o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Todavia o discurso orientado para a participação de diversas juventudes não reflete a forte presença dos partidos políticos e do movimento estudantil na liderança de ações e debates políticos, apesar de serem uma minoria das diversas juventudes.

Durante a Pandemia da Covid-19, além de aumentar a desigualdade social no Brasil, trouxe visibilidade, principalmente durante a quarentena, para o fato de que as políticas públicas desenhadas não serem suficientes e direitos sociais, principalmente das classes sociais menos privilegiadas foram violados. Conclui que apesar do reconhecimento na legislação voltada para a juventude brasileira e outros avanços observados na participação dos jovens nas políticas públicas voltadas para os próprios jovens, a necessidade de reduzir as desigualdades.

Palavras-chave: Conceito de juventude; políticas públicas; participação dos jovens; dilema; juventudes diversas; legislação.

*"A fim de viver livre e feliz você tem de sacrificar o tédio. Nem sempre o sacrifício é fácil."*¹

Richard Bach tradução de Luzia Machado da Costa

CONCEITO DE JUVENTUDE DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

Para fins estatísticos o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), sem prejuízo de quaisquer outras definições feitas

¹ BACH, Richard. *Illusions*; tradução de Luzia Machado da Costa. *Ilusões as aventuras de um Messias Indeciso*. Pg. 142.

pelos Estados-membros, definem a "juventude" pelo grupo etário composto por pessoas entre os 15 (quinze) aos 24 (vinte e quatro) anos². Observe aqui a diferença com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) segundo ela adolescência e juventude são conceitos diferentes, embora se confundam e sejam utilizados como sinônimos, assim, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (faixa-etária dos 25 aos 29 anos).

Para o Brasil, país membro da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 24 de outubro de 1945 quando ela foi criada, a Lei nº 8.069/1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trouxe o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, buscou-se a efetivação de uma política pública que atendesse às necessidades especiais das crianças e dos adolescentes, bem como uma doutrina de proteção integral fundamentada em três princípios, dentre eles destaque os dois primeiros "(...) 1. Crianças e adolescentes são sujeitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; 2. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito;"³.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, adolescentes são definidos como aqueles com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos (artigo 2º, caput, da Lei nº 8.069/1990). Embora a lei determine que todo jovem deve ter acesso à educação, lazer, justiça, liberdade de expressão, trabalho, esporte, saúde e transporte público, as grandes mudanças necessárias para diminuir a desigualdade e promover maior inclusão entre os jovens ainda não ocorreram. Vale notar que o Estatuto também é excepcionalmente aplicado às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade (artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.069/1990)⁴.

Aos casos em que o Estatuto da Criança e do Adolescente não for aplicado ao grupo etário de pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos considerados jovens (artigo 1º, § 1º, da Lei nº 12.852/2013) aplica-se a Lei nº

² Copyright @ Nações Unidas, material relacionado à notícias.

³ FRANCISCHINI, Rosângela. *Direitos Da Criança E Do Adolescente: A Legislação E A Educação*. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 15, n. 1. 2010. P. 4.

⁴ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

12.852/2013 que institui o Estatuto da Juventude⁵, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Em 2013 também foi instituído, por meio do Decreto nº 8.074/2013 o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do nível federal para a juventude⁶ (artigo 1º, caput, do Decreto nº 8.074/2013), que foi revogado com o artigo 5º do Decreto nº 9.025/2017, apesar disso o Coijuv foi instituído pelo artigo 1º, caput do Decreto nº 9.025/2017⁷ e por fim veio à ser revogado pelo artigo 1º, inciso CCCXCII do Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019⁸.

Sobre a atuação do Coijuv, antes do Decreto que instituiu o comitê ser revogado, destaca-se a elaboração e encaminhamento em 2014 de uma minuta para regulamentação do SINAJUVE e dos critérios a serem adotados na concessão do benefício da meia-entrada para os jovens de baixa renda e aos estudantes. Essa minuta foi devolvida ao Coijuv com alterações e reduzida significativamente (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2014)⁹, dados do artigo “A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena”, que trouxe resultados de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016, com a colaboração de coletivos eleitos para a composição do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) nas gestões 2012-2013 e 2014-2015, essa pesquisa tinha o objetivo de identificar alguns traços do processo de institucionalização do conceito de juventude como sujeito de políticas públicas no Brasil. Considerando a questão de quais estratégias de formação e atuação políticas os movimentos e organizações juvenis usaram na busca de acesso ao fundo público para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude no Brasil e o contexto no quadro de existência de programas e ações focalizados destinados a determinados perfis juvenis, e de intenção em alargá-lo de forma mais abrangente com acesso ao recurso aos

5 BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, Brasília, DF, 05 de agosto de 2013.

6 BRASIL. Decreto nº 8.074, 14 de agosto de 2013. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 14 de agosto de 2013.

7 BRASIL. Decreto nº 9.025, de 5 de abril de 2017. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 5 de abril de 2017.

8 BRASIL. Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 5 de novembro de 2019.

9 Idem. Pg. 9.

fundos públicos, por um lado; mas, por outro lado, num quadro também marcado por restrições orçamentárias, que vêm sendo impostas à sociedade brasileira tornando ainda mais difícil “fazer valer” os direitos sociais¹⁰.

Dos resultados da pesquisa do artigo desenvolvida até 2016 observa-se desde já que a coexistência de demandas por redistribuição de renda e por reconhecimento de suas identidades, como também a forte presença dos partidos políticos e do movimento estudantil na liderança de ações e debates políticos, embora o discurso esteja orientado para a participação de diversas juventudes.

NOVE ANOS DO ESTATUTO DA JUVENTUDE

O Estatuto da Juventude completa nove anos em 13 de agosto de 2022 no interior desse documento determina-se que todo jovem tem direito: à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude (artigo 4º, caput, da Lei nº 12.852/2013), à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada (artigo 7º, caput, da Lei nº 12.852/2013), à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição (artigo 8º, caput, da Lei nº 12.852/2013), à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente (artigo 9º, caput, da Lei nº 12.852/2013), à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social (artigo 14, caput, da Lei nº 12.852/2013) à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo, orientação sexual, idioma ou religião, opinião, deficiência e condição social ou econômica (artigo 17, caput e incisos I, II e III, da Lei nº 12.852/2013), saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral (artigo 19, caput, da Lei nº 12.852/2013), cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de

10 REIS, D. M.; FERREIRA, V. S.; LOPES, R. E. A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 14, p. e2559027, 2020. DOI: 10.14244/198271992559. Pg. 5.

política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social (artigo 21, caput, da Lei nº 12.852/2013), comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação (artigo 26, caput, da Lei nº 12.852/2013), prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação considerando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (artigo 28, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.852/2013), ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade e ao jovem com deficiência à garantia a acessibilidade e as adaptações necessárias (artigo 31, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.852/2013), sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações (artigo 34, caput, da Lei nº 12.852/2013), viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social (artigo 37, caput, da Lei nº 12.852/2013).

Nesse sentido, conforme BRASIL (2022), em "Estatuto da Juventude completa nove anos em 2022" a secretária nacional da Juventude, Luana Machado, reforça a importância da publicação "Direitos como acesso à educação, saúde, cultura, esporte, entre outros, são básicos no que diz respeito à formação de um jovem com iguais oportunidades independentemente de sua situação financeira. Nosso desafio diário é garantir que esses direitos sejam respeitados por meio de ações realmente assertivas". Das leituras realizadas o entre a *defesa* da composição de um Fundo Nacional de Juventude, bem como da importância fundamental da existência de específico financiamento para o desenvolvimento de políticas públicas de juventude, usado no plano discursivo e o *reconhecimento* de que não havia iniciativa governamental na direção da criação de um Fundo Nacional de Juventude a necessária defesa desse mesmo governo de cuja base se fazia parte tanto dos coletivos participantes da pesquisa quanto dos atores políticos do CONJUVE, condições políticas que, a montante, impediram a posterior constituição desse fundo¹¹ abordado pelo artigo "A institucionalização do "jovem" como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena", se destacou.

11 Idem. Pg. 11.

DA RESOLUÇÃO PARA O DILEMA ENTRE A DEFESA E O RECONHECIMENTO

Apesar de instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, apenas com o Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, o SINAJUVE constitui forma de articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil para a promoção de políticas públicas de juventude. Para que essa articulação e organização ocorram, o Conselho Nacional de Juventude, o Comitê Interministerial da Política de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, os Órgãos Gestores Estaduais/Distrital e Municipais de Juventude e os Conselhos Estaduais/Distrital e Municipais de Juventude precisam trabalhar conjuntamente, para sair do dilema abordado. Destaco que, até a data de 21 de agosto de 2022, o artigo 40 da Lei nº 12.852/2013¹² permanece com o caput "O financiamento das ações e atividades realizadas no âmbito do Sinajuve será definido em regulamento" e com a criação de um Fundo Nacional de Juventude no plano discursivo.

Se uma minoria elite formada por pessoas das classes socioeconômicas mais elevadas e com maior capacitação técnica e política assume a responsabilidade por tomar todas as decisões ou a maioria delas dentro do espaço democrático brasileiro, ela ativamente impede que uma maioria formada pelas juventudes diversas tenha a oportunidade de participarem e tomarem decisões por assuntos que lhes dizem respeito, e nas palavras de Katia Maia, diretora da Oxfam Brasil:

"(...) Não há como enfrentar as desigualdades de uma forma que se sustente permanentemente sem uma democracia aprofundada, e, infelizmente, nós estamos vendo a redução dos espaços democráticos, um cerceamento das diferentes visões. E isso é muito grave! É muito grave, então trazer a discussão da democracia combinada com a das desigualdades é fundamental até para que o debate sobre a renda básica, sobre a reforma tributária, sobre tributar os super-ricos não fique restrito à elite econômica que tem maior representatividade no Congresso Nacional, porque o nosso espaço político é absolutamente desigual em termos de representatividade do que é a população brasileira, de maioria negra e de maioria de mulheres".¹³

Apesar dos avanços trazidos pela evolução das políticas com o Estatuto da Juventude e suas alterações, a desigualdade de classes persiste. Uma elite econômica ainda possui maior representatividade no espaço político. São necessárias grandes mudanças para reduzir essa

12 BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, Brasília, DF, 05 de agosto de 2013.

13 Brasil TVT. Katia Maia, diretora da Oxfam Brasil .

desigualdade e promover maior inclusão das diversas juventudes nos espaços democráticos.

“Quando uma cidade melhora para quem tem uma deficiência, ela fica muito melhor, mais humana e acessível, para toda a população. Todo mundo ganha. Sempre compreendi a luta por políticas públicas para as pessoas com deficiência e para pessoas idosas, que são os segmentos mais vulneráveis, como um potente acelerador para um Brasil mais justo, igualitário e desenvolvido, melhor para todos os cidadãos.” Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)¹⁴.

As palavras da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) sobre a compreensão da luta por políticas públicas para as pessoas com deficiência e para pessoas idosas, e das consequências ser um potente acelerador para um Brasil melhor para todos os cidadãos ilustram como as políticas públicas voltadas para uma parcela das pessoas podem beneficiar a todos, e isso também se aplica às políticas públicas para as juventudes brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi pensado e desenvolvido no intuito de analisar a legislação referente aos direitos das crianças, adolescentes e jovens, bem como os direitos sociais e as políticas públicas voltadas para as juventudes brasileiras. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa e para situar o leitor interessado pelo tema foram abordados vários assuntos tais como: os conceitos e os grupos etários de crianças, adolescentes e jovens, assim como o reconhecimento deles como pessoas em desenvolvimento, os direitos sociais deles, algumas pesquisas das atuações de 2012-2016 do Comitê Interministerial da Política de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, relevantes para as políticas públicas considerando os objetivos e resultados do artigo “A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena”. Uma abordagem entremeada pela importância da redução das desigualdades que foram agravadas pelas consequências da Pandemia do Covid-19, considerando que os avanços têm sido desiguais, com muitas pessoas jovens em todo o mundo ainda a vivenciar formas complexas de discriminação, como a exclusão política, elevados níveis de pobreza, acesso limitado aos sistemas de saúde e de educação, ou ainda, assinaláveis lacunas no acesso a um trabalho digno.

Pretendeu-se com o presente artigo analisar e tornar mais acessível, ou pelo menos procurar comunicar, uma breve análise das alterações legislativas mais recentes políticas públicas

voltadas para a juventude brasileira, a importância dos direitos sociais para essas políticas e abordar o objetivo, dilema e resultados da leitura da pesquisa do artigo “A institucionalização do “jovem” como sujeito de políticas públicas no Brasil: o CONJUVE em cena”.

REFERÊNCIAS

UNRIC, Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Quem são os jovens? Disponível em: <https://unric.org/pt/juventude>. Acesso em 28 de julho de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 14 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8074.htm. Acesso em 20 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.025, de 5 de abril de 2017. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 5 de abril de 2017. Disponível em: <https://pres-republica.jusbrasil.com.br/legislacao/446521965/decreto-9025-17>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.087, de 5 de novembro de 2019. Institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude e dá outras providências, Brasília, DF, 5 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#:~:text=Declara%20a%20revoga%C3%A7%C3%A3o%2C%20para%20os,de%201998%2C%20de%20decretos%20normativos. Acesso em 20 de agosto de 2022.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 31 de julho de 2022.

BRASIL. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 21 de agosto de 2022.

¹⁴ Agência Senado.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Estatuto da Juventude completa nove anos em 2022. Publicado em 5/08/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/estatuto-da-juventude-completa-nove-anos-em-2022>. Acesso em 16/08/2022.

BACH, Richard. Illusions; tradução de Luzia Machado da Costa. Ilusões as aventuras de um Messias Indeciso. Editora Record. 7ª edição, 1977. Pg. 142.

Brasil TVT. 'Pandemia escancarou a desigualdade social já existente no Brasil'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l-d-V2cPX7E>. Rede TVT. Publicado em 19 de outubro de 2020. Acesso em 21/08/2022.

2019 © REPÚBLICA PORTUGUESA, Conselho Nacional de Juventude. Todos os direitos reservados. Disponível em: <https://www.lisboa21.gov.pt/pt/conteudo/conferencia/sobre/so.html#:~:text=Em%201995%2C%20a%20Assembleia%20Geral,jovens%20em%20todo%20o%20mundo>.

**VIDA, PÃO,
VACINA &
EDUCAÇÃO!**

NIRE

Sem estudo e sem trabalho: uma análise sobre o impacto da COVID-19 e do desemprego nas juventudes brasileiras.

Guilherme Palmieri Almeida

RESUMO: “Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?”, o artigo a seguir apresenta, por meio de uma abordagem histórico-estrutural e referenciada na literatura acadêmica sobre a atuação do Estado como agente econômico, uma análise sobre os dados referentes ao desemprego - em um recorte de idade dos 14 aos 29 anos - obtidos através da PNAD contínua no período da pandemia da COVID-19 (jan 2020 - dez 2022). Trazendo como principal contribuição ao debate a “caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19, suas potenciais implicações na deterioração dos indicadores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos”. Foi utilizada como conceituação teórica a mais recente literatura acadêmica sobre o tema e como ferramental à análise e tratamento dos microdados referentes a PNAD, o software R. Através dos dados e da conceituação teórica, discute-se a evolução dos indicadores referentes a trabalho no Brasil e seu impacto nas juventudes brasileiras, por meio de uma sistematização e tratamento dos microdados para a faixa etária de 14 a 29 anos. Aponta-se a deterioração do emprego e da renda para as juventudes, evidenciando o impacto do desalento e seus motivos, bem como a baixa ocupação e a deterioração da renda.

Palavras-chave: Desemprego, PNAD, Juventudes, Sociedade, Economia

INTRODUÇÃO

O papel do Estado no estabelecimento e criação de políticas públicas eficazes e com capacidade de induzir a redução do desemprego e do desalento foi deixado de lado nos últimos seis anos. Segundo relatório do IBGE (2022), o desemprego no Brasil é um problema estrutural que atinge principalmente a população jovem, negra, pobre e em sua maioria mulheres.

“Então, considera-se expressivas algumas posições que reforçam os efeitos dessa precarização sobre o segmento juvenil, especialmente na realidade brasileira no qual, as pessoas entre 15 e 29 anos, configuram-se como contingente expressivo da população, próximo de 52 milhões de pessoas em 2017 (estimativas do IBGE). Sendo que, contingentes expressivos da população jo-

vem trabalha e 52,6% da população de 25 anos ou mais não completaram a educação escolar básica e obrigatória, em 2018; ou seja, não concluíram no mínimo o ensino médio (PNAD CONTÍNUA, 2019b).” (Souza, Loreto e Reis, 2021, p.101)

Através da análise dos indicadores observados no artigo, pode-se pressupor que houve uma atuação do Estado, como inimigo da população atingindo assim, de forma negativa durante o governo Bolsonaro, toda a sociedade brasileira.

As juventudes, assim como pode ser observado em De Sousa (2021), convivem com uma situação de degradação dos indicadores do trabalho no país, principalmente a partir de 2016 e como apontado no relatório IBGE (2022), viram sua perspectiva que já era negativa, desabar com a chegada da pandemia da COVID-19.

Em Rossi et al (2020), propõe-se como necessidade para uma mudança de paradigma econômica, a reestruturação da justiça social em prol de uma reparação histórica que gere desenvolvimento social ao país.

De acordo com dados do IBGE (2022) houve um impacto negativo da pandemia nos indicadores econômicos e sociais e o papel da pandemia nas juventudes brasileiras.

“Como consequência, o percentual dos que não estudavam nem estavam ocupados subiu de 24,1%, em 2019, para 28,0% em 2020. Em 2021, o percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados recuou para 25,8%, atingindo mais de ¼ dos jovens brasileiros (12,7 milhões de jovens), patamar superior aos anos pré-pandemia” (IBGE, 2022, p. 37)

Através da análise dos microdados fornecidos pelo IBGE, que serão detalhados durante o artigo, é possível observar a deterioração do trabalho nas juventudes brasileiras, o desalento atinge a maioria dos jovens desocupados e a renda dos jovens ocupados tem concentração na faixa de até 2 salários mínimos. Para tal, este artigo está dividido em cinco partes, sendo elas a introdução, a conceituação prática e ferramental, a conceituação teórica, a análise dos dados obtidos, a síntese do artigo e a conclusão.

Portanto, o presente artigo possui como contribuição do ponto de vista teórico e prático a **“caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19 suas potenciais implicações na deterioração dos indica-**

dores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos", com um recorte específico de idade, dos 14 aos 29 anos, abordando assim, o impacto das políticas públicas no desemprego das juventudes brasileiras.

Para tal, os microdados analisados foram extraídos do banco de dados do IBGE referentes à PNAD contínua e trabalhados a partir do software "R" e os artigos definidos em um processo de avaliação, e selecionados através do debate acadêmico mais recente sobre o tema.

Buscando através do objetivo proposto responder: **"Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?"**

REFERENCIAL TEÓRICO

O desemprego nas juventudes brasileiras afeta em cadeia não só o jovem em sua individualidade, mas também toda a sociedade no espectro econômico das relações sociais em que estão inseridos.

Um jovem que não trabalha e não estuda, não participa das relações econômicas, não tem renda e não consome, não se torna um ativo intelectual que pode produzir em prol do país, gerando um passivo negativo futuro para o Estado e uma provável situação de estagnação social.

A sociedade capitalista contemporânea, como aponta Dowbor (2018) formada pelo consumo em massa, pela globalização e financeirização do capital mundial, possui em sua complexidade a necessidade de reconstrução sistemática do modus operandi do desenvolvimento capitalista.

A pandemia da COVID-19 quebrou paradigmas e trouxe à tona um velho problema, com conhecida solução, proposta por Keynes (1936) e com sua práxis abandonada desde a ascensão do neoliberalismo e das políticas globais de austeridade como remédio para o enfrentamento de crises.

Conhecidamente, entende-se pela inserção da população no mercado de trabalho, de estímulo à demanda através dos salários e da criação de postos de trabalho, serviços públicos e de transferência de renda eficazes, aumento do gasto público em prol de uma maior estabilidade social no longo prazo, culminando na capacidade do Estado de gerar renda, emprego e consequentemente gerar um ambiente propício aos investimentos privados no país Keynes (1936).

O receituário básico de um mundo de quase 90 anos atrás e que parece esquecido pela maior parte dos economistas do mainstream, no entanto, os fatos não mentem e a realidade se torna evidente na necessidade de inclusão de

uma maior parcela da sociedade em um ciclo de renda e consumo que seja capaz de sustentar um crescimento a longo prazo.

A função estabilizadora de Musgrave e Musgrave já tratava do tema e da necessidade de reação do Estado frente à crise no século passado, buscando atuar de forma contra cíclica gerando uma política de desenvolvimento duradoura. Neste sentido, Rossi, David e Chaparro (2020, p 30) apontam a seguir:

"Essa função da política fiscal foi reconhecida na década de 1930, diante dos efeitos da Grande Depressão sobre o emprego e o nível de preços. De acordo com Musgrave e Musgrave (1973), a lógica dessa função é simples: quando há desemprego involuntário deve-se aumentar o nível de demanda pública até alcançar o pleno emprego. Quando há pressão inflacionária decorrente de excesso de demanda, o governo deve ajustar os seus gastos de maneira a contribuir para estabilizar os preços." (Rossi, David e Chaparro, 2020, p 30).

Neste sentido, a definição de uma política fiscal social que leve em consideração as necessidades do século XXI e seus desafios deve partir de um Estado plural e comprometido com as mazelas da população mais pobre e com o desenvolvimento econômico e social do país. Para tal, as contribuições das análises históricas e das medidas que foram eficientes em outros períodos devem ser olhadas como bases para a produção de uma nova economia brasileira, diversa em sua magnitude e capacidade de enfrentar os novos tempos com respeito à cidadania, aos direitos humanos e aos princípios democráticos.

Rossi, David e Dweck (2020) abrangem as possibilidades do pensar de uma nova forma de condução da política fiscal no Brasil, e ao definir uma política fiscal para responsabilidade social concluem:

"O terceiro pilar considera que a função estabilizadora da política fiscal, deve ir além de sua interpretação keynesiana tradicional ligada à estabilização do nível de emprego e de preços. Essa pode também incorporar a dimensão dos direitos humanos entendida especialmente a partir do princípio de não retrocesso social e de garantia do conteúdo mínimo." (Rossi, David e Dweck 2020, p 254)

As juventudes brasileiras, em sua maioria desempregadas durante o período mais crítico da COVID-19, são afetadas diretamente pelas políticas públicas inexistentes e incapazes de reproduzir em si as necessidades dessa parcela da população.

Uma inserção laboral capaz de compreender as especificidades de cada juventude, deve garantir direitos mínimos aos cidadãos que muitas vezes, ao se verem inseridos no mercado de trabalho, não possuem nenhum tipo de direito

ou direito a um salário mínimo.

O entendimento das necessidades das juventudes periféricas nos novos tempos vividos pela sociedade é fundamental para formulação de políticas públicas que evitem uma deterioração social da qualidade de vida e trabalho das juventudes por conta da incapacidade do Estado de compreendê-las. Como pode ser observado de forma primorosa por Abílio (2020) as juventudes periféricas do Brasil além de sofrer com o desemprego, quando ocupam o mercado de trabalho, em sua maioria são explorados como motoboys e bikeboys em aplicativos de entrega.

Segundo a autora:

“Por fim, pensar a economia de forma antirracista é mirar a transformação das estruturas que reproduzem o racismo e é também construir um projeto de desenvolvimento que incorpore o combate ao racismo como objetivo central, o que implica pensar cada política pública e cada instituição pública a partir da perspectiva do racismo estrutural. Nesse contexto, os economistas brasileiros – em sua esmagadora maioria brancos – poderiam refletir sobre como o racismo está presente nas instituições econômicas e na forma como a política econômica é pensada. Dentre essas, a política fiscal é uma dimensão fundamental do racismo.” (Abílio, 2020, p.595)

Não obstante à necessidade de criação de postos de trabalho e de oportunidades de estudo para as juventudes diversas do país, a economia de plataforma e a uberização que atingem em sua maioria trabalhadores jovens negros das periferias, produzem como efeito a derrocada dos direitos trabalhistas que em um passado recente eram garantidos pela Constituição.

Almeida, Batista e Rossi (2020), evidenciam a necessidade de uma política econômica e de uma nova economia, formuladas a partir de concepções antirracistas e com amplitude social que permitam o desenvolvimento de acordo com as diretrizes dos direitos humanos.

Complementarmente em Rossi, David e Chaparro (2020) e Almeida, Batista e Rossi (2020) evidencia-se a necessidade da observação de variáveis relativas aos direitos humanos no contexto de uma economia que compreenda os desafios de nosso tempo são essenciais e envolvem a reparação histórica ao racismo e misoginia praticados durante séculos no Brasil e que nos assombra em suas formas mais nefastas até hoje.

Neste sentido, a necessidade de uma compreensão do papel da redução da desigualdade como política de crescimento econômico perpassa pela real incapacidade de governabilidade presente no país entre 2019 e 2022, é conhecida a total falta de políticas públicas e econômicas por todo o mundo e seus resultados são obviamente percebidos na sociedade.

Além disso, De Sousa (2021) concei-

tua-nos historicamente em afirmar que apesar dos diversos ganhos sociais e econômicos obtidos a partir dos anos 2000 no Brasil, a situação das juventudes em relação ao trabalho, tem se deteriorado desde 2016. Isto é, as atuais condições de insegurança e falta de direitos básicos relativos aos trabalhadores intrinsecamente atua com o maior desalento das juventudes, sem visão de perspectiva de uma inserção laboral e com altas possibilidades de uma futura atuação no mercado informal, sem garantias e direitos, assim como a maior parte da população brasileira:

“A tarefa que se impõe é introduzir novos mecanismos que protejam os trabalhadores da insegurança laboral, num contexto prospectivo do desemprego estrutural de longa duração, da corrosão dos empregos e da base salarial (Belluzzo, 2020) e da obsolescência da mão de obra, em razão das sucessivas revoluções tecnológicas (Lavinias, 2018). Nessa perspectiva, a reforma do Estado Social brasileiro deve avançar no sentido de se introduzir um novo benefício de transferência de renda que complemente ou substitua temporariamente os rendimentos do trabalho, mitigando a pobreza e a desigualdade, pela maior proteção à massa trabalhadora desempregada ou inserida de forma precária no mercado de trabalho.” (Fagnani, 2020, p 275)

O relatório do IBGE (2022) para a PNAD é contundente em afirmar que apesar de um pequeno reaquecimento do mercado de trabalho em 2021 ele é marcado por uma maior informalidade e em condições mais desfavoráveis de trabalho e renda.

Relacionar o período de crise e a necessidade evidente do investimento público para combater os sintomas econômicos e sociais da pandemia com a ineficiência do governo federal em atuar e prover de forma eficaz soluções ao país é inevitável.

“No Brasil, o ajuste fiscal – pela via do corte de gastos públicos – vem sendo vendido há pelo menos cinco anos como a fábula da cigarra e da formiga. O argumento moral aponta que os excessos devem ser remediados com abstinência e sacrifícios. Esses excessos têm várias faces – aumentos de salário mínimo, gastos sociais, intervencionismo estatal e até a Constituição de 1988 – e o remédio tem nome: austeridade. E o país vem se tratando com esse remédio que não tem eficácia comprovada e apresenta efeitos colaterais, como uma cloroquina da economia.” (Carvalho e Rossi, 2020, p. 40)

Souza, Loreto e Reis (2021) evidenciam no debate o papel negativo do governo no combate à pandemia e seu reflexo nas juventudes brasileiras, na deterioração da sua renda, da oferta de emprego e da incapacidade total de produzir uma gestão pública para juventudes eficiente e programática.

Em suma, desenvolver políticas públicas

que sejam capazes de produzir emprego para as juventudes não só deve ser visto como necessidade social, mas sim como investimento do Estado em prol do desenvolvimento econômico, englobando todas as necessidades do que será o futuro do país. Há de se apontar que a incapacidade de gestão do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro agrava a realidade das juventudes brasileiras, uma vez que é papel do Estado garantir todos os aspectos que contemplam os direitos humanos e suas violações durante os anos que ocupou a presidência serão marcadas na mais triste história do Brasil.

Por fim, Resende, Terra e Filho (2021) atentam sobre as mudanças de paradigmas econômicos necessárias com a chegada da pandemia, a adoção de políticas contracíclicas no âmbito fiscal e monetária para reordenar a economia, com investimento público nos sistemas educacionais e de saúde pública e foco na crise climática.

METODOLOGIA

A partir do software "R" e do banco de microdados de dezembro de 2022, disponibilizado pelo IBGE em relação à PNAD, foram extraídos os dados necessários para a pesquisa.

O pacote disponibilizado pelo próprio IBGE, denominado "PNADcIBGE", em sua versão 0.7.1 foi utilizado como fornecedor principal dos dados. De forma complementar foram utilizados os pacotes "haven", "survey", "convey".

Foram selecionadas as variáveis de controle condizentes com a necessidade da pesquisa e foram produzidas as linhas de código necessárias para executar os modelos e extrair os dados pretendidos.

Foram selecionadas as variáveis referente a sexo (V2007), idade (V2009), cor ou raça (V2010), pessoas ocupadas e não ocupadas (V4001), se pessoas desocupadas procuraram ou não emprego (desalento)(V4071), características dos desalentados (V4074A) e renda média dos ocupados em proporção do salário mínimo (V403311).

O recorte de idade utilizado dos 14 aos 29 anos, tem aqui o objetivo de contemplar a faixa etária condizente com todas as juventudes brasileiras, assim proporcionando uma melhor elucidação das características do trabalho e do emprego no período de 2020 e 2021.

A opção pela utilização dos 4 trimestres referentes a cada ano, totalizando 8 trimestres em análise, tem como principal objetivo a possibilidade da observação de pequenas oscilações nas variáveis analisadas.

Com o objetivo de incentivar futuras pesquisas e proporcionar um maior ferramental aos economistas que buscam analisar a PNAD contínua em seus microdados a partir do software

"R".

É possível observar a seguir as fórmulas utilizadas para a extração dos microdados utilizados no artigo.

Ocupação dos trabalhadores de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4001,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Desalento de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4071,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Motivo do desalento de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V4074A,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Renda média em salários mínimos dos ocupados de 14 a 29 anos:

```
propiedade <- svymean(x=~V403311,
design=subset(dadosPNADc, V2009 <
30), na.rm=TRUE) propiedade
```

Com a obtenção dos dados, sua raspagem, a produção de gráficos e tabelas e com o apoio da literatura acadêmica que permitiu a conceituação utilizada na análise teórica, completam-se os ferramentais necessários para a complexidade que exige tal tema.

A análise numérica em si objetiva-se em complementar e fornecer o apoio à comprovação teórica do objeto em análise, a inação do governo federal e o desemprego nas juventudes brasileiras.

EMPREGO E JUVENTUDE: UMA ANÁLISE BASEADA NA PNAD

Como exposto anteriormente na fundamentação teórica, é de extrema valia a necessidade da compreensão sob os aspectos que geram o desemprego no Brasil, para que os agentes públicos em suas formalizações de políticas públicas sejam capazes de compreender a realidade em que o povo está inserido e o papel do Estado como condicionador da criação do emprego no país.

De tal forma, é urgente a reflexão sobre como o Governo impactou diretamente durante os anos de pandemia, através de uma má gestão, ineficiente em todos os aspectos da máquina pública, gerando uma situação de degradação

dos indicadores sociais no país.

Segundo o relatório do IBGE (2022), apesar da lenta recuperação dos indicadores relativos ao emprego no país, a deterioração da renda, da qualidade de vida e a falta de perspectiva assola a maioria dos lares brasileiros.

As juventudes, inseridas nessa realidade social de incertezas e riscos durante a pandemia, padecem de políticas públicas eficazes na redução da pobreza e da desigualdade, avaliar o quadro geral do desemprego dessa faixa etária tem como objetivo a elucidação do comportamento dos indicadores como forma de comprovar o exposto na seção anterior.

Emprego e juventude, em um país de maioria pobre e periférica, em geral estão relacionados a uma baixa remuneração, uma menor taxa de ocupação entre os mais jovens, e no mundo

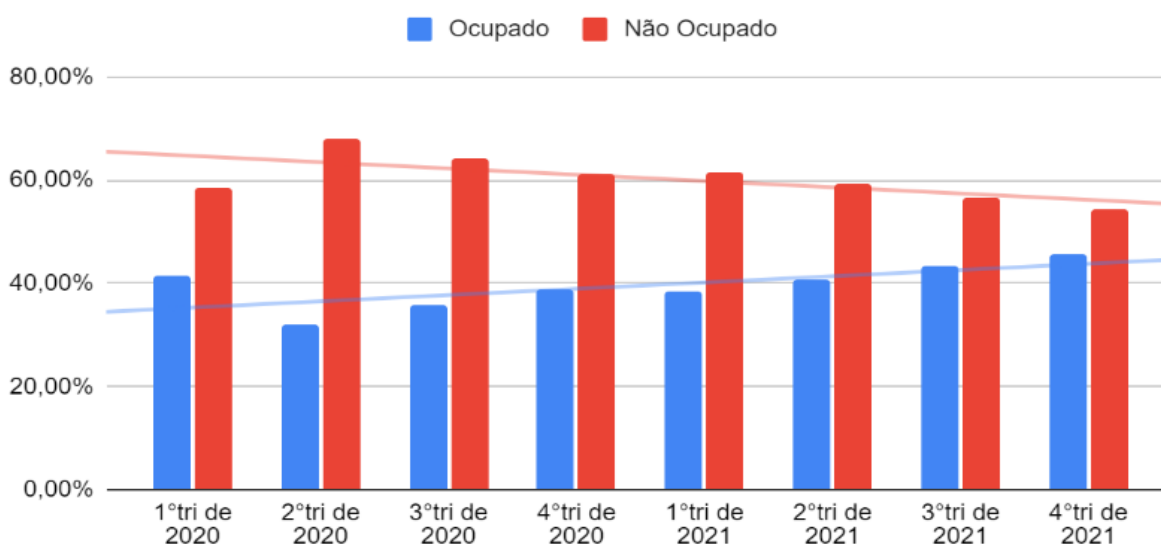
da economia de plataforma e da uberização da classe trabalhadora, a condições de trabalho precárias.

A partir da análise dos microdados da PNAD contínua fornecidos pelo IBGE foram extraídos os dados que compõem a presente seção, sua análise será feita de forma sucinta e elucidativa.

O gráfico apresentado na figura 1 mostra a taxa de ocupação e desocupação dos jovens de 14 a 29 anos, de forma trimestral, nos anos de 2020 e 2021.

É possível observar um recuo da taxa de ocupação referente ao primeiro trimestre de 2020, de 41,36% para 31,99%, que só é recuperada a partir do terceiro trimestre de 2021, ainda em patamares baixos, equivalente a 43,53% das juventudes.

Figura 1 - Percentual de ocupação e desocupação de jovens entre 14 e 29 anos



Fonte: Elaboração própria.

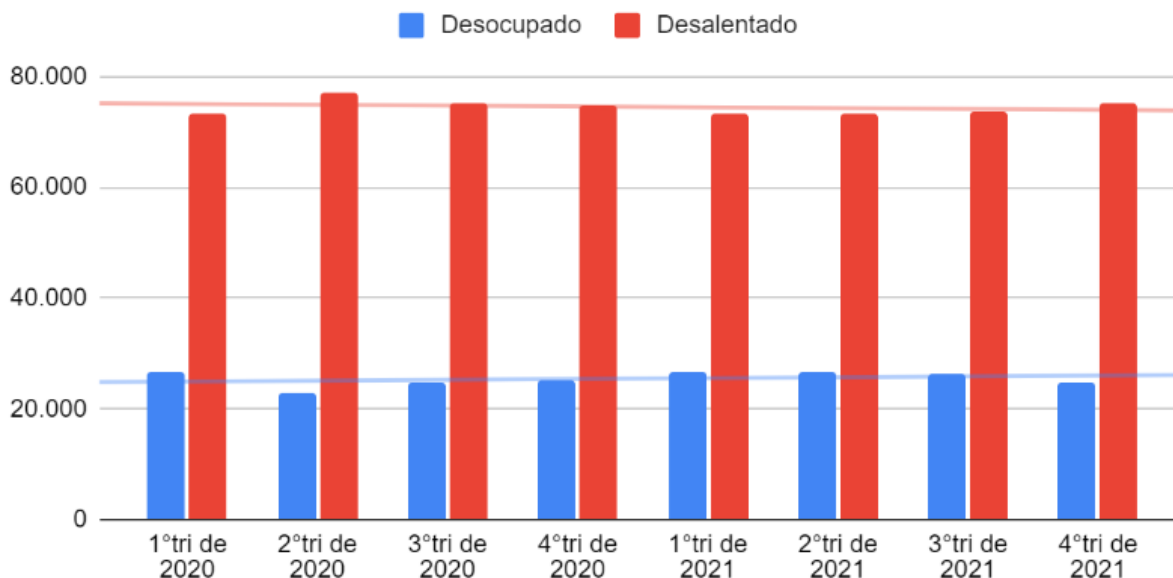
A taxa de desocupação como mostra a figura 1, sofre em patamares preocupantes, apesar da variação relativa à pandemia, mantida em patamares estáveis porém altíssimos, observa-se como período de maior desocupação o segundo trimestre de 2020, representando 68,01% da população de 14 a 29 anos.

A fome e o aumento da miséria são retratos cruéis dos tempos de pandemia, o relatório do IBGE (2022) aponta para uma deterioração não recuperada dos indicadores sociais e de trabalho, que pode ser considerada, assim como em Carvalho e Rossi (2020), como reflexo do total abandono das políticas de combate à pandemia pelo governo Bolsonaro.

O desalento como reflexo da falta de perspectiva é o mais alarmante dado observado no período da COVID-19, uma maioria dos jovens desocupados, sem procura de emprego e

sem condições financeiras e sociais de buscar a inserção no mercado de trabalho.

Figura 2 - Percentual de ocupação de desocupação de jovens entre 14 e 29 anos



Fonte: Elaboração própria.

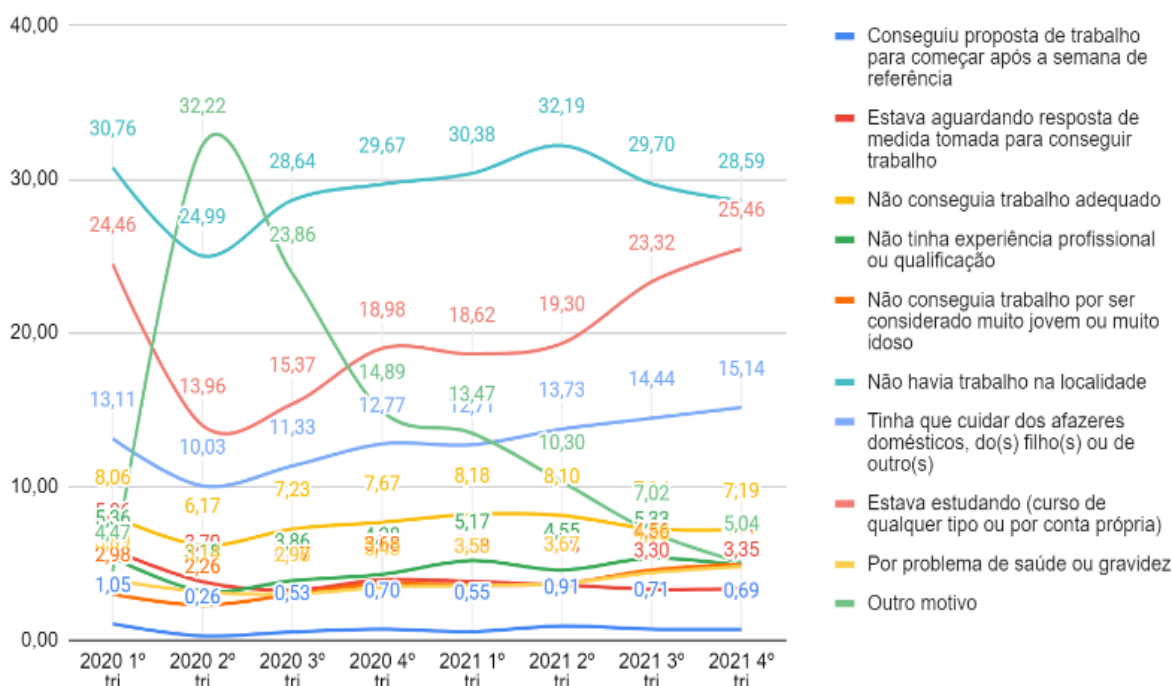
A análise dos dados referentes ao desalento chama a atenção a partir do gráfico exposto na figura 2, a alta estabilidade em patamares de 75,19% no último trimestre de 2021 demonstram a total descrença na possibilidade de conseguir um emprego entre as juventudes.

Tal taxa não se explica tão somente pela pandemia, mas concretiza-se em um projeto de governo, o projeto que somado a total falta de ação, falta de vacinas, disseminação em larga escala do vírus no país refletem em indicadores preocupantes e em um desafio. Pode até ser um

objetivo de desmonte.

Uma vez compreendida a situação degradante do emprego para as juventudes brasileiras, busca-se então uma maior especificidade no entendimento dos dados obtidos, apresenta-se a seguir uma análise sobre os perfis dos desalentados de 14 a 29 anos no país, explicitando o impacto da pandemia e de outras variáveis resultantes na falta de condições da busca por um emprego.

Figura 3 - Apontamento Trimestral das Motivações do Desalento.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico representado na figura 3 acima demonstra o perfil do desalento nas juventudes brasileiras, de forma concreta observa-se a evolução durante a pandemia dos indicadores referentes ao motivo do desalento na população de 14 a 29 anos.

A linha de tendência verde representa "outro motivo" captando o efeito da COVID-19 e de sua disseminação no desalento das juventudes, não é possível afirmar, mas parece que com políticas de redução do contágio mais eficientes, os números não seriam tão altos.

Outro ponto referente a "outros motivos" é a demora na recuperação dos patamares anteriores à pandemia, sendo atingidos somente no último trimestre de 2021.

A pandemia também afeta a linha dos que não procuraram emprego porque estavam estudando, sendo perceptível o impacto da pandemia na educação e na evasão escolar das juventudes.

O estudo, também impactado diretamente pela falta de políticas para a educação do governo federal, também só tem seu patamar re-

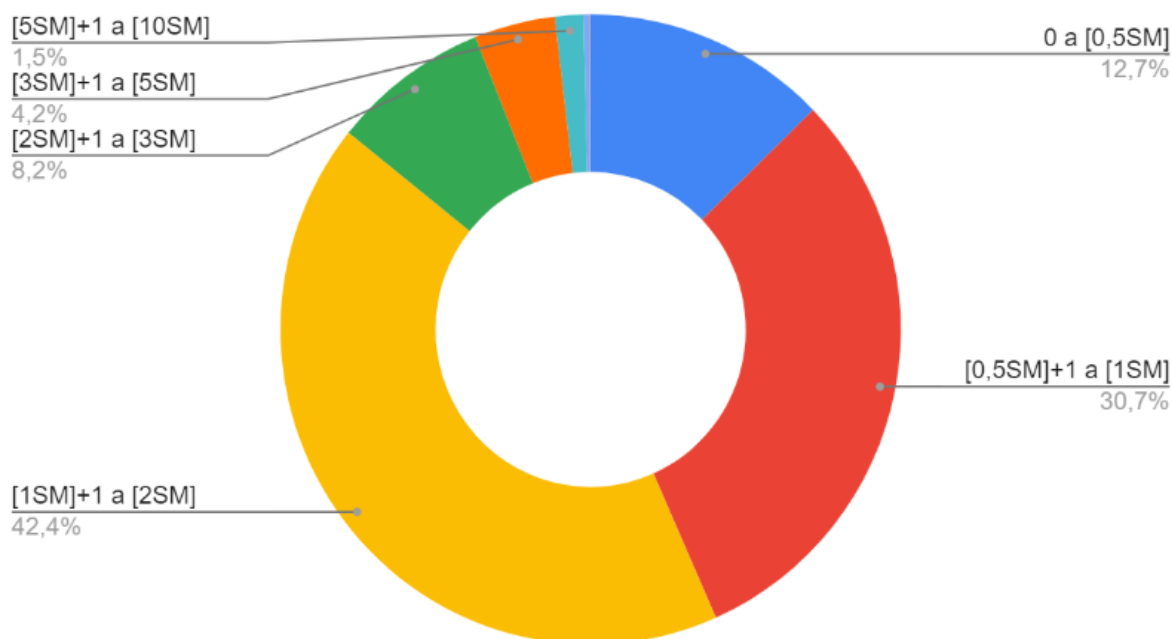
cuperado entre os que não procuraram emprego no último semestre de 2021, mostrando a lenta recuperação de uma variável que apesar de apontar o desemprego dos estudantes brasileiros, nos dá a certeza de que pelo menos uma parcela dos jovens desempregados estuda regularmente.

A necessidade de cuidar de afazeres domésticos, de filhos ou parentes em conjunto com a falta de emprego na localidade representam as variáveis que mais dizem respeito à ausência do estado em prover os direitos básicos aos cidadãos, desde equipamentos públicos eficientes à capacidade estatal de indução das ofertas de emprego.

É possível observar uma estabilidade na falta de emprego na localidade, o que a princípio representa uma involução desses indicadores com a melhora da situação pandêmica no país.

Por conta da também estabilidade ao longo dos dois anos dos indicadores analisados, optou-se pela apresentação da renda em um gráfico obtido pela média da renda dos jovens de 14 a 29 anos, apresentado na figura 4.

Figura 3 - Renda média dos jovens entre 14 e 29 anos ocupados.



Fonte: Elaboração própria.

Na figura 4 observa-se uma grande concentração da renda das juventudes na faixa que vai de 0,5 a 2 salários mínimos, uma faixa que representa 73,1% da população de 14 a 29 anos.

A qualidade de vida e o poder de compra da população, deteriorados durante os anos de pandemia, com alta inflação dos

componentes da cesta básica e dos indicadores reguladores de aluguéis atuam na contração da renda, que segue estabilizada em um salário mínimo que não contempla as mínimas necessidades para uma vida digna.

CONCLUSÃO

Durante o artigo, buscou-se através da pergunta “Como evoluíram os indicadores referentes ao trabalho, das juventudes de 14 a 29 anos, durante o período 2020 e 2021, caracterizado pela pandemia da COVID-19?”, complementar o debate acadêmico do ponto de vista teórico e prático através da “caracterização das taxas de ocupação e desocupação das juventudes brasileiras durante a pandemia da COVID-19 suas potenciais implicações na deterioração dos indicadores referentes ao emprego e desalento da população de 14 a 29 anos”.

A pesquisa e análise dos dados extraídos da PNAD contínua demonstra a grave situação que se encontram as juventudes brasileiras, o trabalho é inerente à sociedade capitalista, não há forma de vida sem renda, e o exposto na seção anterior evidencia uma deterioração não recuperada dos indicadores de emprego dos jovens de 14 a 29 anos.

Como primeira hipótese conclui-se que não é possível colocar toda a culpa na conta do desgoverno que passou pelo Palácio do Planalto de 2018 a 2022, mas fica evidente a total incapacidade de atuar com medidas contracíclicas para a manutenção das garantias mínimas dos direitos humanos à população mais pobre.

Como segunda hipótese, os indicadores corroboram o exposto na conceituação teórica e no relatório do IBGE (2022), nos servem aqui como prova da falta de políticas públicas, representadas em uma estabilidade negativa em alguns casos e de uma deterioração interna dos indicadores em outros. São amplamente conhecidos os problemas históricos estruturais do país, porém o governo atuou na contramão da humanidade em um papel negacionista e isolacionista do Brasil durante o período pandêmico.

Neste sentido, debater a formulação das políticas públicas, do investimento público e um novo modelo de política fiscal, abrangente e que seja capaz de contribuir com uma nova forma de pensar e viver da sociedade moderna.

Como terceira hipótese, conclui-se que através do exposto durante o artigo, a necessidade de políticas públicas voltadas para as juventudes, não é só necessária, é urgente. A falta de trabalho e condições de uma vida digna não pode ser a perspectiva do futuro do Brasil.

Através do exposto na conceituação teórica, foi possível apontar potenciais atuações que o Estado venha a construir rumo à produção de políticas públicas, fiscal e monetária, com impacto direto no emprego, de forma a salvaguardar o direito ao trabalho garantido na constituição federal. Desenvolver economicamente e socialmente o país depende da capacidade e vontade

dos agentes públicos ao implementar medidas de gestão pública capazes de compreender os anseios da população.

Através dos dados obtidos da PNAD concretiza-se o exposto na conceituação teórica, a falta de evolução positiva nos indicadores, em uma tendência de melhora da situação do emprego e da degradação da renda nas juventudes brasileiras. Parece haver uma relação perversa entre o não governo exercido no país entre 2019 e 2022 e as degradações dos indicadores do emprego no Brasil.

O país precisa de uma política que tenha como foco reduzir o desemprego e em conjunto reduzir a corrosão da renda, assim promovendo o papel do Estado em prover condições ao desenvolvimento da nação. Desenvolver o Brasil e suas juventudes através de um conjunto de políticas públicas sólidas e eficientes, com amparo nos direitos humanos, são necessidades urgentes de um país que viveu o descaso durante os últimos quatro anos.

Para tal, torna-se necessário no momento presente e principalmente em futuras pesquisas a necessidade de uma maior produção científica com foco em análises sociais e econômicas para as juventudes brasileiras, fomentando assim um terreno de produção acadêmica essencial para o desenvolvimento econômico. Como limitações de pesquisa e apontamentos para futuras pesquisas, sugere-se uma maior discussão através de modelos macroeconômicos e de análises qualitativas das políticas públicas voltadas às juventudes.

REFERÊNCIAS

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro : IBGE, 2022. 154 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>

ABÍLIO, Ludmila Costhek. (2020). UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, auto-gerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, 39 (Novos estud. CEBRAP, 2020 39(3)). Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>

De Sousa, Euzébio Jorge Silveira. (2021). O desemprego da juventude no Brasil em crise. *Juventude. Br*, (15), 31–39. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/170>

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando. Con-

ventions, Money Creation and Public Debt to Face the Covid-19 Crisis and its Aftermath: A Post-Keynesian View. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 41, n. Brazil. J. Polit. Econ., 2021 41(2), abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572021-3260>

KEYNES, John Maynard . (1985 [1936]). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 2º. Edição, São Paulo, Nova Cultural. 1985.

DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do Capital Improdutivo: a Nova Arquitetura do Poder, sob Dominação Financeira, Sequestro da Democracia e Destruição do Planeta*. Outras Palavras & Autonomia Literária, São Paulo, SP, 2017.

SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; REIS, Lilian Perdigão Caixêta. Crise dentro da crise: a inserção laboral juvenil e sua configuração no contexto do novo coronavírus. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 32, n. 1, p.90-108, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v32i1.11341>

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; CHAPARRO, Sergio. *Política fiscal, desigualdades e direitos humanos*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. *Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio; BATISTA, Waleska Miguel; ROSSI, Pedro. *Racismo na economia e na austeridade fiscal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DAVID, Grazielle; DWECK, Esther. *Redefinindo responsabilidade fiscal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: FAGNANI, Eduardo. *O Estado de Bem-Estar Social para o século XXI*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. In: ROSSI, Pedro; ROCHA, Marco Antonio; DWECK, Esther; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; MELLO, Guilherme. *Uma agenda econômica para todos*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.



A repressão e violência aos estudantes nas escolas cívico-militares brasileiras através do medo: uma revisão de literatura

Gabriel Cesar Brunório

RESUMO: Este artigo examina os impactos da militarização das escolas cívico-militares no Brasil, do ponto de vista dos estudantes. Essas escolas adotam uma abordagem educacional distinta, centrada na disciplina, obediência e hierarquia, mas há preocupações em relação à repressão e violência enfrentadas pelos estudantes. A pesquisa envolveu uma seleção de doze artigos encontrados pelo Google Scholar, juntamente com entrevistas com estudantes, pais e responsáveis. Os resultados revelam que os estudantes experimentam um ambiente de medo, autoritarismo, punições e presença de pessoas armadas, o que contribui para um clima de repressão em vez de segurança. O medo é usado como ferramenta de controle, afetando o comportamento e o desempenho acadêmico dos estudantes, resultando em pressão psicológica. Além disso, há relatos de intolerância religiosa e cultural. A discussão enfatiza que a militarização das escolas cívico-militares no Brasil suscita preocupações profundas sobre o impacto na formação dos estudantes, destacando a importância de equilibrar disciplina e bem-estar emocional. A imposição autoritária de comportamentos prejudica a capacidade dos estudantes de expressar opiniões divergentes e questionar a realidade ao seu redor. As considerações finais indicam a necessidade de alternativas que promovam uma educação de qualidade, respeitosa e empoderadora, garantindo que os estudantes se sintam seguros, valorizados e motivados a aprender.

Palavras-chave: Escolas cívico-militares, estudantes, violência, medo, educação, revisão de literatura.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos têm posicionado a pauta das chamadas "escolas cívico-militares" no contexto brasileiro (Mendonça, 2019; Pinheiro, Pereira & Sabino, 2019; Carvalho, Zientarski & Rech, 2022). Esses estudos, em linhas gerais, focam na perspectiva da implementação de políticas públicas, avaliando os resultados e desempenho do modelo de ensino, exemplo ao estudo de Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro (Carvalho, Zientarski & Rech, 2022), enquanto outros focam em avaliar o Pec-

im como perspectiva, exemplo aos estudos de A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil (Alves & Toschi, 2019) e MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais (Silva, 2019). Contudo, parece haver uma quantidade menor de estudos que observam a perspectiva do estudante nesse modelo de ensino, trazendo potenciais lacunas para estudos futuros.

Tais lacunas deixam uma perspectiva importante de lado, de trazer o que os estudantes das escolas pensavam dessa proposta de projeto, quais seriam seus receios, o que achariam que mudaria no ambiente escolar. Dessa forma, este artigo visa revisar o que diz a literatura principalmente sobre a perspectiva do estudante das escolas cívico-militares, observando estudos qualitativos e quantitativos, tal como entrevistas e etnografias conduzidas em tal contexto de ensino.

Se por um lado alguns estudos têm apontado o crescimento da violência em ambiente escolar (Jesus, 2021; Garrido & Filpo, 2018), por outro, o contexto da Pandemia fomentou a discussão da militarização das escolas públicas como uma possível solução alternativa a estes altos índices de violência dentro das instituições de ensino. Contudo, para muito além da expansão provocada pela implementação do Projeto de Escolas Cívico Militares (Pecim) - instituído pelo Decreto Presidencial nº 10.004 de 05 de Setembro de 2019 (BRASIL, 2019, p. 1) - aqui questiona-se como tal processo já acompanhou desde seu início denúncias e casos de abuso sexual e de violência física contra estudantes (PLURAL CURITIBA, 2021; G1, 2021) que parecem não apenas não solucionar a questão central levantada como problemática, mas também agravar o cenário de violência em ambiente escolar, pois a violência não se trata mais apenas da relação estudante-estudante, mas agora também militar-estudante. Diante de tal contradição, alguns estudos têm buscado refletir sobre o fenômeno (Barbosa & Tozatto, 2023) e como a escola passa a ser um ambiente ainda mais violento, antidemocrático e sem espaço para oposições (Tapajós & Silva, 2023; Correio Brasileiro, 2023; Revista Fórum, 2023), mas também a partir de artigos e pesquisas que discutem toda a problemática educacional principalmente para os estudantes.

Este modelo cívico militar se inspira prin-

principalmente nas instituições de ensino militares (Souza & Santos, 2022), que apresentam índices altos em relação especialmente às notas dos estudantes (Benevides & Soares, 2016), buscando assim um aumento no desempenho escolar nas escolas que aderissem ao novo modelo militarizado. Até o final de 2022 cerca de 200 escolas aderiram ao Pecim, segundo Pinheiro et al. (2019), ignorando o que envolve nas especificidades de cada instituição de ensino e também na disparidade de investimento recebidos entre as escolas militares e públicas. E complementam:

Outro fator a ser considerado é que as escolas militarizadas ao adotarem reservas de vagas, selecionam o seu público, ação que impulsiona vantagens quantitativas nos processos de avaliação pedagógica e nos indicadores de qualidade. No entanto, isso revela um mecanismo de reprodução das desigualdades, visto que as demais escolas públicas recebem todos os segmentos sociais num contexto político de subsequentes reduções dos investimentos públicos. (Pinheiro, Pereira & Sabino, 2019, p. 16).

Além disso, existiu em muitos municípios uma adesão forçada ao Pecim, focada em objetivos eleitorais, numa análise de conjuntura pelos prefeitos e vereadores(as) que colocava em questão o aumento do pensamento conservador que tem acontecido em uma linha constante desde as eleições de 2018 (Santos & Alves, 2022). Sendo assim, aproveitando uma estratégia eleitoral para os próximos pleitos, buscaram transformar as escolas públicas nos modelos de escolas cívico-militares, fazendo da militarização uma espécie de “moeda eleitoral”, como apontam:

Militarização como moeda eleitoral, visando a agradar determinados setores conservadores em visível crescimento no país; e a militarização como política de repressão e controle social, tendo em vista o gradual crescimento dos movimentos sociais (com destaque para o movimento estudantil) a partir de meados de 2010, com o auge em 2013. (Santos & Alves, 2022, p. 14).

Também existem casos de governadores, como no caso do Paraná, que focou a implementação das escolas cívico militares em regiões onde haviam acontecido grandes mobilizações contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC do congelamento de gastos entre 2015 e 2017, para dar fim ao pensamento ‘ideológico’ dentro das escolas (CURITIBA CBN, 2023).

Como já apontado anteriormente, está no centro da discussão deste artigo observar não o processo de expansão em si, mas localizar o estudante em meio ao processo. Cabe também observar se a militarização das escolas públicas a partir do Projeto de Escolas Cívico Militares muda a relação que o estudante constrói com o espaço escolar e como eles percebem essa mudança

dentro deste contexto da militarização, a qual trás consigo a disciplina, censura, submissão e a despersonalização de suas identidades, afetando nas suas construções de relações sociais dentro do ambiente escolar (Brasil de Fato, 2023; Silva, 2023).

Dessa forma, este artigo se propõe a refletir sobre a seguinte pergunta de pesquisa, “o que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?”, realizando uma revisão de literatura, a qual é descrita no tópico a seguir, apontando seleção de artigos com critérios de inclusão e exclusão. Após, são discutidos os resultados, buscando observar convergências e divergências entre o que dizem os estudos que localizam o estudante no centro da questão das escolas cívico-militares e, por fim, são apresentadas as considerações finais, com a síntese dos achados, mas também reflexões sobre limitações de pesquisa e potenciais caminhos para futuros estudos sobre a abordagem e tema.

MATERIAIS E METODOLOGIA

Utilizando da metodologia de proposta por Botelho et. al (2011, p. 127) de “revisão sistemática integrativa”, metodologia esta que também foi adaptada por Silva (2018, p. 59), realizou-se uma pesquisa de títulos e de resumos de publicações, com algumas restrições, sendo a primeira temporal, onde a busca se limita a publicações a partir de 2022, esta delimitação foi aplicada em propósito de fazer um recorte temporal, principalmente porque a implementação das escolas cívico-militares se deu entre os anos de 2019 e 2000, passamos até o começo de 2022 por uma pandemia, na qual implicou nos modelos de aulas fazendo com que assim não exista uma convivência entre os estudantes e militares dentro do ambiente escolar.

Foram realizadas um total de 07 (sete) buscas com operador booleano ‘AND’ entre os seguintes conjuntos de palavras-chave, sendo todas elas pesquisadas em português: “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “repressão”; “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “violência”; “escola cívico-militar” AND “estudante” AND “medo”; “escola” AND “estudante” AND “violência” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “repressão” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “medo” AND “militarização” AND “ditadura militar”; “escola” AND “estudante” AND “violência” AND “repressão” AND “medo” AND “militarização” AND “ditadura militar”.

Foi a partir dessa metodologia, que pode-se juntar artigos que trouxessem alguma voz ao

estudante, na tabela abaixo temos um conjunto de itens como evidências para que possam ser usados em revisões sistemáticas. Utilizou-se como principal ferramenta de pesquisa o Google Scholar. Este levantamento inicial trouxe um total de 762 resultados com palavras-chaves no título ou resumo. Para tal, o Quadro 01 apresenta:

Quadro 1 - Palavras-chave e bases selecionadas para a revisão sistemática de literatura (PT-BR)

Palavras-Chave	Google Scholar
"escola cívico-militar", "estudante", "repressão"	27
"escola cívico-militar", "estudante", "violência"	59
"escola cívico-militar", "estudante", "medo"	48
"escola", "estudante", "violência", "militarização", - "ditadura militar"	237
"escola", "estudante", "repressão", "militarização", -"ditadura militar"	132
"escola", "estudante", "medo", "militarização", -"ditadura militar"	178
"escola", "estudante", "violência", "militarização", "repressão", "medo", -"ditadura militar"	81
Soma	762

Fonte: Elaboração própria

Com o levantamento inicial, foi necessário filtrar um pouco mais, de maneira que contemplasse o tema central em torno da perspectiva do estudante sobre a violência dentro das escolas cívico-militares. Excluindo assim, artigos, pesquisas e teses que não trouxessem a visão dos estudantes destas instituições de ensino. Reduzindo o número total de 762 publicações para 97 resultados, aplicando então uma nova etapa formando critérios de inclusão e exclusão, conforme Quadro 02:

Quadro 2 - Critérios de Inclusão e Exclusão para filtro da Revisão de Literatura

Critério de Inclusão	Critérios de Exclusão
Estudos que realizam revisão de literatura;	Aborda apenas perspectivas de professores, diretores, pais e sindicalistas da educação;
Estudos que apresentam discussão relacionada à violência dentro das escolas cívico-militares;	Faz apenas menção à redução de violência na relação estudante-estudante e ignora a relação militares-estudantes ;
Entrevistas com estudantes;	Duplicata, mesmo que sob outro título, mas sendo a mesma discussão;
Estudos que apontam problemas na implementação do Projeto de escolas cívico-militares (Pecim);	Documento final inacessível;
Estudos que apontam impactos principalmente aos estudantes dessas escolas aderentes ao Pecim.	Somente perspectiva de pesquisadores, professores e gestão escolar.

Fonte: Elaboração própria

Após seguir os critérios de inclusão e exclusão, totalizam um resultado de 12 artigos, dissertações e teses que visassem discutir o assunto da militarização das escolas públicas no Brasil tendo o estudante no centro da análise, em como o projeto foi aplicado, com qual intenção e como tem se dado a proficuidade do Pecim à educação brasileira até então.

O filtro principal para a seleção dos elementos de pesquisa para realizar a investigação foi a escolha de materiais que focassem em responder à pergunta de pesquisa: O que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?, buscando trazer perspectivas de estudantes e quando não fosse possível em relatos diretos de estudantes, refletisse a partir de situações da rotina escolar, quais os tipos de violência são aplicadas diariamente nas escolas cívico-militares com a justificativa de uma melhoria da disciplina e desempenho escolar

mas com o verdadeiro intuito de construir um ambiente de submissão e repressão ao estudantes com dominância por parte dos militares.

Quadro 2 - Critérios de Inclusão e Exclusão para filtro da Revisão de Literatura

Títulos	Autores	Ano de Publicação
Avaliação E Militarização De Escolas No Distrito Federal: Relações E Implicações	Enílvia Rocha Morato Soares & Rose Meire Da Silva E Oliveira	2022
Conselho De Classe Em Uma Escola Militarizada Do Distrito Federal	Rhaíssa Sheri Freire De Souza Rocha	2022
Das Cirandas Aos Quartéis: Expansão Da Militarização Das Escolas Públicas No Tocantins	Jefferson Soares De Sousa & Denise Lima De Oliveira	2023
Democracia Escolar Em Vertigem: Aspectos Jurídicos E Psicológicos Diante Do Educar Militarizado	Angélica De Abreu Barbosa & Alessandra Tozatto	2023
Escola Cívico-Militar Em Belém/Pa: Discussão A Partir De Um Estudo De Caso	Michelle Costa Tapajós & José Bittencourt Da Silva	2023
Escola Pública Atual Ou Cívico-Militar? Com A Palavra Professores E Estudantes De Uma Instituição Estadual De Vila Rica/Mt	Mônica Strege Médici, Domenico Dos Santos Médici & Marcelo Franco Leão	2022
Escolas Cívico-Militares, Foucault E Corpo Dócil: Disciplina Como Via De Ensino?	Brunella Poltronieri Miguez, Ana Karyne Loureiro Furley & Hiran Pinel	2022
Escolas Cívico-Militares: Cidadãos Ou Soldadinhos De Chumbo?	Erasto Fortes Mendonça	2019
Militarização Das Escolas E A Narrativa Da Qualidade Da Educação	Daniel Calbino Pinheiro, Rafael Diogo Pereira & Geruza De Fátima Tomé Sabino	2019
Militarização Das Escolas Públicas Em Goiás: Disciplina Ou Medo?	Leandra Augusta De Carvalho Moura Cruz	2017
O Direito À Educação E A Militarização No Distrito Federal	Gilberto Soares Da Costa	2022
Programa Escola Cívico-Militar: Diagnóstico Do Presente	Juliana Boanova Souza & Suelen Assunção Santos	2022

Fonte: Elaboração própria

REVISÃO DE LITERATURA

A princípio, cabe citar Gilberto (2022), que faz uma análise entre o *modus operandi* militar e o ambiente escolar e como isso está relacionado à repressão e violência dos militares com os estudantes dentro das escolas cívico-militares. Pois segundo ele, o militarismo e a escola estão em caminhos opostos por diversas razões, aponta que a polícia é treinada para agir com violência enquanto na escola aprender a respeitar e conviver com diferenças. Apresenta que ao colocar um policial dentro da escola, ele iria impor a disciplina, obediência e hierarquia de uma maneira onde os estudantes alimentarão o sentimento de medo por conta das repressões e falta de diálogo, ações essas diferentes do que os profissionais da área educacional entendem como educação. E cita:

Entendemos que o processo de militarização das escolas públicas no Brasil pode ser legalmente questionado por diferentes fatores, dentre eles: [...] definição de perfil de estudantes e impedimento de matrículas de estudantes que não atendem a esse perfil; desrespeito às características étnicas, raciais, culturais e identitárias dos e das estudantes, além de reserva de vagas e cobrança de taxas (Santos & Cara, 2023, p.3).

Desta forma, a criação das escolas cívico-militares trazendo consigo a restrição de matrícula de estudantes que não se encaixam em um perfil específico, estaria para além de retirar o direito à educação destes jovens, diminuindo consequentemente a diversidade racial, cultural e identitária dos estudantes dessa instituição de ensino. A questão dessa militarização das escolas afetar na diversidade escolas e na liberdade de expressão e cultural dos estudantes também é tratada, e dando muita atenção e relevância para a opinião dos estudantes, por Soares e Oliveira (2022), que coletaram relatos de estudantes sobre diversas situações corriqueiras da escola após a transição para cívico-militar. Tal qual relataram o autoritarismo por parte dos militares devido a ausência de diálogo.

Os depoimentos sinalizam haver insuficiência ou mesmo inexistência de diálogo entre estudantes e policiais militares, o que denota uma imposição autoritária e repressora de comportamentos considerados inaceitáveis. Quando obtida, a disciplina que nesses moldes se produz não garante a redução de atos violentos. Por não se assentar em bases sólidas, torna-se aparente, artificializada e propensa a voltar ao “normal” ou à indisciplina em situações nas quais a vigília se mostrar menos ostensiva. É bastante comum a reincidência da violação de regras por sujeitos que foram anteriormente punidos (Guimarães, 2017). (Soares & Oliveira, 2022, p.9).

O medo pode ser utilizado como ferramenta de controle, e é por este caminho que as escolas cívico-militares vão, o autoritarismo, punições e o fato de estar em um ambiente com pessoas armadas acabam causando o sentimento de medo e coesão ao invés de segurança. E infelizmente, isso torna-se uma estratégia para manter a ‘disciplina e ordem’ nestas instituições de ensino.

Em punição para comportamento desviante (perda de pontuação em nota, por exemplo) e condecoração para comportamentos considerados exemplares (bons resultados de aprendizagem), operam tão só, a nosso ver, como controladores disciplinares de performance através do medo. (Míguez, Furley & Pinhel, 2022, p. 11).

[...] a avaliação materializada em contextos onde predominam relações de poder, domínio, repressão e controle sobre pensamentos e corpos se apresenta privada de requisitos básicos que caracterizam uma educação voltada à formação integral dos sujeitos. (Soares & Oliveira, 2022, p. 10)

Os estudantes desses colégios militares devem seguir todos os 88 incisos do Regimento Disciplinar e, caso falhem uma única vez, poderão ser penalizados com advertência, repreensão, suspensão da sala de aula ou transferência educativa, de acordo com a transgressão realizada, e ainda terão suas notas subtraídas de acordo com as infrações cometidas e suas penalidades correspondentes. Se o aluno ganhar uma advertência, ele é penalizado com (- 0,25) em sua nota; Repreensão (-0,50); Suspensão da sala de aula até dois dias (-0,50) e Suspensão da sala de aula acima de dois dias (1,00). Sendo assim, os alunos, em seu cotidiano, convivem com medo e angústia de cometerem alguma das transgressões e, consequentemente, serem penalizados ou serem convidados a se retirar do Colégio. Além disso, alguns alunos são convencidos a acreditar que ser expulso do Colégio Militar é estar fadado ao fracasso para toda a sua vida. (Cruz, 2017, p. 103).

Dessa forma, podemos observar que com essa tratativa aos estudantes, a punição implica também nas suas notas, colocando uma pressão psicológica de que dependem de se manter por ali para não fracassarem na vida. A partir de entrevistas com estudantes, Rocha em sua dissertação, consegue relatos sobre a tratativa dos monitores militares com os estudantes:

“É rebeldia que eles falam (Estudante Victória); É rebeldia, se você falar, é advertência oral. E se você não se calar e continuar debatendo, é advertência mesmo (Estudante Júlia); E perde a opção do seu ponto da formativa. Porque eles não escutam o que você fala e se falar, praticamente, está errado (Estudante Ysabelli).” (Rocha, 2022, p.91).

A partir das entrevistas, a autora ainda faz uma reflexão utilizando a perspectiva histórico-crítica proposta pela Secretaria de Educação Estadual do Distrito Federal em 2014 com base no

pensamento Foucaultiano.

O contexto dessas falas dos estudantes revela que se sentem injustiçados quanto à punição que lhes é conferida pelo monitor militar em função de algum comportamento que esteja em desacordo com as regras. Nesse sentido, percebe-se que o desvio no padrão imposto pelo militarismo passa a vigorar dentro da escola na direção do silenciamento das opiniões, condicionando os estudantes a uma formação radicalmente contrária à perspectiva histórico-crítica proposta pela SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014). Em contrapartida, para promover o adestramento, é necessário que haja vigilância hierárquica de forma que garanta a reprodução do comportamento esperado e formalizado em regimentos e manuais. Nesse caso, até mesmo o olhar torna-se dispositivo de coerção para o exercício da disciplina e há um mecanismo penal funcionando no centro do sistema disciplinar com castigos, cuja função é a redução dos desvios de regularidades e regras e aplicam-se recompensas e sanções, além de exames que permitem qualificar, classificar e punir (Foucault, 2014). (Rocha, 2022, p. 91).

Mendonça faz uma análise do parâmetro geral das escolas cívico-militares, questionando se essas instituições formam cidadãos ou apenas soldados submissos. Ele traz a partir da pesquisa de outro autor, Brasília, denúncias dentro dessas instituições até mesmo de assédio sexual por parte dos militares com as estudantes do estado do Amazonas.

Ainda no sistema de ensino do AM, duas professoras do mesmo colégio acusam um militar que integra o corpo docente da escola de assédio sexual. "Segundo uma delas, o oficial propôs um encontro sexual em troca da revisão de uma nota baixa dada à filha da docente" (Basílio, 2019). (Mendonça, 2019, p. 11).

E completa com o relato:

Um PM amazonense ouvido sob anonimato por Carta Capital diz que impera nas escolas a 'cultura do medo'. As unidades, descreve, tornaram-se locais de jogos de poder internos da corporação, com favorecimentos movidos a interesses particulares e abordagens que em nada se preocupam com o papel pedagógico dos colégios. 'Esses militares precisam entender que não estão em um quartel ou em uma operação civil, mas em uma escola' (Basílio, 2019)." (Mendonça, 2019, p. 11).

Apesar do trabalho de Rêses & Paulo (2019), ter o foco no posicionamento do corpo docente da educação básica sobre essa militarização das escolas públicas, ninchado ao estado de Goiás, os autores trazem análises interessantes sobre a submissão que os estudantes são submetidos nessas escolas, sem direito ao questionamentos e com constante medo de punições:

Na escola militarizada, os estudantes são sub-

metidos à vigilância e ao monitoramento a todo momento por meio da presença de militares armados num complexo educacional que mais lembra um quartel, com salas de aulas e professores de jalecos brancos. Isso induz a uma íntima relação de poder e submissão permanente. (Rêses & Paulo, 2019, p. 8).

Nada de criticidade nem de questionamentos; ao contrário, há uma formação de jovens que sabem que estão sendo vigiados e que, portanto, agem de maneira 'dócil', zelando pela manutenção do status quo. Ser observado sempre é uma forma impositiva de poder e disciplina, havendo possibilidade de ações punitivas. Ou seja, o medo impõe o 'respeito'. (Rêses & Paulo, 2019, p. 8).

Com base nas literaturas e nas reportagens no tópico anterior, é possível observar que existem pesquisas sobre os diferentes níveis de violências

A OBEDIÊNCIA À MILITARIZAÇÃO A PARTIR DO MEDO

Podemos analisar, com base nas literaturas também, que a obediência e subordinação aos militares dentro das escolas partem majoritariamente a partir do medo, seja ele de punição ou pelo fato dos militares estarem armados dentro das escolas cívico-militares. Cabe citar Foucault, em um trecho que nos convida a entender os métodos de punição como técnicas específicas que fazem parte de um conjunto mais amplo de práticas de exercício de poder. Ou seja, a punição não é apenas um resultado, mas uma técnica deliberada usada para alcançar objetivos de poder.

"analisar os métodos punitivos não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva de tática política" (Foucault, 2014, p. 27)

Através do trabalho de Soares e Oliveira (2022), onde avaliam o plano pedagógico e a maneira de avaliação desenvolvida em uma escola militarizada pelo Projeto de Escolas Cívico-Militar em um modelo de Gestão Compartilhada, que tem como principal intuito melhorar a disciplina e violência dentro da escola em questão. E de fato, o que de cara acontece e é relatado por pais e estudantes é de que a violência na relação estudante-estudante realmente diminuiu. Esse fator, é relatado pelos próprios estudantes que foram entrevistados pelas pesquisadoras.

"Única coisa que melhorou é que ano passado tinha muita briga, tinha às vezes muito furto dentro da sala de aula. (Estudante)" (Soares & Silva, 2022, p.6).

Porém, vale a reflexão se de fato foi por algum projeto interno pedagógico que fez com que essa melhora acontecesse ou se foi causado por situações de repressões que ocasionaram em um medo constante dos estudantes com os militares de sua escola. Essa preocupação começa a ser maior a partir do momento em que os pais dos estudantes percebem que a tratativa por parte dos militares é agressiva com seus filhos, essa percepção acontece com responsáveis favoráveis ao projeto também, demonstrando o quanto preocupante é toda essa situação.

“Única coisa que advertência... Só sabem dar advertência. Tem que ter critérios. Meu filho é revoltado com isso e meu marido fica nervoso com o que vê. Eu acompanho, levo todos os dias o meu filho. Sei o que acontece. (Pai/mãe/responsável)” (Soares & Silva, 2022, p.8).

Nas entrevistas realizadas, é possível perceber que o medo dos militares é explícito por parte dos estudantes e de que existe a ausência do diálogo dentro do espaço escolar, rompendo assim, qualquer oportunidade de discordância lá dentro em como lidar com as situações diárias da escola. O que coloca os policiais numa situação agradável, sem oposição, que podem dar ordens sem qualquer tipo de resistência por parte dos estudantes, pais e demais funcionários e tornando essa situação ainda mais perigosa, pois dessa forma caminhamos para uma quarteirização das escolas públicas, onde a autoridade parte de um militar.

“A gente não aprendeu a ser comportado, a gente aprendeu a ter medo deles. (Estudante)” (Soares & Silva, 2022, p.8).

“É preciso que, ao dar as advertências, seja melhor explicado o motivo. Que essa disciplina não seja só pelo lado da pressão, mas que seja conquistada no dia a dia, pelo respeito, buscando formas alternativas de melhorar esse convívio. (Pai/mãe/responsável)” (Soares & Silva, 2022, p.9).

Em direção contrária, o tratamento autoritário e impositivo dispensado aos estudantes pelos policiais militares propicia aprendizagens que se aproximam, em grande medida, de uma formação voltada à conformação e à subserviência ao que está posto. A aceitação da realidade como uma fatalidade se agiganta em decorrência de tais aprendizagens, sendo a avaliação posta a serviço da intimidação e da coação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou revisar o que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto das escolas cívico-militares, e buscando trazer perspectivas

voltadas para o pensamento da situação do estudante quando não possível diretamente através de entrevistas, pois percebeu-se durante a fase de pesquisa deste estudo, que a perspectiva do estudante não é priorizada e as pesquisas encontradas até esta conclusão pouco trazem voz à eles, mesmo que estejam em um ambiente que permeia estresse e medo. Com a análise dos diversos trabalhos e pesquisas apresentadas ao longo deste artigo aponta claramente para a presença de uma dinâmica autoritária e repressora dentro dessas escolas.

A militarização das escolas cívico-militares representa uma abordagem que difere fundamentalmente do conceito tradicional de educação, onde o respeito, o diálogo e a valorização da diversidade cultural, racial e religiosa são princípios fundamentais, respeitando o Estado laico. Ao introduzir militares nas instituições de ensino, observamos uma imposição de disciplina, obediência e reforça a hierarquia, de maneira que não haja espaço para contestações e oposições mas também que, muitas vezes, se baseia no medo e na repressão.

Mesmo com os poucos materiais que se encaixam nessa proposta de análise de perspectiva, fica visível que os estudantes que frequentam essas escolas enfrentam constantemente o temor de punições rigorosas por transgressões muitas vezes subjetivas, o que cria um ambiente de ansiedade e insegurança. A pressão psicológica para manter uma conduta estritamente controlada, sob a ameaça de penalidades acadêmicas, perpetua o ciclo do medo como uma ferramenta de controle. Além disso, a ausência de diálogo e a imposição autoritária de comportamentos contribuem para a supressão da capacidade dos estudantes de expressar opiniões divergentes e de questionar a realidade que os cerca. O medo se torna um mecanismo para garantir a conformidade, em vez de promover a segurança e a educação integral.

É importante ressaltar que a militarização das escolas públicas também tem sido associada a casos de intolerância religiosa, racial e cultural, destacando a preocupante normalização de comportamentos discriminatórios entre os estudantes. A violência, seja física ou psicológica, não pode ser tolerada em um ambiente educacional. Na formação de profissionais da área da educação, em específico de educadores e professores, discute-se muito sobre ambientes estressantes ou que causem medo e insegurança aos estudantes não ser produtivo, pois retorna como resultado, ao invés de uma melhora no desempenho acadêmico e um melhor aprendizado, o oposto disso. A militarização traz consigo pontos como a hierarquização, disciplina e obediência, que chegam de forma autoritária até o

estudante, fazendo com que o sentimento de repressão e medo cresça.

O ambiente escolar deveria ser um lugar onde as pessoas pudessem se conhecer melhor, de sociabilidade e motivador ao aprendizado, fazendo com que os estudantes se abram para receber novos conhecimentos, aprendam conviver em sociedade e também respeitar a diversidade cultural, sexual, étnico-racial e religioso. Porém, já existem denúncias de intolerância religiosa, por exemplo, partindo dos próprios policiais presentes nas escolas cívico-militares.

Uma estudante, 14 anos, do Centro Educacional 3 de Sobradinho — uma escola cívico-militar da região [do Distrito Federal] — sofreu racismo religioso por usar fios-de-conta, objeto típico dos adeptos do candomblé e umbanda. Segundo a denúncia, após a jovem se recusar a retirar a indumentária, uma tenente do colégio tentou remover à força o colar do pescoço da aluna (Correio Brasileiro, 2023).

Esse tipo de violência, que se configura como um crime de racismo religioso, não apenas constrange o estudante como reforça o medo da crença e de se expressar em sociedade, normalizando aos próprios estudantes que a intolerância é algo positivo, pois partiu de uma autoridade da comunidade escolar logo é vista como uma ação correta, que se enquadra naqueles princípios iniciais da obediência, hierarquia e disciplina, resultando na reprodução desse tipo de violência em outros âmbitos e fazendo da escola um lugar violento e hostil.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão profunda sobre os objetivos e impactos das escolas cívico-militares na formação dos estudantes. A busca pela disciplina e ordem não deve ocorrer às custas do bem-estar emocional e do desenvolvimento pleno dos jovens. O ambiente escolar deve ser um espaço de aprendizado, crescimento e respeito mútuo, onde a diversidade seja valorizada e a busca pelo conhecimento seja incentivada.

Em última análise, a militarização das escolas cívico-militares não parece ser a solução para os desafios enfrentados pela educação pública. Em vez disso, é necessário buscar abordagens que promovam um ambiente educacional saudável, onde os estudantes se sintam seguros, respeitados e motivados a aprender. A educação deve ser uma ferramenta de empoderamento e transformação, não um instrumento de medo e repressão. Espera-se que este estudo contribua para uma discussão mais ampla sobre o papel das escolas cívico-militares na sociedade e inspire a busca por alternativas que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e respeitosa com os direitos e dignidade de todos os estudantes. Por isso, espera-se que através deste

artigo de revisão de literatura, seja possível não apenas responder a questão sobre 'O que diz a literatura sobre como o estudante percebe a repressão e a violência no contexto de uma escola militarizada?', mas também ser um facilitador para novas produções e pesquisas que tenham como objetivo dar voz aos estudantes ao se proporem a realizar análises em torno das problemáticas, qualitativas e quantitativas das escolas cívico-militares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *RBPAE* - v. 35, n. 3, p. 633-647, set./dez. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbpae/v35n3/1678-166X-rbpae-35-3-0633.pdf>. DOI: 10.21573/vol35n32019.96283.

BARBOSA, Angélica de Abreu; TOZATTO, Alessandra. Democracia escolar em vertigem: aspectos jurídicos e psicológicos diante do educar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023. DOI: doi.org/10.51891/rease.v9i5.9899. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/9899/3871> 2023.

CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de; ZIENTARSKI, Clarice; RECH, Hildemar Luiz. Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro. *Educação*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022. e-ISSN: 1981-2582. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reeduc/v45n1/1981-2582-educacao-45-01-e-36739.pdf>. DOI: 10.15448/1981-2582.2022.1.36739.

COSTA, Gilberto Soares da. Direito à educação e a militarização no Distrito Federal. Trabalho Final de Curso (Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação - FE), 2022. Universidade de Brasília, disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32620/1/2022_GilbertoSoares-DaCosta_tcc.pdf

CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; VIANNA, Diogo Henrique. Professores em tempos sombrios: objetivações da ética no Ensino de História. *SÆCULUM – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 265-278, jul./dez. 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.60375. ISSN 2317-6725.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo? Dissertação (Pós-graduação em

- Mestrado em História), 2017. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3746/2/LEANDRA%20AUGUSTA%20CARVALHO%20MOURA%20CRUZ.pdf>.
- GARRIDO, R. Grazinoli; LEAL-FILPO, P. Pelotão, alto! militarização como resposta aos casos de violência escolar no Brasil. *Revista Caribeña de Investigación Educativa (RECIE)*, 2(2), 94-106. Disponível em: <https://doi.org/10.32541/recie.2018.v2i2.pp94-10>.
- JESUS, Marília Cristina Sassim. O FENÔMENO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DE INOVAÇÃO. 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31477/Mar%20Sassim_Disserta%20a7%20VF%2021122021%20%20Com%20ficha%20catalogr%20a1ficha%20-%20Atualizado%20fgv_2.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Conhecimento histórico escolar em tempos de negacionismo: dilemas éticos e experiências democráticas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 41, p. 53-68, jan./2023. ISSN 2238-9717. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2023n41.13200>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index>.
- MÉDICI, Mônica Strege; MÉDICI, Domenico dos Santos; LEÃO, Marcelo Franco. Escola pública atual ou cívico-militar? Com a palavra professores e estudantes de uma instituição estadual de Vila Rica/MT. *Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado*, v. 14, n. 2, 2022. ISSN 2176-3070 DOI: [dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i2a2022.3123](https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i2a2022.3123). Disponível em: <http://www.univates.br/revistas>.
- MIGUEZ, Brunella Poltronieri; FURLEY, Ana Karyne Loureiro; PINEL, Hiran. Escolas cívico-militares, Foucault e corpo dócil: disciplina como via de ensino? *ARTEFACTUM – REVISTA DE ESTUDOS EM LINGUAGEM E TECNOLOGIA ANO XIV – N° 01/2022*. Acesso em: XX de MÊS de 2023.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>.
- PEREIRA, Nilton Mullet. O tempo multiplicado: não há ética no ensino de história sem a problematização do tempo. *Palavras ABEHrtas*, n. 3, set. 2021.
- Pinheiro, D. C., Pereira, R. D., & Sabino, G. de F. T. (2019). Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, 35(3), 667. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95957>.
- Rocha, Rhaíssa Sheri Freire de Souza. Conselho de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal. 2022. 146 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46093>.
- SOARES, Enílvia Rocha Morato; OLIVEIRA, Rose Meire da Silva e. Avaliação e militarização de escolas no Distrito Federal: relações e implicações. *Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo*, v. 33, e07463, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v33.7463>
- Soares de Sousa, J., & Lima de Oliveira, D. (2023). Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins. *Retratos Da Escola*, 17(37), 61–82. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1678>.
- Souza, Juliana Boanova & Santos, Suelen Assunção. Programa Escola Cívico-Militar: Diagnóstico do Presente. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4140/7828/8167>.
- Tapajós, Michelle Costa & Silva, José Bittencourt da. Escola Cívico-Militar em Belém/PA: Discussão a Partir de um Estudo de Caso. *Revista Retratos da Escola, Brasília*, v. 17, n. 37, p. 161-181, ano 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1644/1171>.



Juventude no campo Amazônico: Traçando novos caminhos a partir das pesquisas

Marcele Melo Fonseca

RESUMO: Uma análise que busque entender sobre juventude, educação e trabalho requer perceber que caminhos foram feitos por estudiosos no que tange às pesquisas sobre jovens egressos do Ensino médio que não estão trabalhando e nem estudando no campo amazônico, objeto de estudo do Curso de Doutorado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo central deste trabalho é apresentar algumas particularidades da juventude no campo amazônico e de evidenciar alguns elementos reveladores sobre educação e trabalho após a conclusão do Ensino Médio. Para isso, foi realizada uma revisão da literatura entre os anos 2011 e 2021 em trabalhos publicados na base da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD e Banco de dados da CAPES os dados foram compilados por ano e tipo de publicação, autoria. Este estudo permitiu perceber os caminhos percorridos por outros autores no que tange a pesquisas sobre jovens egressos do Ensino Médio que não trabalham nem estudam no campo amazônico. Assim possibilitou a compreensão desses indivíduos em suas trajetórias de educação e trabalho.

Palavras-chave: Educação; trabalho; ensino médio.

INTRODUÇÃO

Para uma aproximação da temática da pesquisa do curso de doutorado em Educação com outras produções, buscamos empreender um trabalho do tipo Estado da Arte, com seu caráter bibliográfico, que consiste em mapear e discutir uma determinada produção acadêmica em um único, ou diferentes campos do conhecimento, no sentido de responder aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes recortes temporal (Ponciano e Gaulke, 2022). No caso deste estudo, o propósito foi perceber que caminhos foram feitos por outros autores no que tange a pesquisas sobre jovens egressos do Ensino médio que não trabalham nem estudam no campo amazônico.

A produção de conhecimento, seja qual for o campo do saber, pressupõe uma investigação prévia, um inventário fidedigno e sistematizado sobre o que se pensou e o que foi produzido anteriormente, a partir de palavras ou expressões-chave que têm relação direta com a temática de pesquisa com a qual um pesquisador

deseja trabalhar. Feito de maneira comprometida, tal trabalho pode dar condições ao pesquisador de traçar um perfil sobre uma determinada temática, percebendo as características mais marcantes que envolvem o assunto.

Sobre a construção de uma tese de doutorado, os caminhos não podem ser feitos fora desse movimento, é necessário que se parta do que já foi produzido e problematizado, para que se siga com segurança e na certeza da produção de um trabalho com originalidade e com o compromisso com o ineditismo. Assim, o ponto de partida na construção do Estado da Arte foi a busca de material definindo-se como bases de dados a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando que estas plataforma disponibiliza o caminho específico de acesso para os trabalhos catalogados, além de disponibilizar o resultado da pesquisa para download facilitando a localização e delimitação para o pesquisador.

As plataformas BDTD e CAPES são ferramentas que integram e disseminam textos de teses e dissertações defendidas nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e possibilitam, em um só portal de busca, uma procura organizada e filtrada por recorte de tempo, tipo de documento, instituições, assuntos, entre outras diferenciações, tendo como referência o campo da Educação. Foram selecionadas dissertações de mestrado e teses de doutorado no recorte temporal de dez anos, no período entre 2011 e 2021.

Realizamos a busca seletiva e crítica nas fontes de informação da produção científica restritas aos estudos e parâmetros próximos às especificidades da proposta de pesquisa, na tentativa de ajudar a definir as categorias de abordagem teórico-metodológicas com objetivo de esclarecer e delimitar a contribuição e originalidade sobre o que se propõe a desenvolver. Assim, construir um trabalho científico é um desafio. Reunir informações sobre o tema exige-nos sempre delimitações na amplitude de informações disponíveis e neste estudo as delimitações são essenciais para estabelecer critérios que nos ajudarão a nortear e fundamentar a tese. Nas tabelas 1 e 2 apresentamos, antes de sistematizar a busca de maneira específica, um panorama quantitativo incluindo a palavra-chave Juventude do Campo sem filtros com objetivo de ter uma visão macro do número de trabalhos que estão disponíveis nas plataformas de busca BDTD/CAPES.

Tabela 1 - Quantitativo de Trabalhos a palavra-chave juventude do Campo

Palavras-chave	Dissertações	Teses	Total
Juventude do Campo	3489	1182	4671

Fonte: informações coletadas nos Banco de dados BDTD

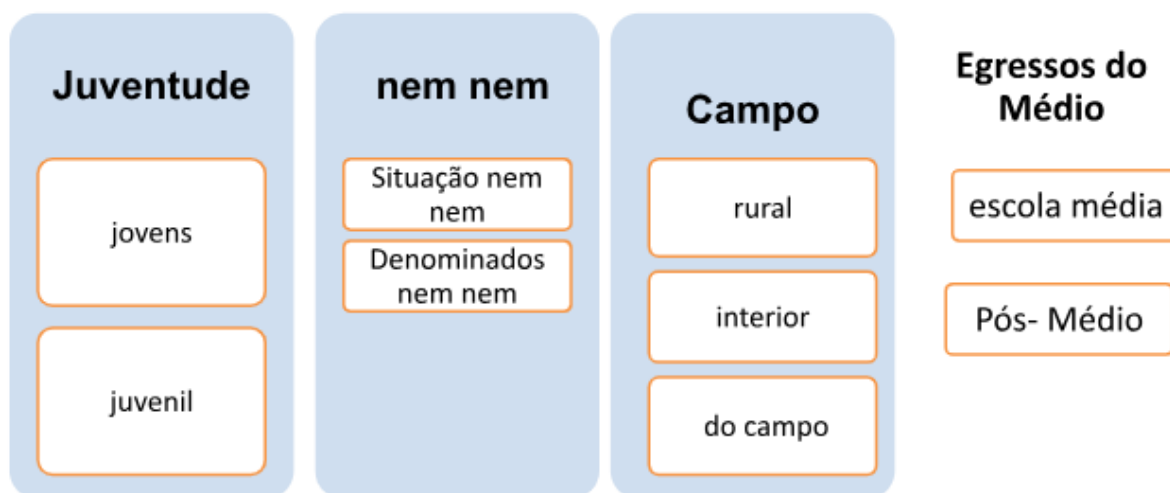
Tabela 2 - Quantitativo de Trabalhos a palavra-chave juventude

Palavras-chave	Dissertações	Tese	Total
Juventude do Campo	2236	942	3178

Fonte: informações coletadas nos Banco de dados CAPES

Após a realização da busca inicial pela palavra-chave, objetivou-se refinar os descritores específicos para buscar material que atendessem à temática. Para a produção do banco de dados que subsidiará a construção do texto do estado da arte, os filtros utilizados no levantamento consistiram em quatro itens: (a) utilização de palavras-chave juventude; campo; rural; jovens; nem nem; trabalho; egressos; Ensino Médio. (b) documentos em Língua Portuguesa e publicados no Brasil; e (c) trabalhos publicados e/ou defendidos no período de 2011 e 2021. Vale ressaltar que durante o processo de busca, foi necessário fazer junções entre essas palavras para que os resultados fluíssem de maneira mais satisfatória. Assim, foram feitas algumas associações do tipo: juventude + campo; jovens + nem nem, juventude do campo + trabalho e a última jovens + egressos do Ensino Médio. Os trabalhos que apresentavam palavras sinônimas também foram considerados.

Figura 1 - Palavras-chave e sinônimos considerados para a sistematização das produções



Fonte: Pesquisadora.

A primeira junção de palavras, "Juventude + campo" rendeu um número de 25 trabalhos, sendo 05 (cinco) teses e 20 (vinte) dissertações, distribuídas na área da Educação.

Com a segunda combinação de palavras "jovens + nem nem", foram encontrados 29 (vinte e nove) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 23 (vinte e três) dissertações, vinculadas à área de Educação.

Em relação à terceira combinação de palavras: juventude do campo + trabalho foram encontrados 24 (vinte e quatro) trabalhos, sendo 04 (quatro) teses e 20 (vinte) dissertações.

A quarta junção com as palavras "jovens

+ egressos do Ensino Médio" rendeu um número de 42 trabalhos, sendo 11 (onze) teses e 31 (trinta e um) dissertações, distribuídas na área da Educação.

Os trabalhos indicados nas duas plataformas de busca BDTD/CAPES perfazem um total de 120 trabalhos. Assim, para a definição dos conteúdos selecionados na pesquisa, realizou-se, inicialmente, o que Bardin (1977) estabelece como leitura flutuante, isto é, estabelecer o primeiro contato com os documentos a serem analisados, captando as ideias gerais e sem maiores preocupações técnicas.

Apresentamos a sistematização da busca

de maneira específica. Listamos no quadro abaixo o quantitativo das teses, dissertações selecionadas para a análise dos dados desta pesquisa.

Tabela 1 - Quantitativo de trabalhos encontrados na busca sistematizada: BDTD

Descritores	Trabalhos Indicados		Trabalhos selecionados para análise dos Resumos	
	BDTD		Teses	Dissertações
	Teses	Dissertações		
Juventude + Campo	2	10	2	8
Jovens + nem nem	3	11	1	3
Juventude do Campo + trabalho	2	11	1	8
Jovens + egressos do Ensino Médio	5	15	2	4
Total	59		29	

Fonte: A autora (2023), com base nas informações coletadas nos Banco de dados BDTD.

Tabela 2 - Quantitativo de trabalhos encontrados na busca sistematizada: CAPES

Descritores	Trabalhos Indicados		Trabalhos selecionados para análise dos Resumos	
	CAPES		Teses	Dissertações
	Teses	Dissertações		
Juventude + Campo	2	10	2	4
Jovens + nem nem	3	12	1	3
Juventude do Campo + trabalho	2	10	1	2
Jovens + egressos do Ensino Médio	6	16	2	3
Total	61		18	

Fonte: A autora (2023), com base nas informações coletadas nos Banco de dados da CAPES.

Buscou-se situar o objeto e saber o que dizem as produções acadêmicas no campo da educação sobre os jovens que não estudam nem trabalham no campo amazônico. As reflexões apresentadas neste artigo embasam a pesquisa de doutorado em Educação que busca problematizar sobre a questão da construção de caminhos para a juventude no pós-médio, valorizando as vivências, apropriação de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e a educação Assim, foram selecionados 47(quarenta e sete) títulos para a leitura e após a organização por título da pesquisa; tipo de publicação – mestrado ou doutorado, metodologia; resultados; resumo e o ano de publicação, verificamos que 8 trabalhos repetiram a temática, 23 trabalhos foram descartados por não discutir jovens egressos do ensino médio que permanecem no campo, restando 16

trabalhos para análise, sendo 05(cinco) teses e 11(onze) dissertações.

De posse do material selecionado, o passo seguinte consistiu na leitura geral de todos os resumos das teses e dissertações colhidas, vislumbrando uma primeira aproximação com os debates estabelecidos nessas produções. Essas leituras serviram para identificar quais trabalhos, de fato, tinham relação com o pretendo estudo a ser feito.

Após esse filtro, foi possível continuar com 16 trabalhos, sendo 05(cinco) teses e 11(onze) dissertações do total apresentado, sendo a partir das quatro ideias força, quais sejam: juventude do campo; jovens nem nem, juventude do campo e trabalho, jovens egressos do Ensino Médio, favorecendo uma análise ampla sobre a temática Juventude nem nem no campo amazônico.

Passamos então a apresentar os trabalhos

produzidos em Programas de Pós-Graduação, em nível de Mestrado e Doutorado, e selecionados com base nos critérios pré-estabelecidos: o título, a universidade em que se desenvolveu, tipo de produção, ano e o e urls do trabalho.

Quadro 1 - Quadro final com as Produções Acadêmicas no período de 2011 e 2021

Título	Autor	Instituição	Tipo	Ano	URLS
Determinantes Da Escolha E Do Retorno Ocupacional Dos Jovens Brasileiros	Maitê Rimekká Shirasu	UFCFE	Tese	2018	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39312
Ser alguém na vida: condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG	Maria Zenaide Alves	UFMG	se	2013	http://hdl.handle.net/1843/buos-9dtevp
Juventude, escolarização e projeto de vida: representações sociais dos jovens de Bragança/Amazônia Paraense	Degiane Da Silva Farias	UFPA	Tese	2018	http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10898
O/A Jovem Chamado/A Nem Nem: Produzindo Questionamentos A Partir De Pesquisas Sobre Juventude E Das Experiências De Jovens Pobres	Paulo Roberto da Silva Junior	UFMG	Tese	2018	http://hdl.handle.net/1843/buos-bbkhnk
Os Jovens Que Nem Trabalham Nem Estudam No Brasil: Caracterização E Transformações No Período 2004/2015	Denise Guichard Freire Da Mota	UFRJ	Tese	2018	https://minerva.ufrj.br/f/?func=direct&doc_num-
#Cheguei emsinomédio: Educação E Trabalho Desafios De Uma Ação De Integração E As Implicações Da Geração Nem-Nem (2017-2018)	Leilson Barros Oliveira	URCA	Dissertação	2018	dissertações e produtos educacionais – turma 2017.2 – mestrado profissional em educação – mpe/urca
Juventudes e trabalho: trajetórias de egressos do programa Jovem Aprendiz	Debora Diana da Rosa	UFSC	Dissertação	2015	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/han-
A Condição 'Nem-Nem' Da Juventude Trabalhadora Brasileira No Contexto Do Desemprego Estrutural: Investigando A Relação Trabalho, Educação E A (De)Formação Profissionalizante	Debora Diana da Rosa	UnB	Dissertação	2020	dissertação_thayná-costa-marques.pdf (uece.br)
Do campo à universidade: análise das trajetórias acadêmicas de jovens oriundos do meio rural	Magna Rita Arcanjo Domingos	UFV	Dissertação	2021	https://locus.ufv.br//han-
Projetos de vida dos jovens do ensino médio de escola pública	Amanda Félix Da Silva	UFPE	Dissertação	2019	https://repositorio.ufpe.br/han-

Jovens do Campo Baiano: O lugar da escolarização e do trabalho nas trajetórias e projetos de futuro.	Sicleide Gonçalves Queiroz	UFS	Dissertação	2011	sicleide_goncalves_queiroz.pdf (ufs.br)
Sobre a vivência da condição juvenil: um estudo com jovens egressos do Projovem Urbano (2008-2010) da cidade do Rio de Janeiro	Márcia Teixeira Pinto	UERJ	Dissertação	2012	http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10120
Vivências E Experiências Em Educação E Trabalho: Um Estudo De Caso Sobre Jovens Do Campo Egressos Do Curso Técnico Profissionalizante Em Agropecuária /Pronatec Ubaíra-Ba (2012-2014)	Jaqueline Andrade Brito	UFRB	Dissertação	2016	docs - turma 2014 (ufrb.edu.br)
A situação de jovens no Brasil que nem trabalham nem estudam frente a era da informação	Maria Do Socorro Rodrigues Silva	PUCGOIAS	Dissertação	2020	http://tede2.pucgoias.edu.br/handle/te8080de/4518
Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que não trabalham nem estudam no Brasil	Tamille Sales Dias	UnB	Dissertação	2016	http://repositorio.unb.br/han
Uma questão social: Jovens fora da escola e o mundo do trabalho no universo popular	Fabiana Ribeiro Brito trindade	PUC/RIO	Dissertação	2018	puc uma questão social: jovens fora da escola e do mundo do trabalho no universo popular (puc-rio.br)
Juventude e Trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos na empregabilidade dos jovens no município de Parintins	Keuryanne Guerreiro Dos Reis	UFAM/AN	Dissertação	2015	tede: juventude e trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos na empregabilidade dos jovens no município de parintins (ufam.edu.br)

Fonte: Banco de dados da BDTD/ CAPES (2021)

Após a leitura dos trabalhos na íntegra, foram selecionadas 5 teses: Shirasu (2018) Alves (2013) Farias (2018) Junior (2014) Mota (2018) os trabalhos se aproximam do objeto de estudo buscaram conhecer a situação dos jovens que nem estudam e nem trabalham de 18 a 29 anos do campo amazônico. Todavia, destaca-se que não foram encontradas teses com esse objeto tendo como realidade de estudo os Jovens egressos do Ensino médio que não trabalham nem estudam no contexto amazônico, porém reunimos os estudos que mais apresentavam proximidade com a proposta inicial, considerando as categorias teóricas.

No caso do trabalho de Shirasu (2018) revela uma elevada heterogeneidade da população nem-nem por gênero e idade, o que dificulta se estabelecer generalizações. Destaca-se, todavia, que morar com companheiro(a) ou com um jovem nem-nem e familiares com baixo status socioeconômico são fatores relevantes para explicar padrões de vulnerabilidade dos jovens. Para as jovens, morar com companheiro e a maternidade são fatores incisivos para identificar sua condição nem-nem, especialmente aquelas na faixa etária 15–19 anos.

Os resultados empíricos sugerem que existe uma relação positiva entre o trabalho enquanto estudante e os rendimentos futuros no mercado formal, e que essa parece ser crescente até a faixa de 6 a 8 horas diárias, acima das quais os retornos diminuem sensivelmente. Pode-se concluir que os eventuais efeitos negativos sobre o desempenho escolar são compensados pelo acréscimo de experiência laboral quando se observa o diferencial de salários. Isso mostra a relevância dessa escolha para facilitar a transição escola-trabalho ao fornecer habilidades valorizadas pelo mercado de trabalho que poderiam contribuir para a redução do elevado contingente de jovens nem-nem após a conclusão do nível médio.

Na tese de Farias (2018), a pesquisa teve como objetivo analisar as Representações Sociais (RS) de jovens do Ensino Médio da Escola Pública do município de Bragança (PA) sobre sua escolarização e as implicações em seus projetos de vida. Os resultados da pesquisa, apoiado em referências apontam um grupo de sujeitos marcados por características de vinculação ao mundo do trabalho, à condição de pai, mãe, ribeirinho, pescador, nativo digital, portanto sujeitos plurais e heterogêneos. Esses jovens conferem à escola, sentidos e significados indispensáveis para a construção dos seus projetos de vida, na medida em que a assumem como um espaço a partir do qual suas projeções ganham possibilidades de concretização.

De acordo com a autora em questão, para esse grupo de estudantes do Ensino Médio, a possibilidade de transformar o mundo em que se situam, passa quase que obrigatoriamente pela escola e pelas possibilidades que ela representa no que diz respeito a seus horizontes sociais.

Em síntese, o trabalho demonstra tudo aquilo que enquanto parte de um processo, marcado por escolhas e expectativas de futuro, se vincula à necessidade de mobilizar esforços e construir estratégias viáveis no sentido de se inscreverem em um contexto que transcende os limites territoriais e culturais de sua comunidade e de seus espaços de sociabilidade, para os quais assumem o conhecimento, as relações interculturais, a mobilidade, as expectativas sociais e realizações profissionais como força motriz desse processo.

Alves (2013) trouxe um estudo sobre a condição juvenil nesse contexto afirmando que é marcada por aspectos sociais, econômicos e culturais híbridos, ora apresentando fortes marcas da modernidade, ora com fortes nuances das sociedades tradicionais, ora marcada por aspectos culturais globais, ora locais. Essa hibridéz no contexto se reflete nos projetos de vida dos jovens que se vêem, por vezes, divididos entre os valores modernos e tradicionais, entre o local e o global,

entre o projeto individual e o familiar e entre as vantagens e desvantagens de sair ou permanecer longe dos grandes centros urbanos.

Alves (2013) revela que a diversidade nos modos de ser jovem também se reflete nas diversas formas de organização das condutas futuras evidenciando, por vezes, tensões entre projetos individuais e familiares e entre as dimensões objetivas e subjetivas que marcam esse processo de elaboração de projetos. A investigação evidenciou que os jovens nesse contexto organizam seus projetos de vida orientados por modelos distintos, tendo em comum a ideia de que, embora alguns ainda não tenham clareza sobre que rumo seguir na vida, manifestam forte preocupação com o futuro, verbalizada na ideia de que sabem que querem "ser alguém na vida." (2013)

A pesquisa realizada por Paulo Roberto Da Silva Junior (2018) teve como objetivo principal analisar as noções sobre o/a chamado/a jovem nem nem a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil. Os/as chamados/as jovens nem nem são os/as que nem estudam, nem trabalham, nem procuram emprego. Junior (2018) analisou a construção do lugar de problema social para os/as jovens chamados/as nem nem e sua sustentação no tripé: o desconhecimento das experiências dos/as jovens pobres, uma espetacularização do fenômeno e a constituição de um conjunto de práticas para solucioná-lo

A produção dos dados se deu mediante análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens nem nem em dezenove (19) documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, usando como apoio o programa ALCESTE – Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos. A partir de uma pesquisa-intervenção, que contou com as contribuições teórico-metodológicas da psicologia social. O autor realizou entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa com quatorze jovens (14) moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte.

De acordo com o autor, as micro relações, as macropolíticas, os aspectos institucionais e culturais contribuem para a ausência dos/as jovens da escola e do trabalho, o que se contrapõe às noções de que os investimentos necessários para a resolução do problema construído devem se dirigir, exclusivamente, na dimensão individual. Destacando, por fim, a construção do/a jovem nomeado/a nem nem como um simulacro dos/as jovens que têm seus direitos negados cotidianamente.

Por fim, Mota (2018) analisa a situação dos jovens que nem trabalham e nem estudam no Brasil entre 2004 e 2015 a partir do conceito adotado internacionalmente que engloba os jovens inativos e os desocupados, ambos fora do

sistema de ensino. Este corte conceitual é fundamental para o entendimento da condição de nem-nem. No período, a taxa de jovens nem-nem brasileiros apresentou relativa estabilidade a despeito das mudanças demográficas, educacionais e econômicas.

O estudo avança no conhecimento ao identificar dentro do universo dos jovens nem-nem pessoas com características e motivações diferenciadas. São apresentados os determinantes dos jovens nem-nem dentro da sua totalidade e nos seus subgrupos de inativos e desocupados. Ao fazer essa opção, foi possível conhecer mais a fundo esse universo e compreender as principais fragilidades que envolvem os jovens brasileiros nessa condição. Os principais motivos que levam os jovens a essa condição são a fecundidade precoce das jovens, o abandono escolar prematuro e a falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Foram utilizadas pela primeira vez as informações da nova pesquisa domiciliar do IBGE, a PNADC, na análise das probabilidades de permanência e de transição dos jovens nem-nem, mostrando que a população de jovens nem-nem possui um comportamento dinâmico no sentido de se renovar constantemente.

Após essa incursão em trabalhos (teses) que se aproximam do objeto de estudo aqui proposto, partimos para as dissertações, que após um filtro mais rigoroso, resultou em 10 (dez) trabalhos. Foram as dissertações de Queiroz (2011) Rosa (2015) Brito (2016) Dias (2016) Trindade (2018) Oliveira (2018) Silva (2019) Domingos (2021) Silva (2020) Marques (2020) Pinto (2012)

Queiroz (2011) apresenta um estudo que surgiu da necessidade de ampliar as investigações acerca da juventude no campo brasileiro, especialmente da região Nordeste, partindo da hipótese de que as difíceis condições de trabalho no campo, têm levado os jovens a buscarem possibilidades de sobrevivência na cidade, realidade que tem contribuído para a centralização do trabalho e, conseqüentemente para secundarização da escolarização nos projetos de vida dos jovens do campo.

A pesquisa possibilita perceber que de que a dificuldade para conciliar o trabalho com a escolarização, devido a necessidade imediata de sobrevivência pessoal/e ou familiar tem levado ao abandono escolar, principalmente entre os jovens do sexo masculino.

Na dissertação publicada por Rosa (2015), a referida autora tem o propósito de compreender como se constroem as trajetórias de egressos do programa Jovem Aprendiz. A pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa, tomou a categoria trabalho como central de compreender as juventudes como uma construção social e em sua pluralidade embasada nas contribuições da

psicologia histórico-cultural que compreende as juventudes, o trabalho e suas diversas relações como construções variadas de acordo com cada contexto social e histórico.

O foco central da pesquisa foi o trabalho, no entanto, outras dimensões da biografia dos jovens foram consideradas (família, vida escolar), pois, elas encontram-se interconectadas e atuam nas diversas construções, possibilidades e escolhas dos jovens. O método da história oral foi utilizado para conhecer as histórias laborais dos jovens egressos. As entrevistas reflexivas foram o principal procedimento de busca de informações. Foram entrevistados quatro jovens com idades entre 16 e 25 anos. A fotografia como memória e uma produção textual sobre projetos de futuro também foram usadas junto com as entrevistas, como procedimentos auxiliares.

A análise sinaliza que os sentidos expressos por meio das falas, imagens, e da produção textual reafirmam que a esfera do trabalho permanece como central para os jovens. Evidencia-se a necessidade de pensar ações relacionadas à qualificação, inserção e permanência dos jovens no campo laboral. Os sentidos que os jovens constroem sobre suas trajetórias expressam a multiplicidade e pluralidade da vivência da condição juvenil e do trabalho e são o entrelaçamento de escolhas biográficas e das estruturas de oportunidades disponíveis.

Brito (2016) apresenta excelente discussão acerca de uma determinada face da juventude brasileira, jovens que tem uma trajetória na relação com a terra, são filhos/as de agricultores. São jovens do campo escolarizados, sujeitos de uma política pública, que se apresenta como mecanismo de qualificação e inserção para o mercado de trabalho. A relevância social da pesquisa materializa-se, na construção de um conhecimento engajado, que busca pensar os sujeitos e suas experiências. O desafio principal que assumimos, nesta pesquisa, foi de construir uma análise pautada nas experiências, anseios e desejos dos jovens do campo para tanto, ao longo deste estudo, fazemos uso da categoria analítica jovens do campo, no intuito de demarcar [esses sujeitos tão diversos, no tempo e no espaço.

A pesquisa utilizou como dimensões de análise: o Trabalho e a Educação, por acreditar que são dimensões fundantes, uma vez que a natureza da articulação entre esses dois espaços de sociabilidade desempenha papel fundamental na construção e formação identitária desses sujeitos.

Como resultado percebe-se a importância da sistematização da experiência vivida pelos jovens do campo no desafio de cursar concomitante com o ensino médio, o ensino profissionalizante, criando expectativas na família e na comunidade de um possível retorno e contribuição no

seu território de origem. Os resultados da pesquisa revelam que as políticas públicas são elaboradas para os jovens e não com os jovens, deixando, muitas vezes, de considerar as diversidades, identidades e singularidades dos jovens do campo.

As contribuições de Dias (2016) se dão na medida em que promovem um conhecimento acerca da interação entre as incertezas do contexto socioeconômico, os labirintos decorrentes dos processos de transição para a vida adulta e as ausências de acesso à estrutura de oportunidades na inserção social de jovens que não trabalham nem estudam, frequentemente identificados como nem-nem.

Os resultados evidenciam, por intermédio de análise de correspondência múltipla, a heterogeneidade na composição da categoria nem-nem, o que permite identificar subgrupos com distintos níveis de vulnerabilidade. Confirmando as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa, constatou-se que, pelo menos por uma proporção significativa de casos, o status nem-nem não é um problema em si, talvez nem mesmo a manifestação de outros problemas, e também não é necessariamente uma condição permanente. Ademais, existe uma parcela de jovens nem-nem que está sob esse status, devido a questões estruturais de classe e desigualdade social e são os mais expostos à vulnerabilidade.

Outra constatação que é revelado no estudo é de que existe um grande contingente de jovens nem-nem que são mulheres e que estão em suas casas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, no cuidado de afazeres domésticos e de pessoas dependentes. Os resultados obtidos contrariam a presunção de ociosidade das pessoas que não estão na escola ou no mercado de trabalho, em particular, os jovens nem-nem, longe de "não fazer nada", dedicam muitas horas às formas de trabalho "invisíveis". Conclui-se que a composição da categoria nem-nem é marcada fortemente pela heterogeneidade, representada em um grupo populacional influenciado por questões estruturais de gênero, classe e raça.

Trindade (2018), a partir de relatos realizados com 12 jovens de áreas precárias do Estado do Rio de Janeiro, em especial as favelas, coloca em pauta os motivos que conduzem milhões de jovens à condição, nem nem a partir de três eixos centrais: família, escola e trabalho. Os resultados apontam que as mulheres são a maior parte desse contingente, o que evidencia que o grupo traz uma questão fortemente ligada ao gênero. Mas dentro desse universo, há também aqueles que pararam de estudar e trabalhar e, diante do insucesso de retornar ao mercado de trabalho, estão "dando um tempo".

Outras contribuições para debate em torno da discussão sobre Juventude nem nem no

campo aparecem, a partir de Oliveira (2018), por meio de uma investigação sobre ação governamental junto a uma comunidade educacional. O estudo analisa os impactos que o Projeto Intitulado #ChegueiEnsinoMédio vem realizando nas escolas de ensino médio para inserção e continuidade dos alunos neste nível de ensino, em escolas da rede pública estadual do Ceará, na cidade de Iguatu-CE.

A pesquisa revelou que essa geração vem em uma crescente e a cada dia se torna mais desafiador criar estratégias que possibilitem trabalhar essa dinâmica das juventudes e suas problemáticas quanto à educação e a inserção no mercado de trabalho. Assim foi possível perceber na pesquisa que se faz necessário estabelecer políticas públicas educacionais no intuito de combater a crescente taxa de evasão entre esses jovens, que vivem em uma situação geracional desfavorável à permanência na escola e à inserção ao mercado de trabalho, percebendo que as ações devem começar no ambiente escolar para que possa refletir em outros espaços.

Outro debate fortalece a discussão em torno da Juventude, Trabalho e Educação é o estudo de Silva (2019) conduzido em duas etapas: na primeira foi realizada um estudo exploratório para identificar o perfil social, econômico e cultural de 55 jovens matriculados em duas escolas estaduais da cidade do Paulista em Pernambuco; e na segunda, realizou-se entrevistas semiestruturadas com 24 jovens, 12 de cada escola investigada.

A autora analisa as percepções que os jovens matriculados no ensino médio de escolas públicas têm sobre a função da escola na construção de seus projetos de vida. Discutiu-se o conceito de juventude considerando a faixa etária, concepções geracionais, sua condição de classe e como sendo uma categoria socialmente construída, esta última sendo a norteadora do trabalho, pois entendeu-se que existem "Juventudes" e não apenas "juventude", portanto, para entender essa categoria foi necessário situá-la em aspectos individuais e coletivos.

Os resultados revelam que a escola tem uma função nas vidas dos jovens e eles reconhecem e legitimam a escola como sendo importante e essencial para a sua formação e construção de seus projetos de vida. Os jovens avaliados desejam concluir seus estudos, ter uma formação de qualidade e alcançar uma profissão que lhes permita ter uma estabilidade financeira. De acordo com as opiniões dos jovens avaliados, frequentar a escola e estudar, é a estratégia principal que garantirá a realização de seus projetos de vida. Além disso, exercer algum trabalho também apareceu como uma estratégia, visto que para esses jovens é por meio do trabalho que eles irão alcançar seus

respectivos sonhos, pois é o trabalho que garante os recursos financeiros necessários.

Ainda de acordo com os resultados da pesquisa, as práticas e atividades que são realizadas pelas escolas e que mais ajudam os jovens na elaboração de seus projetos de vida, estão relacionadas com aquilo que eles podem colocar em prática fora da sala de aula. Foram as aulas mais dinâmicas que estimulam a curiosidade e os fizeram pensar e agir: feiras de ciências, os passeios, atividades extraclasse, aulas nos laboratórios, debates, trabalhos e projetos em grupos. Conclui-se que os jovens avaliados desejam concluir seus estudos, ter uma formação de qualidade e alcançar uma profissão que lhes permita ter uma estabilidade financeira, bens culturais e materiais.

As análises empreendidas pela referida autora, revelam que para os sujeitos pesquisados, a escola é uma instituição social carregada de positividade e de sentido. A escola é adjetivada pelos jovens estudantes como boa e é representada como um lugar de estudo e de aprendizagem de saberes, é lugar também de diversão e de amizades e sobre essa instituição, os estudantes demonstram ter afetos e uma visão crítica.

Nos estudos de Domingos (2021) a partir de uma pesquisa de campo foram feitas entrevistas semiestruturadas com estudantes e egressos para uma compreensão sobre as transformações do modo de vida dos jovens oriundos do meio rural por meio das suas trajetórias acadêmicas. Especificamente, foram feitas observações das possíveis mudanças no modo de vida dos jovens do campo influenciadas pelo convívio no espaço acadêmico em função dessa nova sociabilidade e deslocamento, além de avaliar as trajetórias acadêmicas dos jovens rurais e as dinâmicas do seu modo de vida de maneira geral.

A autora comparou as trajetórias dos jovens aqui apresentados percebe-se que eles têm em comum o fato de serem filhos de agricultores e de terem superado os pais no que se refere ao grau de estudo. Todos são oriundos de escolas públicas e encontraram dificuldades durante suas trajetórias escolares e acadêmicas.

No estudo é destacado que uma das maiores dificuldades na universidade foi em acompanhar os conteúdos e adaptar a metodologia dos professores tendo lacunas de aprendizagem dos conteúdos em decorrência de um ensino básico de pouca qualidade. Outras dificuldades apontadas pelos sujeitos de pesquisa no ensino superior recaem sobre as pressões econômicas, tendo a necessidade de conciliar o curso de graduação com trabalho remunerado, bem como a questão cultural, uma vez que se viram em uma nova realidade.

As conclusões são que os jovens do cam-

po que ingressam no ensino superior estão em constante mudança no modo de agir e de pensar, devido às variadas experiências que acontecem no espaço acadêmico. Assim, a construção da identidade da juventude rural é um processo contínuo e perpétuo, e em constante mudança do "eu" individual, influenciadas pelo coletivo e pelas formas simbólicas que ligam o ser social e sua condição existencial aos outros grupos sociais e práticas culturais, em vários contextos do espaço geográfico.

No estudo de Silva (2020) a partir da estatística descritiva e base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analisou-se as características da população nem-nem de 18 a 29 anos, nos anos de 2012 e 2017. A autora traz contribuições com investigações acerca da dinâmica do mercado de trabalho contemporâneo, especialmente, a situação dos jovens que nem estudam e nem trabalham de 18 a 29 anos.

A autora destaca que ao analisar a juventude, é essencial considerar as múltiplas trajetórias de diversos grupos de jovens. Assim, considerando a heterogeneidade juvenil surge uma categoria que tem sido bastante afetada pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho que é o jovem "nem-nem". O referido fenômeno é mundial e atinge tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento, despertando a atenção das organizações internacionais como a OCDE, OIT, entre outras, que tratam das temáticas da juventude e trabalho.

Silva (2020) traz a delimitação da população jovem "nem-nem" dando ênfase que o termo usado no Brasil, é incipiente e complexa como fenômeno social. Trata-se de jovens que estão fora das escolas e do mercado de trabalho, que possuem trajetórias distintas. Internacionalmente, é conhecido como NEET (neither in employment nor in education or training) e refere-se aos jovens que não trabalham, não estudam e não se qualificam.

Na dissertação é elencado referenciais teóricos relevantes para o debate sobre o jovem nem nem como os estudos de Bynner e Parsons (2002), que enfatiza sobre os jovens NEET's são aqueles que desistiram de estudar, não participaram de treinamentos técnicos e nem procuraram trabalho, mantendo-se nesta condição por até dois anos. Ainda de acordo com os estudos dos referidos autores, o público predominante nessa condição são mulheres com filhos, casadas com dificuldades de inserção ao mercado de trabalho e/ou estudar, em função da responsabilidade com os filhos.

Destaca também os estudos de Camarano e Kanso (2012), elencando que os motivos das famílias com menores faixas de renda per capita

e com forte dependência da renda do chefe do domicílio. As autoras definem que o jovem “nem-nem” não faz parte da População Economicamente Ativa (PEA) e não estuda.

Nas afirmações de Cardoso (2013), a autora revela que este estuda a crise econômica e a pobreza como problema social causador da condição “nem-nem” e argumenta que, essa condição é fruto da junção de dois determinantes: “de um lado, os contextos de inserção social dos jovens (a família, o sistema escolar e o mercado de trabalho); e de outro, as trajetórias individuais” (p.293). Portanto, tem forte relação com desigualdade social e econômica. Cardoso (2013) lançou nova luz sobre a análise dos jovens “nem-nem” no Brasil. Por um lado, documentou o caráter estrutural das desigualdades associadas a essa situação. Por outro, mostrou que, mesmo que essa situação não seja definitiva na vida dos jovens, ela deixa cicatrizes que marcam sua trajetória laboral.

Nos estudos também é destacado sobre o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que em dezembro de 2018 publicou um boletim afirmando que a geração “nem-nem” está crescendo, sendo que 23% (aproximadamente quatro em cada dez) dos jovens brasileiros não trabalham nem estudam e que a maior parte deste grupo são mulheres de baixa renda. Ainda segundo o IPEA (2018), as razões para este significativo percentual de jovens “nem nem” são problemas com habilidades cognitivas e socioemocionais.

Já Guimarães, Marteleto e Brito (2018), estudando trajetórias de jovens brasileiros, documentaram que a transição escola-trabalho distava muito da linearidade. Segundo os autores, os jovens circulam entre situações de emprego, desemprego e inatividade, um movimento fundante de suas trajetórias. A pesquisa evidenciou, ademais, que períodos recorrentes de inatividade se entrecruzam com eventos da vida dos jovens tais como parentalidade e conjugalidade.

Também Menezes Filho, Cabanas e Komatsu (2013) apontaram a transitoriedade na vida dos jovens, ao encontrar que aqueles que estavam sem estudar nem trabalhar tinham maiores chances de transitar para o mercado de trabalho e em curto período. Porém, ressaltaram que os jovens com maiores chances de sair da situação de ausência de estudo e trabalho eram aqueles com maior escolaridade; além disso, ao desagregar os dados por sexo, encontraram que o tempo médio de permanência na situação nem-nem era mais elevado para as mulheres, o que poderia ser creditado às responsabilidades familiares.

Em relação à pesquisa de Marques (2020) esta traz importantes contribuições para o debate sobre jovens nem nem através da discussão sobre um viés ontológico materialista e a metodologia de cunho teórico-bibliográfico e documental, ba-

seados na contradição fundamental da relação trabalho e capital, para investigar o fenômeno de uma grande problemática que atinge a classe trabalhadora: o desemprego no contexto de crise.

A autora apresenta a condição da juventude trabalhadora nem-nem – jovens que compõem o grupo etário entre 15 e 29 anos que não estão trabalhando e nem estudando – no contexto de crise e desemprego estrutural. O estudo analisa a condição ‘nem-nem’ do jovem trabalhador no Brasil no contexto de crise estrutural do capital tomando como contraponto a problematização da relação trabalho, educação e formação profissional.

Os resultados confirmam que os jovens nem-nem, que caracterizam a convivência em condições de pobreza, resultam da fragilidade processual do próprio sistema, o qual, para manter os altos níveis de acumulação centrados nas mãos de uma menor parte de indivíduos, produz, ao mesmo tempo, o desemprego juvenil em larga escala, o exército industrial de reserva e o lumpemproletariado, os quais, mesmo enquanto mazelas sociais de superação impossível na dinâmica controlada pelo capital, convertem-se em combustíveis para a manutenção da ordem.

Pinto (2012) através de entrevistas semi-estruturadas com 14 jovens, concluintes do Projovem Urbano (2008-2010) traz contribuições a partir de uma compreensão sobre como, numa sociedade marcada pela desigualdade, jovens pobres experimentam a condição juvenil. Para tanto se caracterizou a situação familiar, a experiência escolar e laboral, bem como as práticas de sociabilidade dos jovens egressos do Projovem Urbano, procurando perceber em que medida a participação num Programa voltado para jovens pobres contribui para criação de estratégias que viabilizem os projetos de futuro desses jovens. No final do estudo foi possível entender que o acesso desigual às oportunidades para se vivenciar esse período, reduzem as possibilidades da condição juvenil.

O trabalho de Reis (2015) foi motivado a partir das inquietações a respeito da empregabilidade dos jovens no município de Parintins, partindo de discussões em torno da crise estrutural do capital que condiciona um amplo processo de reestruturação do trabalho e da produção, combinado com esforços significativos para a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe, o que implica mudanças no papel do Estado, logo, novas exigências para a inserção no mercado de trabalho.

Teve como objetivo analisar os impactos dos Cursos Técnicos Profissionalizantes na empregabilidade dos jovens/alunos no município de Parintins, sendo, portanto, a Educação Profissional relevante neste estudo como proposta teórica

para as discussões em torno das políticas públicas para a juventude no trato da empregabilidade como imposição às novas exigências. A pesquisa visou ainda identificar a inserção dos jovens com cursos técnicos profissionalizantes no mercado formal ou informal e identificar a adequação da empregabilidade desses jovens em relação ao curso técnico profissionalizante a que foram capacitados.

Participaram desta pesquisa 62 (sessenta e dois) jovens devidamente qualificados pelas Instituições de Educação Profissional (Instituto Federal do Amazonas/Ifam; Centro de Educação Tecnológica do Amazonas/Cetam; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Senac) que pelos critérios de inclusão e exclusão foram considerados somente os jovens inseridos no mercado de trabalho local.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a importância da Educação Tecnológica profissional aos jovens no município de Parintins, no que diz respeito às facilidades para a inserção no mercado local quando qualificados. No entanto, os desafios estão da absorção de grande parte destes jovens qualificados nos campos de trabalho, pois as redes de empregabilidade ainda ficam restritas aos apadrinhamentos municipais, que não levam em consideração a qualificação, e tendenciam os jovens a se inserirem no trabalho informal ou ocuparem cargos que não condizem com sua qualificação profissional, percorrendo, portanto, dentro da perspectiva da precarização do trabalho quanto a não valorização profissional destes jovens.

Assim, inserir o jovem no mundo do trabalho supõe políticas públicas de inserção laboral, onde sejam priorizadas jornadas de trabalho, programas de capacitações. Pensar nesta questão é entender que estas ações não são apenas privilégios para os jovens, mas sim, ações que geram consequências em toda comunidade entre eles a escola, beneficiando a família, melhorando a qualidade de vida nas cidades, diminuindo a violência e construindo projetos de vida. O que o jovem percebe sobre si mesmo e como percebe o trabalho, são dados importantes para a compreensão de novos desafios decorrentes da globalização, das novas tecnologias e educação e dos níveis de qualificação para o ingresso no mundo do trabalho.

Nos estudos percebemos que a elevada prevalência de jovens sem trabalhar nem estudar no Brasil suscita preocupações; afinal, quanto mais tempo permanecem fora da escola e do mundo do trabalho, maiores são os riscos de que passem por precarização e exclusão do mercado de trabalho ao longo da vida. Sabemos que períodos longos de inatividade deixam marcas irremediáveis em suas trajetórias laborais. Ficar

sem estudar e sem trabalhar por longos períodos é uma situação comumente associada a problemas como pobreza, desalento, depressão, baixa autoestima e preconceito. Vários autores destacam que a elevada proporção de jovens fora da escola e sem emprego no país está associada às desigualdades de renda, gênero e raça presentes na sociedade brasileira, que acabam por privilegiar alguns grupos e limitar outros no acesso à educação de qualidade e melhores oportunidades de emprego.

Embora a literatura nos advirta de que estar sem estudar nem trabalhar é uma situação transitória e que períodos de inatividade são comuns na trajetória laboral dos jovens, a explicação para que alguns permaneçam nessa situação por períodos mais longos que outros ainda é controversa. O diagnóstico dominante aponta que ser pobre, negro, ter baixa escolaridade e ser mulher com filhos são características que aumentam as chances de os jovens estarem na situação conhecida como nem-nem.

Embora os apontamentos expressem significativas contribuições para as discussões em torno da juventude nem nem, ainda assim denuncia o pouco espaço ocupado pela juventude como objeto de investigação, sobretudo, no campo, que é o lugar de onde falamos e construímos nossos discursos em torno dessas questões. Os estudos sobre juventude nem nem ainda representam um campo de pesquisa com insuficiente demarcação teórica. No Amazonas, especificamente, em Parintins, a produção de pesquisas sobre essa temática é ainda escassa.

Diante desse cenário de ausência de produções constituídas a partir do debate que envolva Juventude nem nem no Campo é preciso considerar a possibilidade de existirem outras produções, mas que não se encontram disponíveis, seja pela relação aos bancos de dados oficiais, seja porque, cada vez mais tem se tornado desafiador romper com os limites das pesquisas em contexto do campo, ou seja, pela falta de condições dos pesquisadores de custear suas viagens, tendo em vista que, cada vez mais, para os órgãos de fomento à pesquisa, o orçamento tem sido reduzido.

A elaboração do estado da arte nos mostrou a relevância desse estudo pois encontramos somente a dissertação intitulada "Juventude e Trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos na empregabilidade dos jovens no município de Parintins" de Reis (2015) discutiu a formação dos jovens estudantes do ensino médio e a questão do trabalho, mas não enfatizaram acerca da trajetória de jovens egressos do ensino médio que não estão trabalhando e estudando.

O desenvolvimento social e econômico de um país depende em grande parte da força

de trabalho de sua população jovem, que é em larga medida determinado pelo acesso à educação formal e pela experiência no mercado de trabalho. No entanto, em relatório recente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que aproximadamente dois terços da população jovem em países em desenvolvimento encontram-se desempregados, empregados informalmente, inativos ou sem estudar (OIT, 2018).

Apesar de ser composto por mais de 47,2 milhões de jovens, que representam quase $\frac{1}{3}$ da população economicamente ativa, o Brasil possui, de acordo com o IBGE, mais de 27,1 milhões de jovens desocupados. Na prática, isso significa que mais de 54% dos jovens que buscam oportunidade de trabalho não o estão encontrando. Nesse contexto, acreditamos que o acionador para entendermos o comportamento recente dos jovens no mercado de trabalho é segui-los ao longo do tempo, acompanhando suas trajetórias entre as diferentes situações escolares e profissionais.

Nesse contexto, de acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) lançado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2021) jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e nem trabalhavam atingiu seu maior percentual no Amazonas (26,2%). Um em cada quatro jovens amazonenses têm entre 15 anos e 29 anos. São jovens entre 15 e 29 anos, que saem do ensino médio e não conseguem colocação no mercado de trabalho por conta da qualificação, assim como não conseguem oportunidade para o ensino superior, acabam ficando sem estudo e sem trabalho, gerando assim um ciclo corrompido. De acordo com o instituto, a quantidade de pessoas com idade entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham é uma preocupação.

É nesse contexto que a problemática da relação juventude e trabalho ganha importância, pois o trabalho é senão o principal determinante da formação das sociedades, na qual os jovens estão inseridos. E mais, Oliveira et al (2007, p. 01), vai dizer que o trabalho é

[...] o meio através do qual o homem constrói o seu ambiente e a si mesmo de acordo claro com as reais condições que dispõe, pois, o trabalho está na base de toda sociedade, seja ela qual for estabelecendo as formas de relações entre os indivíduos; entre as classes sociais; criando relações de poder e propriedade; determinando, assim, o ritmo do cotidiano do trabalhador e da própria sociedade.

Nesse pensar, compreender como se configuram as trajetórias de jovens da comunidade de Caburi, Parintins/AM, egressos do ensino médio que não trabalham e nem estudam poderá contribuir com novos olhares sobre a questão da construção de caminhos para a juventude no pós-médio, valorizando as vivências, apropriação de conhecimen-

tos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e a fazer escolhas.

Pertencemos a uma sociedade que se preocupa com o futuro dos jovens e deposita sobre eles a expectativa de manutenção da ordem social e política, fazendo deles a geração considerada responsável pelo desenvolvimento da sociedade (Leccardi, 2005). Assim, importa destacar que este estudo se volta para os jovens que não estudam nem trabalham no campo e precisamos, cada vez mais, nos aventurar em realizar pesquisas sobre a temática. Esse é um diferencial na propositura do estudo que realizamos para fundamentar a nossa tese.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Zenaide. Ser alguém na vida. Condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. 2013. 213 f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BRITO, Jaqueline Andrade. Vivências E Experiências Em Educação E Trabalho: Um Estudo De Caso Sobre Jovens Do Campo Egressos Do Curso Técnico Profissionalizante Em Agropecuária / Pronatec Ubaíra-Ba (2012-2014). 117 f. Orientador: Luís Flavio Reis Godinho. Dissertação(Mestrado profissional em educação do Campo). Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia- UFRB. Amargosa- BA, 2016

DIAS, Tammille Sales. Entre ausências, incertezas e labirintos: a inserção social de jovens que não trabalham nem estudam no Brasil. 2016. 132 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DOMINGOS, Magna Rita Arcanjo. Do campo à universidade: análise das trajetórias acadêmicas de jovens oriundos do meio rural. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Geografia. Viçosa, MG, 2021.

FARIAS, Degiane da Silva. Juventude, escolarização e projeto de vida: representações sociais dos jovens de Bragança/Amazônia Paraense.. 2018. 255 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GAULKE, Tamar Genz. PONCIANO, Ana Clara da Silva. Movimento (auto)biográfico da educação

musical no nordeste brasileiro: um mapeamento da literatura acadêmica modalidade: comunicação subárea: Educação Musical. XXXII Congresso da Anppom, Natal, 17 a 20 de dezembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil: Amazonas. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em dezembro de 2021.

JUNIOR, Paulo Roberto da Silva. O/A jovem chamado/a nem nem: produzindo questionamentos a partir de pesquisas sobre juventude e das experiências de jovens pobres. 2018. 180 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

OLIVEIRA, Leilson Barros. Cheguei Ensino Médio: educação e trabalho desafios de uma ação de integração e as implicações da geração Nem-Nem (2017-2018). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato-CE, 2019

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. Jovens Do Campo Baiano: O Lugar Da Escolarização E Do Trabalho Nas Trajetórias E Projetos De Futuro. 126 f. Dissertação(Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2011.

MOTA, Denise Guichard Freire da. Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: caracterização e transformações no período 2004/2015 / Denise Guichard Freire da Mota.- 2018. 280 p. ; 31 cm. Orientador: João Luiz Maurity Saboia. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB. Tradução . Brasília: Inep, 2007. . . Acesso em: 21 maio. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO(OIT) OIT: Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal(Relatório). https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_02 de Maio de 2018. Acesso em maio de 2021.

PINTO, Márcia Teixeira. Sobre a vivência da condição juvenil: um estudo com jovens egressos do Projovem Urbano (2008-2010) da cidade do Rio de Janeiro. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado

em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2012.

ROSA, Debora Diana da . Juventudes e Trabalho: Trajetórias de Egressos do Programa Jovem Aprendiz. Orientador: Prof. Dra. Maria Chalfin Coutinho. 2015. 165 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

SHIRASU, Maitê Rimekká. DETERMINANTES DA ESCOLHA E DO RETORNO OCUPACIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS / Maitê Rimekká Shirasu. – 2018. 111 f. : il. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2018. Orientação: Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes.

SILVA, Amanda Félix da. Projetos de vida dos jovens do ensino médio de escola pública. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Maria do Socorro Rodrigues. A situação de jovens no Brasil que nem trabalham nem estudam frente à era da informação. 2020. 106 f. Dissertação(Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

REIS, Keuryanne Guerreiro dos. Juventude e Trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos na empregabilidade dos jovens no município de Parintins. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

TRINDADE, Fabiana Ribeiro Brito. Uma questão social: jovens fora da escola e do mundo do trabalho no universo popular. Orientadora: Angela Maria de Randolpho Paiva, 2016. 153 f. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2016.



If you don't
fight
WOMEN
you fight
MEN

NE SOY ASTRONAUTA
NI REY NI GUERRERO
GRATO porque me
están
ASESINANDO

JUSTICE
PEACE

Reflexões Sobre os Posicionamentos Ideopolíticos das Discentes de Serviço Social Acerca da Temática Abortamento: E por que Não Falar Sobre Aborto?

Marcele Melo Fonseca e Ídila Muniz Gomes Guimarães Sampaio

RESUMO: O estudo tem como finalidade apresentar os posicionamentos ideopolíticos das discentes de Serviço Social do Estado da Bahia acerca da temática abortamento, investigando quais perspectivas políticas e ideológicas influenciam em suas formações discursivas e, em paralelo, evidenciar a importância de debater o tema no interior das academias. A pesquisa bibliográfica de cunho exploratória, teve participação de 51 estudantes do sexo feminino e utilizou como instrumento técnico para obtenção de dados um questionário eletrônico, dividido em duas seções com perguntas objetivas, analisando marcadores sociais como raça, faixa etária, religião, estado civil, instituição e período de curso. Dentre os resultados obtidos, 67% das graduandas presenciaram discussões sobre aborto no decorrer do curso de Serviço Social e 33% afirmaram não terem presenciado. Pela ótica política, 65% das participantes são favoráveis a legalização do aborto, 27% apoiam apenas em casos já previsto por lei, 6% declararam ser completamente contrárias à prática e 2% sem opinião formada. Correlacionando os marcadores sociais e posicionamentos ideopolíticos, ao traçar um perfil entre as participantes de perspectivas similares, identificou-se a faixa etária, religiosidade e estado civil como determinantes influentes nos discursos relacionados à temática aborto.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Aborto; Gênero; Raça.

INTRODUÇÃO

Cercada por posicionamentos antagônicos, a discussão sobre aborto ainda é uma pauta tímida nos âmbitos acadêmicos e parlamentares devido as tensões políticas, éticas e morais que envolvem o tema. Atualmente, no Brasil, o aborto é um crime passível de prisão para a mulher que assume abertamente a realização da prática, exceto em casos excepcionais previsto em lei, como gravidez decorrente de estupro (até 22 semanas), risco de vida da gestante e anencefalia fetal.

Para o avanço de um debate racional no país, o abortamento deve ser encarado como um grave problema de saúde pública. Segundo dados concedidos pela Pesquisa Nacional de Aborto publicada em 2016 (PNA 2016), a interrupção da gravidez está presente na vida de mulheres de

todas as classes sociais, independentemente de raça, escolaridade e religião, entretanto, é mais frequente entre as pretas, pardas e indígenas de baixa escolaridade, residentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Enquanto não houver a descriminalização e a responsabilidade social por parte do Estado, mulheres pretas, pardas e indígenas seguirão sendo os principais números nas estatísticas de óbito por abortamento. É possível identificar como os marcadores sociais de gênero, raça, classe e etnia, estão interligados como múltiplos sistemas estruturais de opressões e isto, definido como interseccionalidade, para Kimberlé Crenshaw (2002) é:

"A forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras [...] constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento."
(CRENSHAW, 2002)

O contexto nacional apresenta legislações retrógradas, racistas e misóginas quando relacionado às questões envolvendo o abortamento. Considerando que, o cruzamento de opressões presente nos itinerários do aborto integra a esfera das expressões sociais, é de suma importância que toda categoria de assistentes sociais adote, desde a formação acadêmica, posicionamentos em prol da população usuária, isso significa, despir-se de qualquer condenação e/ou julgamento moral quanto ao tema.

Compreendendo que a categoria do Serviço Social atende e é composta, majoritariamente, por mulheres o ato de falar sobre este assunto, é referenciar aos principais sujeitos da profissão, por esse motivo, esta pesquisa tem como objetivo apresentar os posicionamentos ideopolíticos das discentes acerca da temática abortamento, tendo em vista, marcadores sociais como raça, faixa etária, religião, estado civil e período de curso. Em contrapartida, desvendar quais os determinantes sociais mais influenciam na formação discursiva das discentes do Serviço Social da Bahia.

Em outras palavras, o debate sobre o aborto apresenta uma complexa conjuntura estrutural e deve ser explorada com seriedade por toda categoria, incluindo acadêmicas e profissionais. Para tanto, esta pesquisa traz a reflexão sobre a necessidade deste debate e busca en-

tender quais perspectivas, conservadoras ou progressistas, atualmente, estão presentes nos discursos acadêmicos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório teve participação de 51 estudantes do sexo feminino, entre instituições públicas e privadas, dos municípios de Salvador e Cachoeira, utilizou como instrumento técnico para obtenção de dados um questionário on-line de perguntas objetivas, disponibilizado pela plataforma Google Forms e compartilhado através das mídias sociais. Ainda, considerando o contexto pandêmico da Covid-19 e a importância de manter os aspectos éticos da pesquisa, antes de dar início à coleta de dados, foi acrescentada ao questionário uma nota de esclarecimento sobre o referido estudo, além de solicitar a autorização das participantes quanto à utilização dos dados.

O CENÁRIO DO ABORTAMENTO NO BRASIL

A princípio, é importante elucidar os conceitos básicos dos termos "abortamento" e "aborto", pois, apesar de similares ambos detêm definições diferentes. O "abortamento" é o processo de interrupção da gestação entre a 20ª e 22ª semana com produto da concepção pesando menos que 500g e o "aborto" é intitulado como o produto da concepção eliminado, em outras palavras, um é o processo e o outro, o resultado. Mas, devido ao uso comum da expressão e para melhor compreensão dos leitores, em alguns momentos, será utilizado o termo "aborto" como sinônimo de abortamento, considerando o mesmo contexto.

A recusa do Estado quanto à legalização do aborto reitera desigualdades sociais e de gênero, visto que, a criminalização seletiva e misógina, pune exclusivamente as mulheres e isenta por completo a responsabilidade do companheiro/genitor. Segundo Heilborn (2012), referente à reprodução, em especial, à contracepção e ao abortamento, os homens dificilmente são citados nas discussões, ou seja, raramente a figura masculina é mencionada ou responsabilizada neste contexto, geralmente a discussão central é voltada para a condenação moral das mulheres e as demais consequências da interrupção, não levando em consideração a participação do homem na concepção.

Não disponibilizar um suporte legal e seguro para o abortamento contribui com a clandestinidade, segundo Victora (2011) as complicações causadas por abortos inseguros são as principais causas de mortalidade materna no Brasil. O proibicionismo direciona mulheres que decidem interromper a gravidez à insegurança do mercado ilegal, correndo severos riscos sobre a

procedência dos medicamentos adquiridos.

De acordo com o G1, no primeiro semestre de 2020, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) registrou 80.948 procedimentos decorrentes de abortos induzidos malsucedidos, sendo apenas 1.024 atendimentos para abortos legais, ou seja, a criminalização se apresenta ineficaz e não impede a realização da prática. A recusa em encarar este fenômeno como uma questão de saúde pública resulta também na precariedade da atenção obstétrica nas redes públicas de saúde, que junto ao racismo institucional, torna o atendimento pouco humanizado, inclusive, para os casos permitidos por lei.

Como consequência da criminalização e da imposição dos valores individuais dos profissionais da saúde, muitas mulheres encontram dificuldades nos atendimentos devido às práticas discriminatórias, ameaças e negligências sofridas nas redes públicas. A atenção dada aos casos de abortamento exige um tratamento ético e confidencial, entretanto, de acordo com a Fundação Perseu Abramo, 53% das mulheres que recorreram à assistência médica pós-aborto relataram violência por parte dos profissionais da saúde (VENTURI et al., 2010). Ainda, por medo da exposição e descaso, mulheres evitam ou retardam buscar suporte médico imediato, o que como consequência pode levá-las a óbito.

Tais imposições de valores individuais dizem respeito às condenações morais machistas e misóginas instauradas na sociedade patriarcal, em especial, sobre o controle das mulheres, seus corpos e sexualidade. Nessa perspectiva, Mayorca e Magalhães (2008) apontam:

"Esse tipo de julgamento moralizante e culpabilizador, baseado num modelo feminino que tem como base o controle das mulheres, coloca-as em situação de grande pressão e violência – elas se sentem culpadas porque, pelos motivos mais diversos, querem interromper a sua gravidez – e esse é um ato de consciência e liberdade que elas não foram, por décadas e décadas, autorizadas a realizar. E quando realizaram foram fortemente castigadas, seja simbolicamente, seja objetivamente (sequelas e mortes por aborto clandestino). O próprio fato da clandestinidade se baseia numa lógica punitiva." (MAYORCA & MAGALHÃES, 2008)

O controle dos corpos femininos é dado devido às relações patriarcais de gênero que sustentam um sistema estrutural sociopolítico-econômico de dominação, inferiorização, submissão e apropriação das mulheres (TENORIO, 2019, p. 10). O patriarcado junto ao machismo, racismo, LGBTfobia e suas demais expressões, se manifestam em todas as instituições sociais resultando na desvantagem sistemática de todos que fogem do padrão branco, cisheteropatriar-

cal-cristão.

Entende-se que não há hierarquia entre as opressões, mas há quem sofra com múltiplas opressões na encruzilhada das desigualdades. Por exemplo, a articulação das manifestações patriarcais como machismo, racismo e pobreza, posicionam as mulheres, pretas e pobres em situação de completa desvantagem quanto aos indicadores de desenvolvimento social. Vale salientar que, este mesmo perfil de mulheres compõe o grupo de maior risco por óbito, conforme afirma Cardoso et al. (2020):

“Embora os dados oficiais de saúde não permitam uma estimativa do número de abortos no país, foi possível traçar um perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto: as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, e sem companheiro.” (CARDOSO et al., 2020, p. 01)

A propósito, vale salientar, que o contexto anterior ao aborto já inclui este perfil de mulheres em desvantagem, visto que estas são as que mais sofrem com a limitação no acesso aos métodos contraceptivos e educação sexual de qualidade. Nesse sentido, é possível afirmar que existe desigualdade no acesso às informações de acordo com o grupo socioeconômico e demográfico em que a mulher está inserida (TRINDADE et al., 2019), ou seja, a falta de informações em relação à contracepção é um fator contribuinte para a gravidez indesejada.

O POSICIONAMENTO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Analisando os determinantes sociais que envolvem o cenário do abortamento, é incontestável a necessidade de um debate transversal no interior das academias, principalmente, na graduação de Serviço Social. Evidenciar essa discussão, sem temer o tabu social, é um ato revolucionário de empoderamento das discentes e docentes no reconhecimento de seu papel como agente político de transformação.

De forma gradativa e complementar, o processo de formação profissional do assistente social é respaldado por três norteadores jurídicos: Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional. Portanto, compete ao Projeto Ético Político a materialização desses fundamentos:

“Como marca desse projeto no Serviço Social brasileiro, notamos ainda sustentação da ação profissional vinculada à defesa dos direitos sociais, garantia da cidadania e da democracia, buscando capacitar o futuro profissional para a elaboração e execução de políticas sociais, na relação com

os diferentes sujeitos sociais presentes na sociedade, em uma visão crítica da relação Estado/sociedade civil. Afirmando, portanto, o papel da profissão na luta pela emancipação política, sem perder de vista, no entanto, o horizonte da emancipação humana.” (CARDOSO, 2013, p. 211)

Em outras palavras, construir uma consciência crítico-reflexiva acerca da realidade social, favorecendo a consolidação da cidadania plena faz parte da prática profissional democrática do assistente social. É imprescindível a desconstrução de valores individuais que promovam, de alguma forma, o preconceito, discriminação e/ou julgamento moral para então, reconstruir princípios sob uma nova ótica emancipatória, visando à transformação social sem opressão-dominância-exploração de qualquer gênero, classe, raça ou etnia.

Os itinerários do abortamento estão inteiramente relacionados às expressões da Questão Social, objeto de intervenção do Serviço Social. Por isso, entre os profissionais que compõem as unidades públicas de saúde, o assistente social é o profissional mais capacitado para responder à demanda social com a seriedade necessária. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem abordando frequentemente o tema e manifestando o posicionamento político da profissão a favor da legalização e descriminalização:

“Temos acúmulo teórico-político suficiente para nos posicionarmos favoravelmente à descriminalização e legalização do aborto. Nossa luta é fundamentada em uma ética emancipatória, tecida no reconhecimento e busca de efetivação dos direitos humanos e da liberdade, autonomia e autodeterminação para as mulheres [...] A vida das mulheres, particularmente, pobres e negras, está em risco todos os dias com a criminalização.” (CFESS, 2010)

Seja no âmbito social, jurídico ou da saúde, ambas as áreas de atuação do Serviço Social, debater sobre o contexto da criminalização do aborto é referenciar a realidade do público majoritário da categoria: mulheres, pobres, negras ou pardas, de baixa escolaridade. Além de ser maioria na população usuária, “a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens” (CFESS, 2005), ou seja, nada mais coerente que uma categoria feminina lute em prol da sua própria existência.

Faz-se necessária uma reflexão sobre as relações de gênero e como as expressões do patriarcalismo atingem diretamente a cada mulher na sociedade, sendo assim, não compete às assistentes sociais ou a outro profissional, a condenação moral às mulheres em situação de abortamento, muito pelo contrário, a conduta profissional deve ser responsável e sensível, re-

nunciando qualquer postura punitiva e/ou discriminatória.

Vale salientar que, o debate acadêmico não garante e nem é o único responsável pela desconstrução ideológica dos estudantes, considerando que cada sujeito tem suas próprias concepções e subjetividades, entretanto, a individualidade não pode ir de encontro às diretrizes da profissão. Por isso, a introdução de determinados temas em sala de aula, principalmente, temas considerados tabus sociais, remetem a reflexão política, construção da consciência crítica e é essencial para que os posicionamentos de profissionais e acadêmicos estejam em concordância, alinhando ideologias individuais com o Serviço Social.

RESULTADOS E ANÁLISES: OS POSICIONAMENTOS IDEOPOLÍTICOS DAS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL

Para compreender os posicionamentos ideopolíticos das discentes de Serviço Social acerca da temática abortamento, foi utilizado como instrumento técnico o questionário eletrônico, disponibilizado pela ferramenta virtual Google Forms e compartilhado por mídias sociais como WhatsApp e Instagram. Além disso, considerando que essa discussão diz respeito exclusivamente aos corpos políticos femininos, a pesquisa online foi disponibilizada apenas para as discentes

do sexo feminino, acentuando a importância de dar voz para as principais atingidas por esses itinerários do abortamento: as mulheres.

O questionário foi dividido em duas seções, a primeira seção similar a uma anamnese, envolveu questões de identificação pessoal como idade, estado civil, raça e religião, com intuito de reconhecer os marcadores sociais mais influentes nas formações discursivas. Em seguida, na segunda sessão, são expostas perguntas relacionadas à graduação em Serviço Social e os posicionamentos quanto ao aborto. Através de dados estatísticos, serão apresentadas as respostas de 51 estudantes dos municípios de Salvador e Cachoeira, desde o primeiro ao oitavo período, entre instituições públicas e privadas.

Com base nas respostas obtidas, quando questionado sobre raça, 92% das discentes se declararam pretas ou pardas, sendo apenas 8%, brancas. Quanto ao estado civil, 76% encontram-se solteiras e 24% casadas ou em união estável. As maiorias das estudantes têm entre 18 a 24 anos com 43%, em seguida, de 25 a 34 anos com 33%, as de 35 a 44 anos com 14% e em minoria, as de 45 anos ou mais com 10%. Reforçando que a religiosidade ainda é um fator atual, 63% das discentes responderam seguir alguma religião, entre elas, com 46% das respostas predominam as católicas e evangélicas, sendo apenas 37% sem religião.

Tabela 1 - Marcadores sociais das discentes de Serviço Social (instituição, religião, estado civil, raça e idade)

Questão	Dados	Número de Respostas	Porcentagem
Raça	Preta	33	65%
	Parda	14	27%
	Branca	4	8%
Faixa Etária	18 a 24 anos	22	43%
	25 a 34 anos	17	33%
	35 a 44 anos	7	14%
	45 a 54 anos	2	4%
	55 ou mais	3	6%
Estado Civil	Solteira	39	76%
	Casada/União estável	12	24%
Religião	Sem religião	19	37%
	Católica	12	24%
	Cristã/Evangélica	11	22%
	Candomblé	3	6%
	Espírita	2	4%
	Ateu/agnóstica	1	2%
	Budista	1	2%
	Umbanda	1	2%
Outras religiosidades	1	2%	

Outras questões presentes na primeira seção do questionário são referentes à graduação de

Serviço Social, investigando sobre instituições de ensino e período de curso. De acordo com os dados apresentados, 8% das discentes estão cursando do primeiro ao quarto semestre, ou seja, 92% das participantes já concluíram mais da metade do curso, estando entre o quinto e oitavo período. Além disso, 86% das entrevistadas são estudantes de instituições privadas, sendo apenas 14% graduandas de instituições públicas.

Tabela 2 - Marcadores institucionais das discentes de Serviço Social (instituição e semestre)

Questão	Dados	Número de Respostas	Porcentagem
Instituições	Instituições Privadas	44	86%
	Instituições Públicas	7	14%
Período do Curso	1º ao 4º Semestre	4	8%
	5º ao 8º Semestre	47	92%

Partindo para a segunda seção, voltada especialmente para a relação do Serviço Social, foram apresentados questionamentos acerca dos posicionamentos políticos das discentes. No primeiro momento, foi perguntado às participantes se haviam presenciado o debate sobre aborto no interior das academias, 67% responderam que presenciaram e 33% relataram não ter presenciado o assunto em sala de aula. Em seguida, as 51 graduandas foram questionadas sobre a importância do assunto no ambiente acadêmico e, em concordância geral, todas responderam que “sim, devemos debater abertamente o tema!”.

Outro ponto, questionou às participantes se houve mudança de opinião após inserção no curso, isso com intuito de investigar a influência do Serviço Social na formação discursiva das discentes, entretanto, um fator curioso foi identificado nas respostas obtidas, considerando que apenas 27% das participantes assumiram ter mudado o posicionamento político ao ingressar na graduação, ou seja, 73% manteve a mesma opinião de antes da inserção no curso.

Tabela 3 - Posicionamentos das discentes de Serviço Social acerca da temática aborto

Questão	Dados	Número de Respostas	Porcentagem
Já presencial abertamente um debate em sala de aula a respeito da temática do aborto?	Sim	34	67%
	Não	17	33%
O assunto deve ser debatido em sala de aula?	Sim	51	100%
	Não, é uma questão polêmica/pessoal!	0	0%
	Sem opinião	0	0%
Seu posicionamento mudou ao ingressar no curso de Serviço Social?	Sim, mudou	14	27%
	Não, mantenho a mesma opinião antes da inserção no curso	37	73%
O aborto deve ser legalizado e descriminalizado no Brasil?	Sou a favor da legalização e descriminalização	33	65%
	Apenas em casos de estupro, risco de vida da gestante e/ou anencefalia fetal	14	27%
	Sou contra a legalização e descriminalização	3	6%
	Sem opinião	1	2%

A quem cabe a decisão sobre a realização do abortamento?	A Mulher	48	94%
	Ao Estado	3	6%
O abortamento é uma questão de saúde pública?	Sim	44	86%
	Não	5	10%
	Sem opinião	2	4%

Direcionando o questionário para pautas mais específicas, no que diz respeito legitimação do aborto, 65% das discentes apoiam a legalização e descriminalização da prática, sendo 27% a favor apenas em casos já previsto por lei, como risco de vida da mulher, anencefalia fetal e estupro. Um grupo minoritário com 6% das respostas, informaram ser completamente contra ao aborto e 2% seguem sem opinião formada quanto ao tema.

Para entender melhor a visão das estudantes, foi questionado sobre o abortamento ser uma questão de saúde pública, logo, 86% afirmaram que o aborto deve ser encarado como caso de saúde pública, entretanto, 10% declaram que não consideram uma questão de saúde, sendo apenas, 2% sem opinião formada quanto ao assunto. Outro ponto indagado, questionou a quem cabe a decisão sobre a realização do aborto, com a maioria das respostas, 94% das discentes afirmaram que a escolha de prosseguir ou interromper a gestação cabe exclusivamente a mulher, adverso a isso, 6% responderam que esta determinação

compete apenas ao Estado.

E como finalização dos questionamentos presentes na pesquisa, em uma questão objetiva de respostas múltiplas, cada participante pôde escolher mais de uma alternativa que considerasse como circunstância admissível para a realização do aborto. Como resultado, os casos já previstos em lei foram os que receberam maior número de respostas, como gravidez decorrente de estupro com 59% de aceitação, em seguida, gestações que põem a vida da mulher em risco com 57% e o terceiro mais votado, com 51%, fetos com malformação/anencefalia fetal.

Outros contextos foram apresentados na questão, a interrupção da gravidez em qualquer circunstância teve 45% de aceitação, gravidez na infância ou adolescência obteve 35% das respostas e com menor aprovação, os casos de mulheres sem condições financeiras ou psicológicas com 27%, o simples fato de não desejar ser mãe com 25% e por último, gravidez com uso de anticoncepcional com 22% de concordância.

Com o encerramento do questionário

Tabela 4 - Circunstâncias admissíveis quanto a realização do aborto para as discentes de Serviço Social

Questão	Dados	Número de Respostas	Porcentagem
Para você, em quais circunstâncias é admitido o abortamento?	Em qualquer circunstância	23	45%
	Gravidez decorrente do estupro	30	59%
	Gravidez com uso do anticoncepcional	11	22%
	Risco de vida para a gestante	29	57%
	Gravidez na infância/adolescência	18	35%
	Anencefalia/Malformação fetal	26	51%
	Mulher sem condições financeiras/psicológicas para manter a criança	14	27%
	A mulher não deseja ser mãe	13	25%

eletrônico após o alcance de 51 respostas, foi possível estudar a correlação dos posicionamentos ideopolíticos a respeito do abortamento com os marcadores sociais de cada discente, identificando quais determinantes têm maior influência na formação discursiva atualmente. Ao traçar um perfil entre as participantes de perspectivas similares, identificou-se a faixa etária, religiosidade e estado civil como influentes significativos nos discursos relacionados à temática aborto.

Por unanimidade, todas as participantes com posicionamentos favoráveis a legalização do aborto votaram em defesa da mulher como único sujeito responsável pela decisão de interromper ou não a gestação, sendo este perfil composto, majoritariamente, por mulheres pretas, solteiras, sem religião e de instituições públicas consistindo em 78% dos votos. O mesmo público segue com perspectiva semelhante quando questionado sobre contextos admissíveis para realização do aborto, as condições mais liberais como “a mulher não desejar ser mãe” ou “em qualquer circunstância”, foram novamente adotados em sua maioria pelas discentes solteiras com 78% de aceitação e faixa etária entre 18 a 24 anos com 57%.

Apesar do grupo de participantes “sem religião” declarar maior apoio à legalização, houve um fator interessante e pouco esperado, obtido nos resultados: Não houve um padrão linear de respostas apenas com base na religião, ou seja, mulheres adeptas às religiosidades relatadas apresentaram perspectivas ideopolíticas múltiplas e desassociadas às ideologias religiosas, com até 56% a favor da legitimação do aborto. Com isso é possível concluir que os marcadores sociais estudados influenciam na formação discursiva das discentes e os posicionamentos acadêmicos estão em concordância com os manifestos da categoria, isso representa um Serviço Social progressista, plural, emancipatório e ressignificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conquistas do Serviço Social como profissão política foi reivindicar a pesquisa científica como componente necessário para a formação acadêmica, introduzindo a dimensão investigativa como principal construtora epistemológica da consciência crítico-reflexiva, centrada em estudar as conjunturas sociopolíticas cotidianas em busca de uma transformação social sem opressão, dominação ou exploração de qualquer gênero, classe, raça e/ou etnia.

Assim, com a finalidade de investigar a influência da estigmatização social, este estudo buscou compreender a visão das discentes do Serviço Social acerca da temática abortamento estudando as perspectivas ideopolíticas que influenciam suas narrativas. Em paralelo, a pesquisa

apresentou a importância da introdução dos debates no interior das academias, pois enquanto fenômenos sociais não forem discutidos, possivelmente, as futuras assistentes sociais não terão a oportunidade de desenvolver uma reflexão política e social aprofundada do tema.

Como os itinerários do aborto estão relacionados às expressões da Questão Social, é de suma importância que estudantes adotem, desde a formação acadêmica, posicionamentos em prol da população usuária despidendo-se de qualquer condenação e/ou julgamento. A categoria deve apresentar um posicionamento a favor da descriminalização e legalização do aborto, considerando que as restrições à autonomia reprodutiva da mulher vão de encontro à efetivação da liberdade e autodeterminação feminina.

Com base nas análises apresentadas nesta pesquisa, é possível reconhecer a temática abortamento como uma questão de saúde pública que atravessa frentes políticas, ideológicas e sociais. O cenário de tensões e antagonismo, composto por posicionamentos polarizados entre legalizar ou permanecer criminalizando, segue sem apresentar qualquer avanço legal para uma reestruturação jurídica e parlamentar no país. Entretanto, a categoria do Serviço Social embasado em seu projeto político deve permanecer lutando pela transformação social.

O contexto nacional apresenta legislações retrógradas, racistas e, estruturalmente, machistas quando relacionadas à criminalização do aborto, considerando que enquanto não houver a descriminalização e a responsabilidade social por parte do Estado, as mulheres pobres, pretas, pardas e indígenas seguirão sendo estatística como perfil de maior risco de óbito por abortamento. Faz-se necessário refletir sobre todas as expressões oriundas do sistema patriarcal e como essas relações de gênero atingem o cotidiano da profissão, dos profissionais e da população usuária.

Os resultados obtidos através do questionário eletrônico apresenta a relevância dos debates considerados polêmicos dentro das salas de aulas, a fim de exercitar a reflexão crítica do grupo de discentes para uma futura atuação profissional em concordância com o Projeto Ético Político do Serviço Social. A partir dos dados apresentados, é possível compreender a importância de dar voz aos principais sujeitos afetados por determinado fenômeno e, no caso do fenômeno abortamento, as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky P. As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Dissertação (Mestrado em Serviço

Social) – UFPE, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9412/1/arquivo332_1.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Brasília, DF, Senado, 1990.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36s1/1678-4464-csp-36-s1-e00188718.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/65918085/cardoso-priscila-f-g-etica-e-projetos-profissionais>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos Feministas. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fS-BQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8L-RYdgSMzMW4SDDQ65zzFHx/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2020.

HEILBORN, M.L. et al. Itinerários abortivos em contexto de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Ciênc. Saúde Colet., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6kww-CvhBHXxGHZ74TBXwvVr/?lang=pt>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

MAYORGA, Claudia; MAGALHÃES, Manuela de Souza. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto? In: MAIA, Mônica Bara (org.). Direito de Decidir: múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PORTAL G1, SUS fez 80,9 mil procedimentos após abortos malsucedidos e 1.024 interrupções de gravidez previstas em lei no 1º semestre de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/20/sus-fez-809-mil-procedimentos-apos-abortos-malsucedidos-e>

1024-interrupcoes-de-gravidez-previstas-em-lei-no-1o-semester-de-2020.ghtml. Acesso em: 24 mai. 2021.

SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal de Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional. 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaoovirtual2006.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal de. Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto. 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/484>. Acesso em: 30 set. 2020.

TENORIO, Emilly Marques. Machismo. Série Assistente Social no combate ao preconceito. Caderno 6, Brasília, 2019. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

TRINDADE, Raquel Elias Da et al. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres Brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, 2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/uso-de-contracepcao-e-desigualdades-doplanejamento-reprodutivo-das-mulheres-brasileiras/17372>. Acesso em: 02 mar. 2021.

VENTURI, G.; BOKANY, V.; DIAS, R. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc, 2010. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_org_br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

VICTORA, Cesar G. et al. Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. THE LANCET, London. p.36-38, maio. 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo_saude_brasil_2.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.



Política Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Principais Desafios Impostos pela Pandemia em São Paulo

Por Julia Ribeiro de Almeida Veneziani,
Victor Miranda Joaquim e
Isabella Natali Miranda Cuccin

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo identificar a influência do machismo e das relações de dominância vigentes no contexto social brasileiro nos avanços da política municipal de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes tanto no âmbito pré quanto pós pandêmico. Isto posto, primeiramente, será exposto uma elucidação sobre a temática da questão de gênero a partir do levantamento bibliográfico, em seguida, será efetuado um exame a respeito da atenção estatal voltada aos infantes através dos dados referentes a legislação e políticas públicas, por fim será observada a conjuntura da cidade de São Paulo durante o momento pandêmico a partir da entrevista realizada com a gerente do Serviço de Proteção Social à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPSCAVV) do Butantã. A pesquisa se propôs a expor como a violência contra crianças e adolescentes foi enfrentada no contexto da pandemia de COVID-19, tendo em vista que a proteção da população infanto-juvenil é um tema de extrema importância. Sendo assim, observa-se que a temática necessita de visibilidade urgente, ainda mais após o contexto da pandemia de COVID-19, no qual a situação se agravou profundamente.

Palavras-chave: Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Direitos das Crianças e Adolescentes; Políticas Públicas; COVID-19; São Paulo.

INTRODUÇÃO

Segundo Saffioti (1987), o machismo pode ser entendido como um preconceito expressado a partir da dominação dos homens sobre as mulheres com o propósito de controlar comportamentos e subjugar a existência, sendo caracterizado pela apropriação do corpo como meio para reafirmar esse poder. Consequentemente, as condutas sexuais são separadas entre o gênero masculino e feminino, de tal modo que essa ordem social impõe limites e regras de atuação para ambos. Nesse sentido, a violência contra a mulher torna-se um instrumento essencial e legítimo de controle, no qual o abuso físico, sexual, psicológico, entre tantas outras formas de

agressão enquadram-se como mecanismos justos para garantir a supremacia masculina. Ainda, de acordo com a autora:

Quer quando o homem desfruta de uma posição de poder no mundo do trabalho em relação a mulher, quer quando ocupa a posição de marido, companheiro, namorado, cabe-lhe, segundo a ideologia dominante, a função de caçador. Deve perseguir o objeto de seu desejo, da mesma forma que o caçador persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho importa, em primeiro lugar, seu próprio desejo. [...] Para o macho não importa que a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto.

Saffioti aponta que a exploração do gênero feminino é fundamentada para a simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Corroborando com esse argumento, Christine Delphy (2009) afirma que a palavra "patriarcado" vem da combinação do grego pater (pai) e arkhe (origem e comando), significando literalmente "a autoridade do pai". Nesse cenário, o racismo e o capitalismo retroalimentam o machismo ao designarem uma divisão social de trabalho e classe por cor e gênero, criando um sistema social que mantém o homem branco no domínio. Essa simbiose é fruto da socialização e costumes que atribui ao homem poder de opressão contra as mulheres, e recorrentemente se expressa de maneira desumana tanto por preconceitos como a LGBTQIAP+ fobia, gordofobia, capacitismo, entre outros, quanto pelas violências simbólicas e físicas.

Um dos exemplos dessa crueldade é o tratamento direcionado para mulheres vítimas de estupro, que perdem sua humanidade tornando-se objetos disponíveis para uso e abuso de todos (Saffioti, 2004). Esse contexto é fundamentado pela noção de que o abuso em si não ocorre, na verdade, a mulher age de modo sedutor e pecaminoso e quando isso acontece ela deve ser punida por comportar-se de maneira desonrosa. Para além disso, Saffioti (1995) explicita o quanto o abuso sexual é um desrespeito aos direitos humanos que deixa sequelas irremediáveis nas vítimas, sejam elas mulheres ou crianças, as mais frequentes presas dos homens. Contudo, até 2005 o Código Penal brasileiro presumia honestidade inerente ao homem, enquanto para as mulheres

existia uma distinção que pode ser observada nos Artigos 215 e 216: Posse sexual mediante fraude.

Art. 215. Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude. Pena: reclusão, de um a três anos.

Atentado ao pudor mediante fraude.

Art. 216. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso: diverso da conjunção carnal. Pena: reclusão, de um a dois anos.

Isto posto, é possível notar hierarquias de poder que em síntese definem-se por gênero, cor e faixa etária. Nesse contexto, crianças e adolescentes encontram-se em uma posição extremamente fragilizada, sendo que essa situação é agravada conforme sua etnia e classe social. Segundo Azevedo et al. (1989):

O homem domina a mulher, que por sua vez, domina a criança no dia-a-dia, criando uma auréola em torno do homem. Em virtude disto, o homem tem seu poder aumentado face à criança e, ao fim e ao cabo, também em relação à mulher [...]. O adulto em geral, independentemente de seu sexo, detém poder sobre a criança [...] Aos dominadores interessa repetir sem questionar os modelos tradicionais, em virtude do prestígio que lhes confere a ideologia machista.

De acordo com Azevedo e Guerra (1995), a violência doméstica contra crianças e adolescentes é a ação praticada por familiares ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes causando danos físicos, sexuais e ou psicológicos à vítima. Até 1995, o Brasil não mantinha estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência doméstica e não realizava estudos sistemáticos sobre a incidência e prevalência do fenômeno. Ainda que em 1959 já estivesse estabelecida a Declaração Universal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, e em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a proteção da população infanto-juvenil não era o foco de políticas públicas.

Segundo entrevista realizada com Michelle Barros em 28 de julho de 2021, organizações como o Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPSCAVV) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), sofrem com apagão e falta de manutenção dos dados coletados. Nesse contexto, a criança é um objeto de dominação transitória que não existe nem como ser, nem enquanto sujeito de políticas públicas. Ainda, diversas violências não são reportadas aos órgãos competentes, ou seja, além da falta de confiança nos dados que deveriam estar corretamente registrados, há inúmeros casos não relatados, situação que piorou imensamente com a pandemia do COVID-19. De acordo com Heleieth Saffioti (1987), as vulnerabilidades da população infanto-juvenil brasileira são assustadoramente cruéis:

Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. [...] Nas camadas social e economicamente desfavorecidas, o processo é rápido e brutal. O pai coloca um revólver, [...] joga a menina sobre o leito, rasga-lhe as roupas e a estupra, ameaçando-a de morte, se gritar, ou ameaçando matar toda sua família, se abrir a boca para contar o sucedido a alguém. [...] A menina pobre, sozinha em casa com seu pai, não tem a quem apelar. [...] Ela não tem escapatória.

À vista dessa conjuntura, a presente pesquisa busca identificar como a influência do machismo e das relações de dominância vigentes no contexto social brasileiro dificultam e limitam os avanços da política municipal de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes tanto no âmbito pré quanto pós pandêmico.

A ATENÇÃO ESTATAL AOS INFANTES EM VULNERABILIDADE

O período de formulação da Constituição Federal de 1988 foi fundamental para a consolidação da legislação que institui a proteção das crianças no Brasil. Segundo Abe (2020), diversas organizações, fundações empresariais e movimentos sociais, como os de educação de origem católica, centrais sindicais, entre outros, mobilizaram-se durante o processo da Constituinte para assegurar que os direitos das crianças e dos adolescentes estivessem presentes na Carta Magna. Além do Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 5 de outubro de 1985 aconteceu a chamada "Ciranda da Constituinte", que marcou a aprovação da Emenda Criança, responsável por dar origem aos artigos 227 e 228 da Constituição em favor da proteção dos infantes:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Ainda, o § 4º, do mesmo artigo, dispõe que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. Também, com o parágrafo 8, inciso II, o texto normativo afirma que a lei irá dispor o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

Adiante, em 13 de julho de 1990, através da Lei Federal nº 8.069, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal

que reuniu reivindicações de movimentos sociais que atuavam com a percepção de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e à proteção integral. Em setembro do mesmo ano, o Brasil tornou-se signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, tornando-se subscritor dos princípios. Essa ação teve por finalidade fazer com que os direitos das crianças e dos adolescentes permanecessem assegurados e com o objetivo de concretizar “a ideia de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e titulares de garantias fundamentais, conferindo-lhes, indistintamente, proteção prioritária, vedando qualquer forma de discriminação.” (LIMA, POLI e JOSÉ, 2017, p.324).

Evidentemente, a instituição do ECA possibilitou a entrada permanente da criança e do adolescente na agenda governamental, que até então não era pauta de políticas públicas. Porém, segundo Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil (1995), a questão da sexualidade carrega um viés que impede uma literatura correta sobre a violência contra crianças e adolescentes: “se você assume que homens brasileiros de todas as unidades federadas fazem uso abusivo de crianças, e esse abuso é encarado como deve ser, gera um desconforto muito grande”. Conforme aponta Jaeger et al. (2009), a partir de 2000 as políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes dividiram-se em três grandes áreas: saúde, educação e assistência social.

Em primeiro lugar, no âmbito da saúde, a “Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências”, promulgada em 2001, aponta o ambiente doméstico como principal local de agravo da violência contra crianças. Em segundo, com relação à educação, o “Projeto Escola que Protege”, lançado em 2004, que visa salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes por meio do ambiente escolar. Por último, no tocante à assistência social, foram identificados programas como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que dispõem de atenção especializada para indivíduos e famílias em privação de direitos.

Durante os anos 2000, várias ações foram tomadas a nível federal contra a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, como a curadoria do Disque 100 pelo Governo Federal para receber denúncias, no ano de 2003, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. Atualmente, no município de São Paulo, as legislações e normativos que orientam as ações de atenção e proteção das crianças e adolescentes em situação de violência são: o Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo

- 2018/2021, discorrendo sobre um conjunto de ações em andamento ou a serem realizadas pela área. Em sua peça, aprovada pela resolução nº 1536/2019, enuncia-se prioridades e metas para os programas, projetos, serviços e ações que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

ARTICULAÇÕES MUNICIPAIS

No Município de São Paulo, em 2008 foi concebido o “Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Município de São Paulo”. O Plano teve por intuito agregar um aparato sobre a temática que fora sancionada anteriormente, com o Decreto nº 48.358 de 17 de maio de 2007, o qual regulamenta a Lei nº 14.247 de 8 de dezembro de 2006, que dispôs sobre o Programa Municipal de Conscientização e combate à Violência contra Crianças e Adolescentes e instituiu a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O Plano Municipal consistia em um conjunto de ações e campanhas de conscientização, que viriam a ser desenvolvidas pela Prefeitura de São Paulo, com o objetivo de prevenir e combater a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, através da informação e conscientização do maior número possível de pessoas. De acordo com seu Art. 2º, as campanhas de informação tinham por finalidade informar o público sobre:

- I - Os diversos tipos de violência e exploração sexual que vitimam crianças e adolescentes;
- II - A identificação de indicadores físicos e psicológicos da violência;
- III - sobre os órgãos municipais, estaduais e federais que fornecem ajuda e orientação às vítimas de tais delitos, inclusive citando o tipo de serviços que cada um presta, endereço, telefone e horário de atendimento.

Além disso, essas informações seriam destinadas à capacitação e ao treinamento de servidores públicos municipais, bem como membros dos Conselhos Tutelares do município. No respectivo Decreto que regulamentou o Plano, são determinadas as Secretarias responsáveis pelas campanhas a serem realizadas, sendo elas: Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Educação e da Saúde. Ou seja, estas foram responsáveis pelo desenvolvimento de ações conjuntas. Destarte, em seu Art. 3º o Decreto expressa o compromisso de divulgar estudos, pesquisas e projetos ligados à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes na semana de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Ad-

olescentes.

Já para a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, foi expresso um representante de vários órgãos colegiados como o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; Conselhos Tutelares, representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo; Comissão Municipal dos Direitos Humanos - CMDH; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS; Secretaria Municipal de Educação - SME; Secretaria Municipal da Saúde - SMS / Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde; Área Técnica de Saúde da Criança e do Adolescente; Área Técnica de Cultura de Paz, Saúde e Cidadania; Guarda Civil Metropolitana - GCM; Vara da Infância e da Juventude; Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; fóruns e universidades.

De acordo com o próprio Plano, o mesmo foi um marco na política de Assistência Social do Município, haja vista que até sua instituição não havia uma estratégia municipal articulada que visasse a prevenção e o combate, de forma integrada e intersetorial, à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com o documento, desde 2004 as discussões acerca dos eixos que norteiam o Plano Estadual e Nacional, promovidos pela pasta da Assistência Social na cidade, mobilizaram para a elaboração do Plano, que veio a ser regulamentado pelo decreto. Sendo assim, o Plano Municipal é formado por oito eixos temáticos, seis deles estão em conformidade com o Plano Nacional de 2002, e dois são eixos temáticos locais inovadores: (IV) Formação e Capacitação: que tem por intuito formar e capacitar continuamente os profissionais que atuam no enfrentamento à temática no município; e (VIII) Avaliação e Monitoramento: que consiste na avaliação e monitoramento das ações e da efetividade do Plano. Dentro de cada um desses eixos, o documento positivou objetivos, ações, metas e parceiros envolvidos em cada etapa, haja vista que o mesmo tem por característica sua construção coletiva entre poder público e sociedade civil organizada.

Visando assegurar e fortalecer a assistência social como política pública de seguridade social no âmbito municipal, em 2016 foi produzido o Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PDMASp) 2016-2026. O documento planeja e orienta a curto, médio e longo prazo articulações de políticas para consolidação do SUAS no território, como também considera

as particularidades dos 96 distritos constituintes de São Paulo, apresentando dados quantitativos e qualitativos sobre cada um deles. Ainda, há o desenvolvimento de 148 metas, as quais foram organizadas em 16 blocos temáticos. Vale destacar:

40-Formação, a curto, médio e longo prazos, para os supervisores poderem acompanhar o trabalho realizado nos serviços, para saber o que olhar e como ver, ter parâmetro, principalmente sobre cobrar e orientar a importância do prontuário do cidadão;

45-Universalizar, a curto, médio e longo prazos, os serviços e unidades de proteção social básica e especial face às demandas garantindo qualidade na expansão e manutenção.

82-Melhorar, a curto prazo, o processo de acompanhamento e atendimento das condicionalidades dos PTR's para as famílias atendidas, em se tratando de casos que sejam constatadas situações de violência;

84-Criar e monitorar, a curto, médio e longo prazos, novos indicadores de gestão;

86-Alcançar, a curto, médio e longo prazos, a demanda "invisível", ou seja, a existente nos "vazios assistenciais" ainda não alcançada pelas políticas públicas, as quais não conseguem acessar os espaços através da demanda espontânea;

102-Atender, a longo prazo, 100% da população visando a prevenção a violação de direitos;

141-Criar, a curto prazo, espaços de troca de informações e participação contínua para criança/adolescentes a respeito da Assistência Social;

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Para que haja uma efetiva aplicação do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), são necessárias informações sobre o território, vulnerabilidade social e risco social, além de considerar o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural que circundam os indivíduos. A partir de tais informações e reflexões, torna-se possível compreender o cenário em questão e traçar as devidas abordagens para as demandas de proteção social. Segundo a Política Nacional de Assistência Social, de 2004:

A vulnerabilidade social materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras.

As Supervisões de Assistência Social (SAS) são unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), órgão gestor do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo, tem como objetivo coordenar a execução do

atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, com fragilidade de vínculos relacionais e que são atingidos por situações de emergência e calamidade pública. Além disso, a SAS articula e participa de ações conjuntas para assegurar direitos, fortalecer a função protetiva das famílias, fomentar processos de fortalecimento das organizações sociais e de projetos de inclusão social e garantir a integração das ações com as outras políticas públicas do seu território de abrangência (CREAS, 2011).

Dessa forma, as Supervisões atuam como um órgão coordenador e supervisor da região, sendo responsável por encaminhar as solicitações, advindas de órgãos de defesa de direitos, como Conselhos Tutelares, Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Organizações da Sociedade Civil, Unidades de Saúde entre outros; às unidades instruídas (CRAS e CREAS) as quais, juntamente com os serviços, irão atuar em prol dos indivíduos e famílias. Por sua vez, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são unidades públicas da Assistência Social que atendem pessoas vivendo em situações de violações de direitos ou de violências. Uma pessoa será atendida no CREAS, entre outras situações, por sofrer algum tipo de assédio, discriminação, abuso, violência ou por demandar cuidados em razão da idade ou deficiência (CREAS, 2011). Segundo o Caderno Orientações Técnicas, CREAS, A Proteção Social Especial (PSE):

Organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos [...] promove a potencialização de recursos para a superação e prevenção do agravamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias.

A atuação da Assistência tem como eixo principal as relações familiares, buscando resgatar e fortalecê-las, como também edificar novas referências. Existe um pressuposto de que a família possui um papel fundamental na vida dos indivíduos, desempenhando um papel protetivo, servindo como suporte contra incidentes e inseguranças da realidade, como também proporcionando o acesso a direitos. Dessa forma, o

trabalho do CREAS é direcionado principalmente às famílias, buscando proteger seus constituintes e assim, prevenindo, mediando e fomentando circunstâncias para superação de conflitos que possam gerar risco pessoal e social, trabalhando as potencialidades de cada membro e visando o empoderamento de tal núcleo. Frente ao exposto, a PSE, conforme do nível de agravamento da vulnerabilidade, se articula em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Segundo o Caderno Orientações Técnicas, CREAS:

A PSE de Média Complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento destas situações, implica acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E SUAS DIFICULDADES

De acordo com a Portaria 46/SMADS/2010, a qual dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do Município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios, o Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPSCAVV) é referenciado pelo CREAS e possui como público alvo crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares e em determinados casos, o agressor.

Desse modo, o propósito é proporcionar condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. O acesso ocorre através de encaminhamentos realizados por instituições ou serviços integrantes da rede de atenção e proteção às crianças e adolescentes, como Assistência Social, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e atenção à infância e demais órgãos articuladores de políticas públicas, como Saúde, Educação e Direitos Humanos. Ademais, possui como objetivos específicos:

Para concretização de seus objetivos, o trabalho social é composto pela acolhida, escuta e estudo social, por meio de entrevistas, atendimentos individuais, grupais e visitas domiciliares. Ademais, são produzidos diagnósticos da situação das vítimas, identificando fatores que provocam suas ocorrências, de forma a subsidiar a articu-

lação de mecanismos que permitam sua remissão a curto, médio e longo prazo. Estes mecanismos podem se articular com serviços da rede socioassistencial e demais políticas. Ainda, há o trabalho socioeducativo, o qual possui como objetivo o fortalecimento do grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, de auto-organização e de conquista de autonomia, combinando e comunicando com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e com as políticas sociais locais.

No que tange aos indicadores de avaliação do serviço, no anexo I da Portaria 46/SMADS/2010 há a elucidação de metas do SPSCAVV, determinando em 100% o percentual médio de famílias que não possuem restrição legal, envolvidas no acompanhamento das crianças e adolescentes atendidos; o percentual médio de famílias visitadas por faltas injustificadas ao serviço no trimestre; percentual médio de famílias de crianças e adolescentes que possuam perfil encaminhadas para inclusão em Programas de Transferência de Renda – PTR durante o trimestre.

Além disso, é estipulado em 90% ou mais o percentual médio de famílias de crianças e adolescentes que retornaram ao serviço após visita domiciliar durante o trimestre e em 75% ou mais o percentual de crianças e adolescentes que foram desligados por recomendação da equipe técnica sem a necessidade de acolhimento. Segundo a entrevista realizada, o serviço do território do Butantã dispõe de 10 pessoas na equipe, as quais: um agente operacional, um gerente administrativo, três psicólogos, dois assistentes sociais, dois orientadores socioeducativos, além da gerente do serviço. O SPSCAVV Butantã atende 80 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses e seus responsáveis, todavia, o mesmo já contava com uma lista de espera anterior à pandemia, visto a demanda ao serviço, como também o tempo de execução do trabalho com os cidadãos, que demora em média um a dois anos.

Além da lista de espera, o Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PD-MASp) 2016-2026 expõe outras desproteções da proteção social. No que tange às formas de desproteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, o mesmo explica que os serviços atendem acima da capacidade conveniada, remetendo aos trabalhadores sobrecarga de trabalho (vale elucidar que, em 2016, existiam apenas 20 serviços sobre). Também é relatado no Plano que o horário de atendimento muitas vezes é incompatível à rotina de trabalho das famílias, como também há a dificuldade de deslocamento até o serviço, visto que não é previsto verba de transporte aos usuários, os quais em sua grande maioria encontram-se em situação de vulnerabilidade. Não obstante, há regiões de São Paulo sem oferta do SPSCAVV e ainda há uma ausência de norma-

tização e uma tipificação deficitária na Portaria 46 da SMADS. De acordo com Michelle Barros, gerente do SPSCAVV Butantã:

Nós possuímos a Portaria 46, que contém algumas diretrizes básicas do serviço. Contudo, é uma Portaria que necessita de revisão, a qual já foi proposta há alguns anos mas nunca aconteceu de fato. Representações de SPSCAVV, em conjunto com a Comissão Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração de Crianças e a Coordenação de Proteção Especial da SMADS, também construíram uma Norma Técnica que já está pronta. Todavia, tiveram vários entraves para poder regularizar a Norma, visto que ela teria de ser validada no COMAS e também passar pelo gabinete e, com a mudança de gestão, não houve interesse na formalização da Norma.

(Entrevista realizada em 28/07/2021).

Ademais, para que haja uma eficácia no serviço, o mesmo necessita atuar em rede articulada na implementação das políticas de proteção básica para mitigar as vulnerabilidades e evitar a reincidência da violência nos núcleos familiares. Como também, para supressão da violência, torna-se inevitável uma articulação bem estruturada com outros serviços, como a educação, saúde, segurança pública e Judiciário. De acordo com Michelle Barros:

O Plano de Enfrentamento é para o município e requer o trabalho em rede, partindo da proposição da incompletude dos serviços. Então a assistência social não vai dar conta das questões de violência sozinha, necessita de interlocução com outras Secretarias e Poderes, como o Judiciário, educação, transporte, segurança pública e saúde. Um exemplo é a educação, visto que muitos casos de violência contra criança e adolescente são identificados no ambiente escolar, então seria importante que houvesse uma formação mais transversal que atingisse também as escolas, porque os professores ficam muitas vezes desamparados em relação a essa temática, saber como lidar, quem procurar, ter ciência dos fluxos.

(Entrevista realizada em 28/07/2021).

Ainda, é urgente a necessidade de se aprimorar a coleta de dados dos serviços. Como objetificado na meta 84 do PDMASSp 2016-2026, torna-se imprescindível informações quantitativas e qualitativas sobre a política para monitoramento e adequação da mesma. Todavia, conforme aponta Michelle Barros, foi possível inferir que usualmente os dados coletados se perdem até chegar ao gabinete:

Os dados são enviados para o gestor de parcerias, então seguem para a Secretaria, e dessa forma, é construído um fluxo de muitas pessoas recebendo e os encaminhando. Não há um sistema mais formalizado, unificado e informatizado, assim, muitos dados acabam se perdendo e não é possível propor políticas públicas se não há os mesmos.

(Entrevista realizada em 28/07/2021).

CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Com o advento da pandemia da COVID-19, que ocasionou o fechamento de escolas e outros espaços de convívio importantes para crianças e adolescentes, estes ficaram ainda mais vulneráveis durante o período de restrição. Segundo o estudo elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Instituto Sou da Paz e Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) "Análise das ocorrências de estupro de vulnerável no Estado de São Paulo" as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram dificultadas no estado de São Paulo. A pesquisa teve como objetivos "verificar os possíveis impactos do isolamento social na ocorrência e na notificação da violência sexual e dar visibilidade a esse grave e recorrente problema e à necessidade de avançar no enfrentamento." (Instituto Sou da Paz, Unicef Brasil e Ministério Público do Estado de São Paulo, 2020, p.8).

De acordo com os dados levantados, as denúncias de estupro de vulnerável - categorizada como crime de estupro cometido contra menores de 14 anos, pessoas com deficiência ou que não podem se proteger devido a questões de vulnerabilidade, como embriaguez - tiveram um crescimento significativo nos últimos anos, entretanto, no primeiro semestre de 2020, com a ocorrência da crise sanitária houve redução de 15,7%, sendo diminuição de 36,5% no mês de abril e 39,3% no mês de maio, comparativamente ao mesmo período do ano de 2019. Tendo em vista que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime que acontece, sobretudo, em ambiente doméstico (78,5% dos casos), o estudo aponta que esses dados não evidenciam uma efetiva diminuição de ocorrências, ao contrário, representa a dificuldade de denunciar esses crimes no contexto de isolamento social. Segundo a investigação, "há um grande número de meninas e meninos que foram ou estão sendo vítimas de violência sexual, ocultos pela ausência das denúncias".

Essa constatação é sustentada frente a resultados anteriores comparados. No primeiro semestre de 2020, ainda no início da pandemia, 84% das residências do Estado de São Paulo eram acometidas por este crime, chegando a 88% no mês de maio, superando os anos anteriores que registraram 79%. O respectivo crime afeta, em sua maioria, crianças, que representam 75% do total de estupros registrados no Estado no primeiro trimestre. De forma mais aprofundada o estudo nos mostra que 83% das vítimas são do sexo feminino e possuem em média até 13 anos, 60% são bran-

cas e 38% negras, o que demonstra nivelamento com o perfil racial da população paulista. Já os meninos, também vítimas dessa violência, a idade média da ocorrência é entre 4 e 5 anos de idade. Além disso, 7% das vítimas possuem algum tipo de deficiência ou outras vulnerabilidade, sendo a principal a deficiência intelectual.

Dessa maneira, o estudo mostra que apenas 8% do universo observado possui informação sobre vínculo entre autor e vítima. Desses 8%, 73% dos casos registrados no primeiro semestre de 2020, o autor possui parentesco com a vítima, valendo destacar que este percentual ao longo dos anos só aumentou, sendo de 65% no ano de 2016, 67% em 2018 e 70% em 2019. Ou seja, só no primeiro semestre de 2020 o número de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual por pessoas da família cresceu 3% em relação a 2019, sendo improvável dissociar este dado a ocorrência do fechamento das escolas e do isolamento social.

Já na cidade de São Paulo, de acordo com Laudares (2021), só do Conselho Tutelar do Rio Pequeno e Raposo Tavares, na Zona Oeste, às denúncias de abuso sexual, agressão física e maus-tratos contra crianças e adolescentes cresceram 670% de janeiro a abril de 2021, em relação ao mesmo período do ano passado. O conselheiro tutelar Gledson Dezziato em entrevista para o G1 relata que o que antes era denunciado como suspeita, com a pandemia virou o que o mesmo denomina de "denúncia tardia", isto é: anteriormente ao isolamento social provocado pela crise sanitária, a própria Escola acionava o Conselho Tutelar. Com seu fechamento, as queixas partiram de vizinhos ou pessoas da família "até que o denunciante percebesse o que estava ocorrendo, muitas vezes, o abuso havia sido cometido rotineiramente" (LAUDARES, 2021). Nessa mesma perspectiva encaixa-se a fala de Michelle Barros, gerente do SPSCAVV da região do Butantã, que relata que a maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem no núcleo familiar ou por pessoas próximas às crianças.

Ainda, com a incidência da pandemia, a entrevistada aponta como uma das principais dificuldades impostas na atuação do serviço a falta de orientações advindas da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. De acordo com os itens que citam o serviço de proteção às crianças e adolescentes, presente na Nota Técnica nº 1 da SMADS (2020), durante o período emergencial os serviços ficaram incumbidos de orientar usuários e famílias que não comparecessem a unidade e respeitassem o isolamento social, quando possível, de forma que o recomendado pelo órgão superior foi a substituição do atendimento presencial por canais de comunicação remotos como telefone, e-mail etc. Além de sub-

stituir o atendimento presencial, as equipes foram orientadas a monitorar regularmente os usuários através dessa comunicação não presencial. Caso os usuários necessitassem de atendimento presencial, a Nota Técnica estabelece que estes poderiam ser atendidos no CREAS de referência, seguido de efetivo registro para monitoramento de demanda, cabendo decidir pela suspensão do atendimento caso não houvesse requerimentos.

De acordo com Michelle Barros, antes da pandemia a denúncia desses casos era feita, em sua maioria, por encaminhamento de outros órgãos: “Os encaminhamentos são feitos por Conselho Tutelar, Vara da Infância, escola e outros serviços socioassistenciais, como CCAs”. Nesse sentido, percebe-se que às orientações dadas, de modo geral, foram destoantes da realidade vivida pela equipe, sobretudo o item 23.4, que possui aplicabilidade inócua, já que grande parte desses encaminhamentos, na prática, foram limitados pelo isolamento social. Consequentemente, nota-se que o normativo apenas restringe a realização do serviço e orienta a adoção do teletrabalho, não oferecendo detalhamento ou suporte de como aconteceria esses atendimentos remotos na prática e como seriam suplantados os riscos inerentes a esta modalidade. Dessa forma, segundo Michelle Barros, a proposição de reformulação do serviço, considerando a crise sanitária, precisou ser feita pela própria equipe da organização que gerencia o SPSCAVV na região do Butantã.

A suspensão dos atendimentos presenciais de um serviço tão fundamental para o acolhimento de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, resulta em um efeito adverso, no qual, a diminuição de denúncias enunciada pelo estudo do Instituto Sou da Paz, Unicef e MPSP, demonstra, na verdade, um aumento de ocorrências e da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, na medida em que essas vítimas ficaram isoladas de instituições, canais de ajuda e outros adultos que poderiam observar sinais de violência ou abuso. Tendo em vista às novas demandas produzidas pela pandemia da COVID-19, o SPSCAVV da região do Butantã teve de se reinventar, havendo a necessidade de dispor de meios tecnológicos para a manutenção dos atendimentos aos usuários. Segundo Michelle Barros:

A gente pediu autorização e fez a compra de dois aparelhos celulares, porque o que tínhamos era velho e para fazer os atendimentos a gente precisava da câmera, ainda mais com criança. No começo foi muito difícil, a gente achou que ia ser impossível fazer os atendimentos.
(Entrevista realizada em 28/07/2021).

Ainda, destacando a problemática que envolve a subnotificação de denúncias de violência sexual no estado de São Paulo, outro agra-

vante identificado durante o momento pandêmico foi o aumento significativo na lista de espera do serviço que dobrou de acordo com Michelle, gerente do SPSCAVV da região do Butantã: “A gente trabalhava com uma lista de espera de mais ou menos dezoito a vinte crianças, com a pandemia, essa lista subiu para quarenta”. Além das dificuldades físicas impostas pela pandemia, essa questão pode ter relação com o fato de que o atendimento com as famílias não é um trabalho rápido e demanda tempo, desse modo, a equipe, já reduzida, ficou ainda mais sobrecarregada em um momento delicado. Nesse sentido, a entrevistada relata que antes da pandemia o acolhimento dos responsáveis e das crianças era realizado simultaneamente por profissionais diferentes, com a pandemia, passou-se a contatar primeiro os responsáveis até que a criança ou o adolescente passasse a participar. Essa nova dinâmica, de certo, diminuiu o fluxo de atendimento, ao passo que o contato remoto dificulta a conversa com a criança. Michelle afirma:

Teve um momento que estava muito difícil para as crianças, essa coisa toda, não só em relação aos atendimentos do serviço, mas de estar fora da escola, de não poder fazer a comunidade. Isso é muito importante para a saúde mental das pessoas, principalmente das crianças, então a gente foi identificando esse sofrimento.
(Entrevista realizada em 28/07/2021).

Por fim, dado a organização interna do SPSCAVV da região do Butantã, a coordenadora Michelle avalia que para muitas famílias o atendimento online foi um facilitador, enquanto para outras um dificultador. Isto é, para algumas famílias o contato remoto foi importante por ser realizado com maior frequência e constância, tendo em vista a ausência da necessidade de deslocamento. Enquanto para outras o cenário é contrário, como é o caso de famílias numerosas onde, por exemplo, há a presença de um único aparelho celular, que precisa ser dividido para a realização de atividades escolares, trabalho dos pais e somado a isso o atendimento do SPSCAVV. Para tanto, a entrevistada conclui que o retorno presencial precisa ser pensado e cuidado de acordo com cada especificidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos elevados indicadores de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, urge uma necessidade de discussão tanto na sociedade civil, quanto nas proposições de políticas públicas pelo Estado, para que sejam assegurados direitos normatizados constitucionalmente. Por mais que os Planos de âmbito nacional, estadual e municipal sejam divididos em diversos eixos de atuação, nota-se

um cenário de articulações deficitárias, subnotificação de casos e extrema vulnerabilidade, situação que foi ainda mais agravada diante da pandemia da COVID-19.

Pelos argumentos supracitados, acredita-se que a falta de avanço da ação estatal para proteção das crianças e adolescentes no Brasil está relacionada a problemas estruturais e estruturantes presentes em uma sociedade machista que trata o assunto abordado como tabu. Esse contexto pode ser observado pela ausência de orientações, apagão de dados, organização deficitária perante a quantidade de denúncias, entre tantas outras complicações. Ou seja, o que se verifica é um sistema de serviços desamparado que não tem como dar conta da carga de atendimentos, ainda mais em contexto pandêmico. De modo geral, percebe-se a imprescindibilidade de movimentos multi setoriais que envolvam políticas de educação, assistência social, saúde, esporte, segurança pública, diversidade e equidade, etc, não somente para amparar as crianças e adolescentes vítimas de abusos, como também para suprimir o aumento de novas ocorrências.

Em suma, foi possível averiguar um crescimento expressivo dos casos devido ao isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19 e a carência de um sistema público eficaz que consiga responder à realidade brasileira. De qualquer forma, o tema aborda uma complexidade imensurável para a gestão pública, o que significa dizer que é uma área que precisa de investimentos tecnológicos, orçamentários, de pesquisa e produção de conhecimento, entre tantos outros campos de atuação. É importante apontar que o presente trabalho visa uma abordagem sintética sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil, principalmente na cidade de São Paulo, associando aspectos conceituais sobre a relação sociedade e Estado, com o levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Sendo assim, aponta-se a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto que contemple um período de análise significativo.

REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. Conheça a história e a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portal CENPEC Educação, 2020. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/conheca-a-historia-e-a-importancia-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca>. Acesso em: 09 jul. 2021.

AZEVEDO, A. Maria; GUERRA, A. N. Viviane. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. São Paulo. 1995. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1280520336.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

AZEVEDO, A. Maria; OLIVEIRA B. Adalberto; BUENO, R. Álvaro; SAFFIOTI, Heleieth; JUNQUEIRA, Lia; JR., S. Mário; VITIELLO, Nelson; GUERRA, A. N. Viviane. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Editora Iglu Ltda. São Paulo. 1989. Disponível em: <https://www.recriaprojetos.com.br/wp-content/uploads/2018/04/criancas-vitimizadas-a-sindrome-do-pequeno-poder.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes.pdf/view>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. 2008. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2016/maio/31/3.%20d%20III%20Congresso%20Mundial%20de%20Enfrentamento%20da%20Explora%C3%A7%C3%A3o%20Sexual%20de%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CREAS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173-178. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

Instituto Sou da Paz; Unicef Brasil; Ministério Público do Estado de São Paulo. Análise das ocorrências de estupro vulnerável no Estado de São Paulo. São Paulo (SP); Novembro de 2020. Disponível em: <http://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/analises-e-estatisticas/boletim-sou-da-paz-analisa/?-show=documentos#448>. Acesso em 02 ago. 2021

JAEGER, F. P.; MOTTA, Roberta Fin ; SCOTT, J. ; ROCHA, A. ; PAULI, C. ; HOFFMEISTER, F. . Políticas públicas e as situações de violência contra a criança. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009. Disponível em:

http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/188.%20pol%CDtic as%20p%DAblicas%20e%20as%20situa%C7%D5es%20de%20viol%CAnCIA%20contra%20 a%20 crian%C7a.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

LAUDARES, Raquel. Com pandemia, denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes crescem, mas são feitas de forma tardia. *GloboNews - São Paulo*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/18/com-pandemia-denuncias-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-mas-sao-feitas-de-forma-tardia.ghtml>. Acesso em: 02 ago. 2021

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; JOSÉ, Fernanda São. A Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. *Rev. Bras. Polít. Públicas (Online)*, Brasília, v. 7, nº 2, 2017 p.313-329. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4796>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MOURA, Larissa. Os direitos da criança e sua história. *Nexo Políticas Públicas*, 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linhado-tempo/2020/Os-direitos-da-crianc%C3%A7a-e-sua-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PEDROSA, Leyberson. ECA completa 25 anos: mas ações de proteção a crianças começaram na época colonial. *Portal EBC*, 2020. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-direitos-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgeD-ludmVwREQ5Wkk/view?resourcekey=0-Q9d-8KAr1JMv5IRWvYKvK6A>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Opoderdomacho*. Editora Moderna Ltda. São Paulo. 1987. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgD-BwZEJGcmNnWk0/view?resourcekey=0-NJk-Fy3xHqEN-E3JChZt6sA>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero: poder e influência*. Livraria e Editora Revinter Uda. Rio de Janeiro. 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgX0p-GTGvaamFicFk/view?resourcekey=0-wJH8Ab-MVXeCIL00ZcPktUQ>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Assistência Social. Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PDMASp)

2016-2026. 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/PLA_NO_DECENAL_ASSIS_SOCIAL_SP.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Assistência Social. Portaria 46 SMADS. 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Nota Técnica N° 01 São Paulo. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=295574. Acesso em: 11 jul. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Nota Técnica N° 02 São Paulo. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/coronavirus/?p=296937. Acesso em: 11 jul. 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Supervisão de Assistência Social. São Paulo. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/assistencia_social/ca/s/index.php?p=2001. Acesso em: 11 jul. 2021.

UNESCO. Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil. Brasília. 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgdUd-VUDZ5WIR0aXc/view?resourcekey=0-BYPIP-pdivXxlkX2KsfRoYw>. Acesso em: 11 jul. 2021.

UNICEF Brasil. História dos direitos da criança: Os padrões internacionais avançaram radicalmente ao longo do século passado – conheça alguns marcos na história desses direitos no Brasil e no mundo. Portal Unicef Brasil, s/d. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 11 jul. 2021.



UNE

MAR
MUN

UNIDADE JOVENS

Diretas Já

UNE

Resenha: “Juventudes Contemporâneas. Desafios e Expectativas em transformação” organizado por João Batista de Menezes Bittencourt

Cristiane Mello de Miranda Silva e Emilly Pereira Silva

Esta obra é uma coletânea de textos escritos a partir de debates realizados no II Seminário Juventudes Contemporâneas ocorrido em novembro de 2017, na Universidade Federal de Alagoas, que foi organizada pelo Professor João Batista de Menezes Bittencourt, que teve como principal objetivo refletir e avaliar a maneira com que as mudanças sociais, econômicas e políticas alteram de forma substancial a maneira de viver e ler o mundo por parte dos jovens brasileiros, considerando as diferenças de classe social, de raça e gênero. Neste evento foi fundada a REAJ - Rede de Estudos e Pesquisas e Ações Juvenis - com a intenção de fomentar o intercâmbio entre os pesquisadores(ras) nas áreas de sociologia e antropologia acerca do tema da juventude no Brasil.

A obra compõe-se de um capítulo de apresentação redigido pelo organizador dos textos, o professor antropólogo e sociólogo João Batista de Menezes Bittencourt, e pelo professor e antropólogo Alexandre Barbosa Pereira, mais nove capítulos redigidos por diferentes sociólogos e antropólogos de várias universidades do Brasil, que versam sobre a temática da juventude contemporânea, sob diferentes prismas.

O primeiro capítulo, intitulado “Entre fluxos juvenis: relatos multi situados de rolês por espaços de encontros em São Paulo”, escrito por Alexandre Barbosa Pereira, analisa a trajetória entre o fluxo juvenil funkeiro¹ à criação dos “rolezinhos” nos Shoppings da cidade - prática que, segundo o autor, causava pânico moral e fora estigmatizada como violenta e marginalizada pela imprensa, apesar de não ter havido nenhuma notícia de crime pelos comerciantes, assim como os fluxos de funk são designados pela imprensa como encontro de criminosos. O autor cita Howard Becker (2008) para indicar o comportamento agressivo por parte do Estado dirigido a alguns segmentos sociais classificados como perigosos e baseia-se em características econômicas e raciais que permeiam a construção de um estereótipo passível de ser vigiado e ter sua liberdade mitigada, pelo Estado. É uma pesquisa multissituada (George Marcus, 1995) que pretende compreender onde e como os jovens estabelecem seus espaços de fluxo na cidade de São Paulo e, por conseguinte, em que contextos entram em

¹ Segundo o autor é a denominação dada a muitas pessoas que se reúnem nas ruas para ouvir funk, que é um gênero musical derivado na soul music estadunidense, que veio para o Brasil em 1970, na cidade do Rio de Janeiro (VIANA, 2010).

conflito com outros fluxos e com o Poder Público.

No segundo capítulo, por meio da observação das múltiplas linguagens juvenis, Glória Diógenes, traz em seu texto “Diagramas das juventudes contemporâneas: artes e astúcias de reinvenção na cidade” uma face política da juventude na busca por “liberdade”, citando a geração de 1968 em um movimento denominado de “contracultura” quando buscava-se, à época, uma inovação cultural no Brasil, criando e recriando paisagens urbanas, em um movimento de recusa e busca de liberdade voltados e focados na mobilização social. A pesquisa foi realizada na cidade de Fortaleza, Ceará, onde a autora ressalta a capacidade de criação de espaços novos na cidade pelos jovens, especialmente os jovens das periferias. De acordo com a autora, quando os elementos arte, cidade e juventude se encontram “põe em xeque o próprio sentido do que é considerado público e privado, legal e ilegal, permitido e proibido.” (p. 43), da mesma forma como já citado por Alexandre Pereira, no “slam da resistência” (p.23).

Ainda na seara cultural, Marco Aurélio Paz Tella, no terceiro capítulo, “Práticas performáticas e resistência de jovens negros na cidade”, discorre sobre a luta no combate às práticas racistas, que os jovens realizam por meio de suas vozes no hip-hop, no rap e na break dance, isto é, por meio da música e da dança. De acordo com o autor, o racismo no Brasil é sistêmico, visto que percorre todos os sistemas sociais: jurídico, político, midiático e outros, sendo que tais ações podem ser percebidas e vividas em piadas e estigmas sociais e culturais. Paz Tella salienta a existência de uma notória superioridade de investimentos em áreas onde residem populações brancas e com maior poder aquisitivo, em detrimento das periferias da Paraíba, cidade em que realizou sua pesquisa, e de outras grandes cidades, onde se encontra a maioria de pessoas com a cor de pele preta e os mais pobres.

No quarto capítulo, “Relógios, calendários e celulares: uma etnografia dos tempos numa escola de Ensino Médio”, Mônica Franch e Josilene de Souza, situam os jovens em um período e espaço - o Ensino Médio. Traçando uma linha de raciocínio que molda o ser jovem, tanto na dimensão temporal que segue o calendário, quanto no espaço de pertença e formação do ordenamento biográfico de vida, as autoras entendem

que se criam “memórias de vida”, consideradas essenciais para as relações semeadas na escola e fora dela. A pesquisa examinou relatos de professores e de estudantes de uma escola em João Pessoa, Paraíba, no ano de 2013, e teve como principal objetivo a análise dos “tempos sociais” desses sujeitos, ou seja, o tempo do trabalho, de estudos e de outras trocas interpessoais. As autoras salientam a distância entre o discurso e a prática, quando afirmam que, com frequência, nas escolas públicas, há falta de investimento tanto em material para desenvolvimento e construção do conhecimento crítico-reflexivo, quanto em formação continuada e qualidade aos professores, em contraposição a perspectiva meritocrática desumana no cotidiano social, isto é, a vida exige do jovem muito mais habilidades críticas do que é desenvolvida em seara escolar.

Alexandre Bittencourt, a seguir, no quinto capítulo, traz um estudo etnográfico acerca dos jovens *straightedges*² de São Paulo, sob o título “Etnocartografia: um método para a leitura das práticas juvenis”. O autor discorre sobre a história desse grupo social e demonstra que, ao mesmo tempo que os adultos exigem uma vida regrada e cheia de perspectivas futuras aos jovens, também cobram destes a liberdade e a leveza. Nesse sentido, realça a tensão e o preconceito sofridos por jovens que querem se impor cultural e politicamente.

Ainda na toada das práticas juvenis, Vanderlan Silva, no sexto capítulo, escreve sobre “Práticas Juvenis de lazer na periferia de Campina Grande, na Paraíba”, tendo como objeto de pesquisa as múltiplas juventudes de uma comunidade local economicamente desfavorecida. Nesse trabalho discutiu o valor das ações juvenis produzidas naquela comunidade para mitigar as dificuldades estruturais locais, construindo assim um local de pertença, por meio da ampliação de redes de voluntariado, inovação e lazer.

Já Frank Marcon, no sétimo capítulo, aborda a música de festa jovem, como um fator identitário africano e propulsor de diálogo entre os jovens, sob o título “Música de festa: identidade na diáspora africana”. Partindo de Angola, passando por Nigéria, África do Sul e Gana, o autor convida o leitor a uma viagem cadenciada por batidas eletrônicas ora frenéticas, ora sensuais, como formas de percepção do próprio corpo. Relata que hoje tem-se discotecas em toda a Europa e no Brasil que ampliam as percepções por meio de vídeos e fumaças nos salões, como apetrechos para instigar o autoconhecimento corporal e a sensação de pertença a um grupo cultural juvenil.

2 *Straightedge* é um definido pelo autor como um estilo de vida surgido nos EUA, na década de 1980, como desdobramento da cultura punk. Era a resistência a tendência niilista defendida por algumas pessoas do punk. (p. 117)

Em “Necessidade de Polícia e a paz das facções: desejos de ordem e feitos de desordem nas periferias de Maceió”, Fernando Rodrigues, no oitavo capítulo, aborda os anseios juvenis no tocante a boa convivência em uma grota³ ambiente em que alguns conceitos sociais são questionados e ressignificados pela comunidade juvenil, moradora do local. As figuras de policiais e de traficantes trazem uma nova ordem mercadológica e de justiça social para tais localidades, e valores como: honra, justiça e valor têm conotação diferente entre essas duas figuras sociais, a saber, o Estado e o bandido, especialmente no exercício da “justiça”.

Por fim, no capítulo nono, o texto de Breitner Luiz Tavares trata a respeito de “Orientações coletivas de jovens rappers: mercados, torcida organizada e experiências discriminatórias em Maceió, Alagoas”, apresentando um estudo acerca dos confrontos entre jovens de torcidas de futebol diferentes e rappers. Dentro das torcidas concebe-se uma irmandade confortável, inclusive no apoio à composição de raps e hip-hop, havendo uma sensação de acolhimento que valoriza o jovem. Conclui esse autor que a categoria ‘juventude’ em Maceió ainda é vista como “desviante”, “seres rebeldes” pessoas que devem ser alvo de “programas de ressocialização ou de inclusão” e, mesmo tendo sido considerada pela lei como categoria social específica, no cotidiano, os jovens ainda sofrem pressão para seguirem modelos sociais antigos.

Trata-se de uma obra que reluz várias pesquisas realizadas com muita acuidade sobre as formas de linguagens verbais e não verbais das juventudes brasileiras, no tocante as suas relações sociais, culturais, escolares e familiares. Sobre tudo as múltiplas perspectivas fora do eixo Rio-São Paulo, mostrando as realidades dos jovens, especialmente, na região do nordeste brasileiro. O que emerge um panorama mais democrático e real do cenário juvenil. Outrossim, nos ajuda a compreender as juventudes dentro de investigações que partem perspectivas acadêmicas diferentes.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, João Batista de Menezes (org.) Juventudes Contemporâneas. Desafios e Expectativas em transformação, Rio de Janeiro: Telha, 2020, 218 páginas
- MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.
- VIANA, L. O funk no Brasil: música desintermediada na cibercultura, Campinas: UNICAMP, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

3 Uma espécie de favela.

